

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS



*“AS TRAMAS QUE ELES TECERAM, AS LUTAS QUE ALI TRAVAMOS”*:  
MODERNIDADE E MITIFICAÇÃO NOS MANUAIS DIDÁTICOS DA  
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE  
(1971-1990)

Cassiano Floriano Fraga

Porto Alegre

2020

Cassiano Floriano Fraga

**“AS TRAMAS QUE ELES TECERAM, AS LUTAS QUE ALI TRAVAMOS”:  
MODERNIDADE E MITIFICAÇÃO NOS MANUAIS DIDÁTICOS DA  
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE  
(1971-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Rivair Macedo (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Brandalise (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fábria Barbosa Ribeiro (UNILAB)

---

Prof. Dr. Jorge Fernando Jairoce (Ministério da Indústria e Comércio – Moçambique)

Porto Alegre

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

Fraga , Cassiano Floriano

"As tramas que eles teceram, as lutas que ali  
travamos": modernidade e mitificação nos manuais  
didáticos da República Popular de Moçambique  
(1971-1990) / Cassiano Floriano Fraga . -- 2020.  
146 f.

Orientador: José Rivair Macedo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Livros Didáticos de História . 2. Identidade  
Nacional Moçambicana. 3. Frelimo . 4. Educação em  
Moçambique. 5. Modernidade . I. Macedo, José Rivair,  
orient. II. Título.

Cassiano Floriano Fraga

**“AS TRAMAS QUE ELES TECERAM, AS LUTAS QUE ALI TRAVAMOS”:  
MODERNIDADE E MITIFICAÇÃO NOS MANUAIS DIDÁTICOS DA  
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE  
(1971-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História e aprovada com o conceito A. A ata original encontra-se assinada.

Porto Alegre, 30 de junho de 2020.

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

José Rivair Macedo  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Carla Brandalise  
Departamento de História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Fábia Barbosa Ribeiro  
Instituto de Humanidades e Letras – UNILAB – Campus dos Malês  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

---

Jorge Fernando Jairoce  
Ministério da Indústria e Comércio – Moçambique (MIC)

## AGRADECIMENTOS

No decorrer da minha jornada acadêmica convivi com pessoas que compartilharam comigo desafios, angústias e sonhos. As pessoas aqui mencionadas são aquelas que permaneceram em minha vida e contribuíram de alguma forma para a concretização de mais essa etapa, mesmo que algumas delas estejam distantes em consequência dos rumos da vida.

Antes de tudo, agradeço e dedico esse trabalho aos meus pais. À minha mãe Regina Floriano Fraga, amorosa, exemplo de responsabilidade e determinação, que dedicou sua vida ao trabalho e à árdua criação dos filhos, de quem recebo o apoio incondicional para a realização dos meus planos, além de herdar o “dom” da comunicação e o amor à docência. Ao meu pai, Carlos Luiz da Silva Fraga, companheiro que sempre me apoiou nessa jornada, corroborando para a formação de um olhar crítico sobre a realidade. As conversas com meu pai contribuíram muito para minha formação intelectual e para a escolha da profissão de historiador. Aos velhos, muito obrigado.

Aos meus irmãos, Cíntia, Cibele, Carlos Augusto e Briane, pelo companheirismo e afeição que compartilhamos desde à infância. Do mesmo modo às crianças Júlia e Lívia, minhas sobrinhas que vieram ao mundo para alegrá-lo.

Com muito carinho agradeço aos alunos e colegas docentes do PEAC (Projeto Educacional Alternativa Cidadã), local que muito contribuiu para o meu “fazer-se” docente e onde compartilhei experiências que significaram muito para o reconhecimento de que havia escolhido a profissão correta. A luta por uma concepção de educação popular não seria possível individualmente. Tive a sorte de poder compartilhar e lutar por esse sonho ao lado de pessoas maravilhosas, engajadas na transformação social através da educação.

Aos amigos e companheiros das empreitadas da vida, Alejandro Romero, Mathias Scherer, Eduardo Alves Garcia e Marcos Brum da Silva, camaradas com quem tive o privilégio de exercer a docência e de compartilhar as alegrias do cotidiano ao longo dos anos. Do mesmo modo agradeço aos demais amigos que fizeram os desafios cotidianos mais fáceis, em especial às amigas Caroline Gomes, Stella Ferreira, Perla Reis, e aos amigos Lucas Scheik, Carlos Jarenkow, Lourenço Teixeira e Rhenan Santos.

Dedico este trabalho à minha companheira Vanessa Dornelles, com quem compartilho as alegrias cotidianas, o amor pela história, pela docência, pela música, os sonhos e a esperança de viver em um mundo melhor. A ela agradeço a paciência e a dedicação para a revisão dessa pesquisa. Sua contribuição se encontra em cada página desse trabalho.

Agradeço ao companheiro de curso Jorge Fernandes, que entre uma viagem e outra a Portugal ou a Moçambique, garimpando nos alfarrábios, contribuiu com parte do material que foi fundamental para a realização do presente trabalho. Agradeço também a Letícia Wickert Fernandes, pela revisão e formatação do presente texto.

Ao meu orientador José Rivair Macedo, pela generosidade, aconselhamento, incansável contribuição científica e apoio durante o processo de escrita desse trabalho. As discussões e as aulas dadas a cada encontro contribuíram muito para a concretização dessa pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos professores e funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e a Faculdade de Educação. Agradeço aos professores do Departamento de História do IFCH, em especial ao professor Enrique Serra Padrós pelo apoio constante e por mostrar que a docência é, não só uma profissão, mas um instrumento para transformar a sociedade, e ao professor Luiz Dario Teixeira Ribeiro, presente em cada uma das etapas dessa jornada.

Presto meus agradecimentos aos professores membros da banca avaliadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carla Brandalise, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Fábria Barbosa Ribeiro e Prof. Dr. Jorge Fernando Jairoce, pela leitura atenta, sugestões e críticas que contribuíram para a finalização do trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo à pesquisa e contribuição para o desenvolvimento da produção de conhecimento no Brasil.

Agradeço aos programas voltados à democratização da educação via ações afirmativas, tais como as cotas raciais, socioeconômicas e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esses programas fizeram do ingresso na universidade pública uma realidade para aqueles que foram historicamente negligenciados pela política educacional brasileira. Dedico esse trabalho a todos aqueles que lutam e lutaram por uma educação popular, pública, democrática, gratuita, de qualidade e voltada à justiça social.

Finalmente, dedico esse trabalho aos profissionais moçambicanos que se empenharam em construir uma história independente dos laços do colonialismo e a população de Moçambique, pelo exemplo de luta, originalidade e diversidade que marcam a história e a cultura moçambicana.

## RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a relevância dos manuais didáticos moçambicanos produzidos pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), desde a guerra de libertação do país contra o colonialismo português até o período posterior à sua independência, marcado pela hegemonia do Partido-Frelimo na tomada dos rumos da nação, especificamente entre os anos de 1971 e 1990. Consideramos a literatura didática produzida como documento que ancora as noções de pertencimento nacional moçambicano, para isso, analisamos as marcas deixadas pelo projeto societal da Frelimo, assim como a problemática da modernidade contida em seu projeto nacionalista. Procuramos examinar o papel das instituições de ensino e pesquisa ligadas ao Estado para a construção de novos indivíduos, e a produção de conhecimento e perspectiva historiográfica, ideológica e cultural dos profissionais vinculados à essas instituições. Para isso tomamos como fontes históricas manuais didáticos produzidos em distintas fases da trajetória do país, utilizando da literatura escolar para refletir acerca da problemática da escrita da história de Moçambique, importante fator para a autoafirmação do país e para a construção da identidade nacional almejada pelas lideranças moçambicanas do período. Utilizamos, ainda, um arcabouço teórico voltado para uma análise crítica sobre o fenômeno dos nacionalismos africanos e ao eurocentrismo como paradigma universal. O trabalho busca, portanto, analisar de que maneira, na elaboração da bibliografia escolar, estão inseridos substratos simbólicos e valorativos que corroboram para a construção de imagens estereotipadas das populações tradicionais moçambicanas e para a continuidade de reafirmação de discursos sobre África e de banalização dos universos africanos.

**Palavras-chave:** manuais didáticos de história, identidade nacional moçambicana, Frelimo, modernidade, educação em Moçambique.

## ABSTRACT

This paper discusses the relevance of the Mozambican textbooks produced by the Mozambique Liberation Front (Frelimo). The documents analyzed range from the country's liberation war against Portuguese colonialism to the period after its independence, marked by the hegemony of the Frelimo Party in taking the direction of the nation, specifically between the years 1971 and 1990. The didactic literature produced anchors the notions of Mozambican national belonging, and for that, we analyze the marks left by Frelimo's societal project, as well as the problem of modernism contained in their nationalist project. This paper examines the role of teaching and research institutions linked to the State for the construction of new individuals. It also examines the production of knowledge and historiographical, ideological and cultural perspectives of professionals linked to these institutions. For that analysis, didactic manuals produced in different stages of the country's history were used as historical sources, using school literature to reflect upon the issue of writing the history of Mozambique, an important factor for the country's self-affirmation and for the construction of the national identity desired by the Mozambican leaders of the period. In addition, a theoretical framework aimed at a critical analysis of the phenomenon of African nationalisms and Eurocentrism was used as a universal paradigm. This paper seeks to analyze how, in the creation of the school bibliography, symbolic and valuative essences that support the construction of stereotyped images of traditional Mozambican populations are inserted, and for the continuity of reiterating speeches about Africa and the banalization of universes Africans.

**Keywords:** History Textbooks, mozambican national, identity mozambicanity, Frelimo, modernity, education in Mozambique.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique  
BM – Banco Mundial  
CEA – Centro de Estudos Africanos  
CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas  
COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique  
FICO – Frente para Independência e Continuidade com o Ocidente  
FLN – Frente de Libertação Nacional  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FRECOMO – Frente de Convergência de Moçambique  
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique  
GD – Grupos Dinamizadores  
GUMO – Grupo Unido de Moçambique  
HGA – História Geral da África  
INDE – Instituto Nacional de Desenvolvimento Escolar  
MANU – Mozambique African National Union  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MFA – Movimento das Forças Armadas  
OPVDC – Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil  
OUA – Organização da Unidade Africana  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OP – Operação Produção  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde  
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado  
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana  
SNE – Sistema Nacional de Educação  
UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique  
UEM – Universidade Eduardo Mondlane  
UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZANLA – Zimbábwe African Liberation Army

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 9   |
| <b>CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE DURANTE A DITADURA DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1930-1974)</b> ..... | 22  |
| 1.1 <i>A Luta Armada de Libertação Nacional e a Educação</i> .....   | 22  |
| 1.2 <i>Fundação da FRELIMO e a Luta Armada de Libertação Nacional</i> .....                                      | 28  |
| 1.3 <i>“HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE” (1971): unidade e resistência ao colonialismo português</i> .....                | 33  |
| <b>CAPÍTULO 2. O PÓS-INDEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (1975-1981)</b> .....                       | 50  |
| 2.1 <i>O Fim do Colonialismo Português em Moçambique</i> .....   | 50  |
| 2.2 <i>Educação e Pesquisa em Moçambique: o caso do Centro de Estudos Africanos</i> .....                        | 56  |
| 2.3 <i>“HISTÓRIA: Manual da 11ª classe” (1981): a História de Moçambique sob a perspectiva marxista</i> .....    | 67  |
| <b>CAPÍTULO 3. DA CRISE À DESESTRUTURAÇÃO DO ESTADO SOCIALISTA EM MOÇAMBIQUE (1982-1990)</b> .....               | 88  |
| 3.1 <i>A Crise em Moçambique no início da década de 1980</i> .....   | 88  |
| 3.2 <i>A Lei do Sistema Nacional de Educação e a formação do Homem Novo</i> .....                                | 97  |
| 3.3 <i>“A HISTÓRIA DA MINHA PÁTRIA” (1986): unidade e modernização de Moçambique</i> .....                       | 107 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 130 |
| <b>FONTES</b> .....  | 137 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 138 |
| <b>ANEXOS</b> .....  | 143 |
| ANEXO A - <i>Índice e conteúdo do manual didático “História de Moçambique”, de 1971</i> .....                    | 143 |
| ANEXO B – <i>Índice e conteúdo do manual didático “HISTÓRIA – Manual da 11ª classe, de 1981</i> .....            | 144 |
| ANEXO C – <i>Índice e conteúdo do manual didático “A História da Minha Pátria”, de 1986</i> .....                | 145 |
| ANEXO D – <i>Capas dos manuais didáticos objetos de estudo</i> .....   | 145 |
| ANEXO E - <i>Mapa político atual de Moçambique</i> .....   | 146 |

## INTRODUÇÃO

Quando ocorreu a independência de Moçambique, em 25 de junho de 1975, a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO<sup>1</sup>, guerrilha armada que assume o poder do Estado após a independência, se estabeleceu como força motriz capaz de empreender a liderança do Estado moçambicano, assim como de forjar e promover a identidade da nação. Esse projeto nacionalista foi levado a cabo pelos dirigentes do novo Estado, dispostos a articular o conjunto de valores desejados para a construção da moçambicanidade e para a efetivação da unidade nacional.

A proposta de transformação social, instrução e formação dos novos indivíduos, encontra-se processualmente inerente à escrita da história do país. Desde o início da década de 1970, como forma de autoafirmação da nação moçambicana emergente, a Frelimo buscou suas bases na resistência heroica do povo moçambicano para a escrita da “verdadeira história”, desprendida do passado colonial e das lógicas de poder das populações tradicionais de Moçambique, evocando a resistência como fator unificador para comunidade estabelecida do “Rovuma ao Maputo”<sup>2</sup>.

Porém, é importante realçar que os vínculos entre as comunidades étnico-culturais remanescentes do período pré-colonial e o Estado moçambicano independente se mostrariam abalados pelo confronto entre o projeto de modernização da sociedade, encabeçado pela Frelimo, e as práticas consuetudinárias das populações tradicionais dentro dos limites da nova nação. A postura da Frelimo, de negligência quanto ao poder das autoridades locais e negação do tradicional, tem suas bases na ideia de formação do Homem Novo. Dessa forma, promover a modernização da sociedade a partir de suas bases, ou seja, da construção do povo desejado, significava renunciar o passado tradicional, estigmatizado como “primitivo”. Nesse contexto, os poderes locais e os modos de pensar tradicionais, como também o colonialismo, representavam os principais inimigos do processo de transição para uma nação “civilizada” e para o modelo de modernidade almejado pela Frelimo.

Como instrumentos institucionais, os manuais didáticos expressam a intenção da Frelimo de “superar as diferenças internas para consolidar a unidade nacional, isto é, tinha

---

<sup>1</sup> Serão utilizadas, à título de diferenciação, e para não incorrerem em simplificações, as siglas FRELIMO — caracterizada pela união de diversos grupos em prol da libertação de Moçambique contra o regime colonialista português (1962-1975) — e, Frelimo — partido único que assume o poder em Moçambique, adotando os postulados marxistas-leninistas, de 1975 até a abertura às eleições multipartidárias em 1994.

<sup>2</sup> Diz-se dos rios limítrofes de Moçambique. Simbolizam, para a Frelimo, a unidade nacional.

importante função de consolidar a identidade moçambicana”<sup>3</sup>. Portanto, veiculam os traços de pertencimento estabelecidos pela classe dirigente<sup>4</sup> do Estado. Este conjunto de qualidades é definido como parâmetro para a formação dos novos indivíduos da nação moçambicana, seguindo uma proposta unitarista que “repudiava o ‘colonial’, o ‘tradicional’ [...], preconizando a gradual convergência de identidades dos diferentes grupos etnolinguísticos numa realidade ‘modernizadora’ ”<sup>5</sup>.

O presente trabalho pretende analisar a relevância dos manuais didáticos moçambicanos para a criação do projeto de nação da Frelimo, considerando que essa literatura didática contém um conjunto de valores, bem como símbolos e noções de pertencimento dos cidadãos moçambicanos, almejados pela classe dirigente do Estado da República Popular de Moçambique. Busca, portanto, investigá-los partindo da seguinte questão: de que forma os manuais didáticos moçambicanos instrumentalizaram e colaboraram para a construção de um projeto de nação e das identidades dos cidadãos e cidadãs em Moçambique entre 1971 e 1990? Como balizas cronológicas estabelecemos a publicação do manual “História de Moçambique”, publicado em 1971 pela FRELIMO (em meio à guerra contra as forças colonialistas portuguesas), o qual expressa o embrião do projeto nacionalista da Frente de Libertação. O ano de 1990 é caracterizado pela promulgação da segunda Constituição de Moçambique quando, após o desgaste do projeto de nação da Frelimo, sob a presidência de Joaquim Chissano, o país adere ao multipartidarismo e a abertura econômica ao capitalismo de mercado, processo em andamento desde a primeira metade da década de 1980, então legitimada pela nova Constituição. No entanto, podem ser observados alguns recuos temporais, necessários para a análise das leis coloniais e do contexto em que Moçambique estava inserido durante o domínio português.

Assim, pretende-se avaliar os conteúdos existentes nestes manuais de maneira que se possa compreender sua historicidade, visando investigar a forma como os preceitos da modernidade ocidental, seus conceitos e discursos, corroboraram tanto para a escrita da

---

<sup>3</sup> LIMA, Paula Sophia Branco de. **Moçambique como lugar de interrogação**: a modernidade em Elísio Macamo e Severino Ngoenha. Cape Town, África do Sul: African Minds, 2016, p.19.

<sup>4</sup> Por classe, não atribuímos para a análise seu entendimento com sentido restrito, mas sim a noção investida por Georges Balandier na qual a “classe dirigente” é a única classe bem constituída em África, sendo caracterizada “pelo acesso e a luta em torno do poder”. BALANDIER, Georges. “Problematique des classes sociale en Afrique noire”, Cahier Internationaux de Sociologie, n. XXXVIII (1965), p. 141 *apud* ZAMPARONI, Valdemir. Entre Narros & Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890-c.1940. 1998. 582 f. Tese de Doutorado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1998, p. 375.

<sup>5</sup> CABAÇO, José Luis. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007, p. 410.

história moçambicana quanto para a construção da moçambicanidade<sup>6</sup>. Busca-se analisar de que modo, na constituição da bibliografia escolar moçambicana estão inseridos substratos simbólicos e valorativos que corroboram para a construção de imagens estereotipadas das populações tradicionais da região. Da mesma maneira, busca-se avaliar características presentes nos manuais que reafirmam a manutenção de um discurso de banalização dos universos africanos.

Tais perguntas exigem um olhar detalhado sobre os diversos contextos Africanos para encontrar as respostas necessárias. Evidentemente, para o caso de Moçambique, é necessário considerar a intervenção colonialista europeia na região e o projeto de nação elaborado desde o embrião anticolonial e anti-imperialista iniciado pela guerra de independência. A influência das principais lideranças guerrilheiras que se tornaram protagonistas para a construção de tais aspectos identitários, após a libertação, promoveram a elaboração desses pressupostos partindo das instituições estatais criadas para, entre outros fatores, atingir esse objetivo.

Cabe ressaltar que se compreende a complexidade e as diversas peculiaridades decorrentes da inserção dos projetos nacionais em diferentes sociedades africanas. O que se pretende é levantar alguns pressupostos pertinentes para a reflexão das contradições existentes no projeto moderno de nação de Moçambique independente. Do mesmo modo, buscar-se-á encontrar, no âmago do sinuoso jogo de construção das identidades, as características inerentes aos projetos nacionalistas, respeitando o caráter específico para a construção do nacionalismo moçambicano.

Sobre o nacionalismo como fenômeno histórico, algumas produções fulguram como obras basilares que pretendem discutir esse tema em sua perspectiva europeia, como, por exemplo, as obras dos historiadores Benedict Anderson e Eric Hobsbawm. As suas observações são relevantes na medida em que exploram a construção de valores coletivos, a partir das alterações na vida política, econômica e cotidiana, evidenciando o advento da modernidade na Europa e o surgimento de um novo fenômeno histórico – o nascimento das nações modernas. Suas perspectivas contribuem para refletir sobre as implicações de um projeto de comunidade alheio ao continente, mas que, por um movimento histórico, se torna

---

<sup>6</sup> Sobre a identidade nacional moçambicana e a construção da moçambicanidade, tende-se a concordar com a perspectiva apontada por Paredes, quando afirma que “o caso da construção da nação em Moçambique repousa sobre múltiplas camadas identitárias em que se misturam presenças culturais de diferentes períodos com lógicas de ruptura política e de construção de uma ‘nova’ sociedade”. In: PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014, p. 155.

um projeto de caráter universalizante, a partir das intervenções europeias lançadas desde a dominação colonialista no continente africano.

A obra de Benedict Anderson traz grandes contribuições na medida que sugere possibilidades de interpretação sobre o fenômeno em uma perspectiva, como menciona o próprio autor, “copernicana”, buscando interpretar a “nacionalidade”, a “condição nacional” e o “nacionalismo”, como “produtos culturais específicos” decorrentes do “cruzamento” complexo de diferentes forças históricas<sup>7</sup>. Essas premissas permitiram ao autor identificar que, aos finais do século XVIII, vários produtos culturais tornaram possível a ideia de unidade, que o autor denomina comunidades imaginadas, defendendo o argumento de que a identidade nacional necessita, como sustentáculo, de uma ideia partilhada sobre ela para sua existência e, assim, sua legitimação. Dessa forma, o nacionalismo é fruto do compartilhamento da ideia imaginada da comunidade.

A obra de Anderson corrobora para o entendimento da formação do Estados-nacionais modernos e para a compreensão dos caminhos que levaram à formação das comunidades imaginadas. Essas transformações, alteraram a percepção das comunidades da Europa Ocidental do século XVIII, com o surgimento de novas maneiras de se apreender “significativamente a fraternidade, o poder e o tempo”<sup>8</sup>. Como fator catalizador para união desses elementos, o capitalismo editorial corroborou para a criação de novas percepções de pertença comunitária – conduzindo às origens da consciência nacional. Dentre os novos instrumentos para alteração da percepção podemos citar o surgimento dos vernáculos articulados pela imprensa na formação de línguas impressas, sendo disseminadas através de romances ou jornais, histórias ou notícias “comuns” à mesma comunidade.

Nesse sentido, a história nacional, escrita pelos nacionalistas, mostra sua proximidade com a escrita da história, no que diz respeito aos recortes, silenciamentos e esquecimentos<sup>9</sup> que fazem parte da estrutura na construção da história da nação. Enquanto os historiadores profissionais trabalham dentro dos limites e rigor impostos pelo método, a história nacional é campo de construção e transformação de identidades esmeradas para o futuro da nação, correspondendo aos anseios da camada dirigente do Estado, os quais, para suprir o desejo pela crônica nacionalista, moldam a nação conforme desejam. Assim, como salienta Hobsbawm, “a história que os nacionalistas querem não é a história que os historiadores profissionais, até

---

<sup>7</sup> ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 30.

<sup>8</sup> Ibid., p. 70.

<sup>9</sup> Sobre essa temática e sua relação com a escrita da história ver o clássico, RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

mesmo os que estão ideologicamente comprometidos, têm a fornecer. Ela é uma mitologia retrospectiva”<sup>10</sup>, e, ao rememorar as palavras de Ernest Renan, Hobsbawm evidencia o fato de que “o esquecimento da história, ou mesmo o erro histórico [*l’erreur historique*], é um fator essencial na formação de uma nação, razão por que o avanço dos estudos históricos é sempre perigoso para a nacionalidade”<sup>11</sup>. Cabe salientar, ainda, que apesar de seu caráter imaginativo, construído de acordo com as transformações culturais e, fruto de modificações ocasionadas pela ascensão da modernidade no século XVIII, como evidenciou Anderson, podemos apontar para o aspecto político inerente ao fenômeno do nacionalismo. Esse projeto pressupõe uma idealização da nação; uma estratégia para a criação de uma identidade tão uniforme quanto autoconsciente de sua existência como indivíduo pertencente a uma nação, mas esbarra, inevitavelmente, na variedade cultural e étnica existentes nos limites (também imaginários) das nações. Conforme destaca Hobsbawm,

O nacionalismo é um projeto político e, em termos históricos, bastante recente. Ele afirma que os grupos definidos como “nações” têm o direito de formar e devem formar Estados territoriais do tipo que se tornou padrão desde a Revolução Francesa. Sem esse projeto, realizado ou não, “nacionalismo” é uma palavra vazia. Na prática, o projeto geralmente significa exercer o controle soberano sobre uma faixa territorial tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas e habitada por uma população homogênea, que compõe seu corpo essencial de cidadãos.<sup>12</sup>

Esse debate, longe de estar encerrado, coloca uma série de questões quando nos referimos à problemática sobre a formação dos nacionalismos africanos. Supor que o método de análise para investigação do caso europeu de formação da nação possa ser alargado para a interpretação dos nacionalismos em África pode ser ingênuo, além disso, está sujeito a cometer simplificações ao abordar contextos específicos, ainda mais ao se tratar do surgimento das nações que buscam sua emancipação do colonialismo europeu.

Nesse sentido, Patrick Chabal apresenta argumentos substanciais pertinentes para os estudos desse fenômeno no contexto africano. Em sua perspectiva, apontar que a formação dos nacionalismos atende as mesmas características que as da formação das nações europeias pode apresentar um equívoco analítico. Conforme o autor, a transposição do mesmo modelo analítico apresentado, principalmente por Benedict Anderson, para a formação das comunidades imaginadas, pode ofuscar pontos importantes e necessários para o entendimento dos projetos políticos empreendidos pelos nacionalistas em África. Para o autor, a construção

<sup>10</sup> HOBBSAWM, Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p. 271.

<sup>11</sup> Ibid., p. 271-272

<sup>12</sup> HOBBSAWM, op. cit., p. 273.

dos estados-nações do continente africano passou por um processo de formação muito mais penoso. Isso se deve aos problemas econômicos que marcaram o contexto mundial na segunda metade do século XX, assim, como resultado desses problemas, diversas nações no continente africano se encontraram inseridas em contextos de crise, evidenciando uma série de problemas pós-coloniais, como por exemplo, golpes de estado, conflitos étnicos e guerras civis.

Para Chabal, a questão principal para África não diz respeito ao caráter artificial do Estado-nação, ponto abordado por Anderson, mas sim o modo como o poder é exercido no continente, sendo que “o modelo de Estado-nação é a resposta para a crise de desenvolvimento em África”<sup>13</sup>. Por esse motivo, o autor acredita que para a compreensão do fenômeno do nacionalismo, o olhar deve perpassar não pelo modo como as comunidades são imaginadas em África, mas sim, como as elites que dominaram os projetos nacionalistas imaginaram as suas modernidades. Nesse sentido, reavaliar os projetos nacionalistas sob uma perspectiva que atenda a especificidade de África, não diz respeito apenas em pensar a “comunidade imaginada”, mas também, refletir sobre o *modus operandi* adotado pelas elites para a construção de suas “modernidades imaginadas”, que, ao assumir as estruturas político-econômicas do estado, direcionam seus esforços para a modernização da sociedade. Sob esse prisma analítico, o nacionalismo africano não pode ser considerado como um resultado da modernidade, como no contexto europeu, mas sim, deve ser entendido como um incentivador do projeto moderno, no qual as nações visam não o seu passado e sim um futuro a ser construído.

Assim, conforme o ímpeto unificador e de padronização da sociedade, como uma forma de se reivindicar a autoafirmação como nação em um contexto no qual as demandas políticas internacionais estavam em jogo, as camadas dirigentes dos estados-nações emergentes pretendiam combater as autoridades regionais e, assim, acabar com os possíveis riscos de fragmentação do poder dentro dos seus limites territoriais. Esse é um dos legados deixados pelo colonialismo na organização das nações africanas modernas, porém, há de se destacar que outras formas de se compreender os “universos africanos” foram substituídas após a gradual aplicação do sistema valorativo europeu no continente. De origem no colonialismo, o modelo de racionalidade moderno influenciou, e continua influenciando, os referenciais de inteligibilidade e de organização societal. Sendo que, em África,

---

<sup>13</sup> The problem has to do with the ways in which power is exercised rather than with the question of the artificial nature of the nation-state. (tradução nossa). CHABAL, Patrick. Imagined Modernities: Community, Nation and State in Postcolonial Africa. In: TORRALBA, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. **Comunidades Imaginadas**. Nação e nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008, p. 42-43.

Os colonizadores basearam-se nas tradições europeias tanto para definir quanto para justificar sua posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais foi às vezes possível incluir os africanos. Na África, portanto, todo o aparelho composto pelas tradições escolares, profissionais e regimentais veio a exercer um papel de comando e controle muito maior do que na própria Europa.<sup>14</sup>

A observação de Terence Ranger é importante para refletir sobre a intervenção europeia, através da empresa colonial no continente africano, sendo que, ao tratarmos de estudar os nacionalismos africanos do século XX, torna-se imprescindível destacar a influência da intervenção colonialista europeia na constituição das identidades locais. É de destaque que, a partir do contato com o “outro” as identidades das populações africanas foram drasticamente modificadas. A partir da expansão europeia, com as conquistas ultramarinas desde o século XV, a modernidade e seus modos de inteligibilidade, o aparato burocrático e seus sistemas de manutenção de poder, são instituídos como modelo civilizacional para África, fazendo com que diversas consequências no que diz respeito à identidade se tornem latentes. A intervenção europeia, sistematizada e organizada, levou à gradual dominação sobre as populações do continente. Concomitante a isso, discursos de inferiorização e de mitificação<sup>15</sup> do “outro”, nesse caso, do “africano”, foram criados como formas de sustentar o poder, legitimando a dominação com base no discurso civilizacional.

Nesse sentido, a obra de Valentim Mudimbe demonstra ser relevante para a reflexão sobre as consequências do colonialismo em África, incidindo tanto sobre as marcas deixadas através da dominação física, como o que se mostra remanescente no modo de pensar africano e para a construção no imaginário ocidental da figura do “outro”. A partir de uma análise gnoseológica, Mudimbe afirma que como forma de dominação, o surgimento de epistemes e de um conjunto de conceitos, discursos, metodologias e formas de conhecimentos possibilitados por elas, levaram ao discurso de legitimação para a intervenção colonialista em motivo da premissa de “evolução social”, onde o conhecimento, de pretensão universalizante europeu, funciona como instrumento de poder. Desse modo, o surgimento do modelo de racionalidade europeu na modernidade fora utilizado com base em sólidas estruturas discursivas para a legitimação da dominação e se mostra importante em relação a formação das identidades. No que diz respeito a ciência, a utilização do conhecimento como mecanismo

---

<sup>14</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 219.

<sup>15</sup> Por mitificação entendemos um conjunto de atributos legados à África e aos africanos que, fruto da modernidade, desde a expansão marítima europeia e intensificado a partir do colonialismo do séc. XIX, construiu uma série de estereótipos e discursos de poder com o objetivo de classificar e impor características e valores alheios às populações africanas e, sendo assim, construindo uma visão deturpada, muitas vezes recorrendo à relatos fantasiosos, de África e dos africanos.

essencial para o poder cria dispositivos que banalizam os saberes africanos. Como salienta Mudimbe,

a novidade reside no fato de o discurso sobre “selvagens” ser, pela primeira vez, um discurso em que um poder político explícito pressupõe a autoridade de um conhecimento científico e vice-versa. O colonialismo torna-se o seu projeto e pode ser pensado como uma duplicação e um cumprimento do poder dos discursos ocidentais sobre variedades humanas.<sup>16</sup>

A intervenção colonialista resulta não só na dominação do espaço físico, mas também lega ao pensamento africano modelos de inteligibilidade antes alheios às populações locais, integrando seus modos de pensar, paradigmas filosóficos e modelos econômicos em uma perspectiva ocidental, sustentadas por estruturas discursivas que incluem o paradoxo da alteridade e da identidade africana, no processo de invenção de África para o ocidente. A institucionalização de paradigmas alheios aos autóctones das populações africanas, são denunciadas por Mudimbe, assim como a banalização do modo de pensar africano, denunciando, assim, a criação de uma biblioteca colonial, quer dizer,

um conjunto de enunciados emanados de distintos grupos de observadores externos que acabaram por constituir “regimes de verdade” e servir de recurso de autoridade de uma “razão etnológica” amplamente empregada na interpretação da realidades africanas – inclusive por africanos.<sup>17</sup>

Nos últimos tempos, no campo da produção historiográfica da vertente pós-colonial, é possível que o nome de maior destaque seja o do historiador e cientista político Achille Mbembe. Suas interpretações sobre os fenômenos decorrentes do colonialismo inserem no debate pontos importantes a respeito da construção do “outro” em África, sobre as consequências nos corpos e mentes dos colonialistas e colonizados durante a intervenção colonialista europeia e a inserção da modernidade em África.

Segundo Mbembe, a produção de questões de raça, a partir do enquadramento dos indivíduos africanos, e de África como terra estigmatizada pela tradição, assim como pela ideia de primitivo, levou a formação de uma série de discursos propagados pelo ocidente, criando uma África estereotipada, através da formação e propagação de discursos que enquadram os indivíduos pela questão da raça. Como salienta o autor:

“África” e “negro” – uma relação de co-produção liga esses dois conceitos. Falar de um é efetivamente evocar o outro. Um concede ao outro o seu valor consagrado. Dizemos que nem todos os africanos são negros. No entanto, África tem um corpo,

<sup>16</sup> MUDIMBE, Valentin Yves. **A Invenção de África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013, p. 33.

<sup>17</sup> MACEDO, José Rivair. Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Houtondji, Valentim Mudimbe e Achille Mbembe. **Catalão-GO**, v. 16, n. 2, p. 280-298, jul./dez. 2016, p. 287-288.

um isto, é o Negro que concede – pouco importa onde ele se encontra no mundo. E se o negro é uma alcunha, se ele é aquilo, é por causa de África. Ambos, isto ou aquilo, remetem para a diferença mais pura e mais radical e para a lei da separação. Um confunde-se com o outro, e um pesa no outro com o seu peso contagiante, simultaneamente sombra e matéria. Os dois lados são o resultado de um longo processo histórico de produção de questões de raça.<sup>18</sup>

Além da criação de questões de raça, a empresa colonialista europeia se constituiu de um arcabouço de violência e dominação para a inserção de seu sistema valorativo e dos pressupostos da modernidade. Para o caso da construção do nacionalismo moçambicano em específico, podemos relacionar o modo como o projeto de moçambicanidade é perpassando pelo conceito de modernidade.

Segundo o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, a interferência europeia, que introduziu em Moçambique um sistema valorativo diferente em relação aos que ali existiam, teve como resultado a necessidade das populações de interrogarem as suas realidades, visto a complexificação das condições objetivas impostas. Assim, Macamo classifica que a modernidade é a

complexificação da realidade social a partir da tensão que os indivíduos estabelecem com o meio social em que estão inseridos. Neste sentido a integração de África no sistema mundial e as tensões que o continente estabeleceu com o paradigma da modernidade revelam-se como condições objetivas de reflexão sobre a constituição da realidade e estas condições objetivas obrigam-nos a interrogarmo-nos sobre elas.<sup>19</sup>

A conceitualização de modernidade para Macamo não corresponde à assimilação pura e direta do sistema valorativo europeu, mas seu contato forçado com o mesmo cria a necessidade de interrogação sobre sua realidade. O modelo de pensamento formado a partir do choque civilizacional, acaba, conforme o autor, por fomentar a reflexão dos africanos sobre seu futuro, ao passo que incentiva a reflexão sobre sua realidade objetiva, gerada pelas tensões sociais e podem contribuir para a construção de um futuro para África. Desse modo, o autor reitera que as tensões ocasionadas pelo contato entre as diferentes culturas com a modernidade acabaram gerando múltiplas modernidades.

Cabe refletir sobre o quanto estão reminiscentes as características dessa modernidade na escrita da história de Moçambique, no que diz respeito ao modo como, para a construção da nação e da identidade nacional moçambicana e na busca pela padronização da população, a literatura didática instrumentaliza esses discursos. Movida pelo ímpeto modernizante conduzido pela Frelimo, as populações tradicionais representavam uma ameaça ao projeto unitarista de Estado, e esse, por sua vez, acabou negligenciando-as.

<sup>18</sup> MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2013, p. 75.

<sup>19</sup> MACAMO, 2002 *apud* LIMA, 2016, p. 40.

Nesse sentido, Severino Ngoenha chama a atenção para a problemática da diversidade cultural presente no território moçambicano. A diversidade de povos e culturas ali existentes entraram em contato com outros modos de organização societal externos. Esses modelos de sociedade foram impostos primeiramente pela intervenção colonialista portuguesa e, com o andamento da Guerra de Libertação e a conseguinte independência, pelo modelo baseado nos pressupostos marxistas-leninistas adotados pela Frelimo para estruturação do novo estado-nação moçambicano.

O imperativo da modernidade em Moçambique, de acordo com Ngoenha, possui sua relação com a construção das noções de pertencimento nacional gestadas durante a independência e ressignificadas pelo Estado governado pela Frelimo. Sua preocupação está em desvendar a gênese da moçambicanidade, ao passo que pretende encontrar uma dimensão para a consciência histórica moçambicana, de forma que a pertença étnica - no sentido da localidade específica na qual um cidadão moçambicano possua identificação - esteja acima da pertença nacional. Para isso, deve-se ter em vista a diversidade de elementos culturais dentro do território, caso que se observa não só em Moçambique, mas sim em diversos países que sofreram com as intervenções colonialistas europeias. Como afirma Ngoenha:

Contudo, um dos problemas principais aqui é relacionar filosofia e cultura. Isto é, reconhecer a existência de um pluralismo cultural no interior das nossas sociedades, pluralismo que se manifesta muitas vezes sob a forma de oposição entre a modernidade e o patrimônio comum a que nós chamamos de tradição.<sup>20</sup>

O extrato identitário existente na literatura escolar pode ser analisado, portanto, pelos princípios norteadores de Ngoenha e Mudimbe. Como substrato político, ideológico e cultural, o sistema valorativo adotado segue, em sua gênese, traços dos ideais da modernidade que implicam na conservação e afirmação de pressupostos científicos para percorrer o caminho ao futuro da sociedade moçambicana.

A análise de Ngoenha aponta que, para uma constituição histórica dos laços de pertencimento do caso moçambicano, deve-se atentar para o choque entre as diversas historicidades presentes naquele território. A complexificação dessas historicidades sofreram ainda com a interseção de novos pressupostos até então não experimentados, que fizeram com que a historicidade moçambicana passasse por um processo de ressignificação, como o marxismo-leninismo, posto em prática pelo projeto nacionalista da Frelimo. Esse novo projeto de nação está explícito na elaboração dos manuais didáticos que serão analisados neste

---

<sup>20</sup>NGOENHA, Severino. **Por uma dimensão moçambicana de consciência histórica**. Porto: Edições Salesianas, 1992, p. 78.

trabalho, porque se configuram como norteadores da educação básica de Moçambique no período entre 1971 e 1990 e como instrumentos de propagação do nacionalismo.

Dito isso, verificar em que medida a herança do pensamento gnoseológico e epistemológico europeu encontram sua correspondência nos manuais didáticos elaborados com a finalidade de formar o novo cidadão moçambicano se torna se suma importância. Os manuais didáticos acabam por expressar o ideário nacionalista, tendo em vista que foram elaborados pela Frelimo como material significativo no que diz respeito à propagação do discurso de unidade nacional e de recusa dos pressupostos do modelo de organização das comunidades tradicionais de Moçambique.

Metodologicamente, para o tratamento das fontes, priorizamos a análise das narrativas inseridas na literatura didática disponível. Sendo assim, buscamos identificar, selecionar, descrever e analisar a relação dos conteúdos com a perspectiva de formação da nação e de escrita da história de Moçambique, disponíveis nos documentos oficiais produzidos pelas instituições estatais do pós-independência

Desse modo, evidencia-se a necessidade de pensar a potencialidade dos manuais didáticos como fonte histórica. Nessa perspectiva, acredita-se que as considerações de Alain Choppin sobre o manual didático como alvo de investigação se tornam bastante relevantes, pois, para utilização dos manuais didáticos como fonte histórica, é imprescindível verificar como ele se insere no campo historiográfico. De acordo com Choppin, é de grande relevância atentar para o amálgama de sentidos implícitos nesse material, principalmente para a “complexidade do objeto ‘livro didático’, a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve”<sup>21</sup>. Para a abordagem do caso moçambicano, a utilização dessa ferramenta institucional para a formação de novos cidadãos está intrinsecamente ligada aos anseios da camada dirigente do Estado, que inserem nesses materiais uma série de premissas voltadas para a constituição da cidadania, fundamentais para a execução dos projetos de nação. No caso dos manuais voltados ao ensino de História, a intenção dessa ferramenta está na

formação da identidade nacional, [...] mais comuns em países que conquistaram a autonomia ou que a recuperaram recentemente, ou naqueles nos quais o poder político preocupou-se em consolidar, ou alimentar - por razões diversas - o sentimento de nacionalidade.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004, p. 552.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 556.

Como aponta o autor, historicamente os manuais didáticos possuem essencialmente quatro funções fundamentais. Essas funções, de acordo com Choppin “podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”<sup>23</sup>. Essas funções são (i) função referencial; (ii) função instrumental; (iii) função ideológica e cultural e (iv) função documental. Cabe ressaltar que para este trabalho serão exploradas para ressaltar as especificidades do nacionalismo moçambicano, em diferentes graus, fundamentalmente a função referencial, isto é, o conjunto de valores que constituem os “conteúdos educativos, o depositário de conhecimentos, técnicas ou habilidades passadas às gerações futuras do país e, a função ideológico-cultural, que conforme o autor se constitui como “um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes”<sup>24</sup>.

A partir das premissas apresentadas, buscamos interrogar os sentidos intrínsecos ao conjunto de características utilizadas para a construção da identidade nacional em Moçambique através dos manuais didáticos. Esse material, elaborado pelos agentes das instituições estatais de ensino e pesquisa, possuía como objetivo a construção da história da nação: uma história desvinculada do passado colonial português e que reitera a luta pela liberdade, a unidade nacional, bem como a autonomia do Estado moçambicano. Em suma, podemos afirmar que a concepção de história tomada pela Frelimo para constituição do projeto nacionalista segue as premissas da modernidade, visando a modernização da sociedade em detrimento da diversidade cultural e étnica<sup>25</sup> existente no território.

Podemos estabelecer uma ordem cronológica para a análise dos manuais didáticos, pois isso irá auxiliar a compreensão dos diferentes contextos históricos em que estão inseridos. No capítulo I, a análise do primeiro manual didático denominado “História de Moçambique”, do ano de 1971, está inserido no contexto de Luta Armada de Libertação Nacional<sup>26</sup>, ou seja, época em que a fomentação do sentimento de pertença nacional estava

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 553.

<sup>24</sup> Ibid.

<sup>25</sup> A diversidade étnica presente em Moçambique ora apresenta divisões acentuadas por regiões, ora convivência ou sobreposições entre as diferentes comunidades. Destacamos, assim, os grupos: Nyanja (ocupando as margens do lago Niassa), Macua (nas províncias de Nampula, parte da Zambézia, Niassa e Cabo Delgado), Yau (majoritariamente na região de Cabo Delgado), Sena (na Zambézia, Manica e Sofala), Ndau-Nyai-Shona (Manica e Sofala), Tsonga-Vatsua-Ronga (província de Gaza, Inhambane e Maputo).

<sup>26</sup> Utilizaremos no decorrer do trabalho por vezes a nomenclatura Luta Armada de Libertação Nacional. Sabemos, porém, que durante o processo de escrita da história nacionalista da Frelimo essa denominação representou a unidade do “Povo moçambicano”. Portanto, não desconsideramos o debate em torno da problemática sobre a unidade, as distintas camadas étnicas que compõem a população moçambicana e os embates de projetos conflitantes durante a luta anticolonial, inseridos ou não no movimento nacionalista. Sobre isso ver: CAHEN, Michel. Luta de emancipação anticolonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso

ancorada em uma busca pela unidade dos povos contra o colonialismo português, através da utilização de uma narrativa de resistência, indispensável para o projeto de nação que se estava buscando.

O segundo capítulo empreenderá a análise do manual didático “HISTÓRIA: manual da 11ª classe”, que data do ano de 1981, ou seja, uma década depois do lançamento do primeiro manual analisado. A partir da década de 1980, com o projeto de nação da Frelimo em andamento, observa-se uma intensificação de conteúdos com base em pressupostos marxistas-leninistas na educação moçambicana. Busca explorar a relevância da produção de conhecimento desde Moçambique pelos intelectuais africanos de acordo com a perspectiva da educação em África no contexto pós-colonial. Dessa maneira, será analisado o papel das instituições de ensino estatais para a constituição dos referenciais de pertencimento coletivo vinculadas aos anseios e perspectivas de seus agentes promotores nas áreas de pesquisa e na produção de conhecimento histórico de Moçambique independente, como são os casos do Centro de Estudos Africanos (CEA) e do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), importantes para a elaboração e afirmação de uma identidade moçambicana.

O terceiro capítulo, busca analisar o manual “A História da Minha Pátria”, de 1986. Esse manual traz uma diferença essencial em relação aos anteriores no que diz respeito aos pressupostos marxistas-leninistas, onde os referenciais marxistas ainda são utilizados como parâmetro para as abordagens, entretanto não estão postos diretamente nos conteúdos, como acontecia anteriormente. Do mesmo modo, sob a égide da Lei do Sistema Nacional de Educação<sup>27</sup>, diploma legal instituído no ano de 1983. Com isso, se constrói os paradigmas para a formação do novo cidadão moçambicano em um contexto em que a Guerra Civil (1976-1992) e o projeto unitarista de nação proposto pela Frelimo, entram em choque e acabam desestruturando os ideais de pertencimento coletivo baseados em pressupostos marxistas-leninistas para a construção da moçambicanidade.

---

ideológico – o caso das colônias portuguesas e de Moçambique em particular. **Africana Studia** (Porto, Faculdade de Letras, Centro de Estudo Africanos), VIII, 2005, 339p.

<sup>27</sup> MOÇAMBIQUE, Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República I Série nº 12 - 3º Suplemento. Maputo, 1983. p.13-21.

## **CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE DURANTE A DITADURA DO ESTADO NOVO PORTUGUÊS (1930-1974)**

### *1.1 A Luta Armada de Libertação Nacional e a Educação*

Para emprendermos uma análise apurada sobre o fenômeno nacionalista promovido pela Frelimo em Moçambique, julgamos necessário retomar alguns pontos importantes sobre o colonialismo e a luta de libertação nacional empreendida pelos grupos de oposição ao domínio português em solo moçambicano. Sendo assim, serão abordados alguns pontos referentes à disputa entre as diferentes organizações que buscavam angariar apoio entre a população e os conflitos ideológicos sobre os rumos da emancipação do jugo colonial.

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) anunciou um novo capítulo para a luta dos povos que ainda se encontravam sob a égide do jugo colonial. Nesse novo contexto, orquestrado pela bipolaridade geopolítica mundial, grande parte das estratégias de libertação dos países foram organizadas de forma revolucionária, sendo a luta armada de perspectiva revolucionária um método eficaz para a conquista da emancipação.

Muitos foram os impulsos também advindos das novas diretrizes internacionais. A fundação, em 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU), e a promulgação do princípio de autodeterminação dos povos, diploma legal internacional sancionado pelas diversas nações, insuflaram, nas décadas posteriores, as lutas anticoloniais dos países do continente asiático e africano. Do mesmo modo, a Conferência de Bandung realizada pelos países terceiro-mundistas independentes e com a presença de diversos movimentos de libertação nacional, em abril de 1955, afirmaram a necessidade de libertação dos povos que ainda permaneciam sob o controle do colonialismo. Na reunião, além da organização e cooperação entre as nações do Terceiro Mundo, o estabelecimento de políticas de não-alinhamento favoreceu não só o estabelecimento de cooperação para o desenvolvimento econômico e social entre os povos insurgentes contra o imperialismo, como também afirmaram o apoio em prol da luta pela independência dos países dominados<sup>28</sup>. Segundo Ribeiro, como resultado da organização, pôde-se notar o aceleração do processo independentista dos países do continente africano, porém,

---

<sup>28</sup> Sobre a conferência de Bandung, a descolonização e o contexto geopolítico internacional do século XX, ver: RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **Capítulos sobre a história do século XX**. 2013. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2013.

a rápida concessão de independência impediu a consolidação de uma força pan-africana que impusesse condições unitárias. Por outro lado, impôs governos conservadores confiáveis e aliados na maioria das áreas descolonizadas do continente, bloqueando a construção da soberania plena e compensando as constituições de comunidades de novo padrão entre metrópoles e colônias.<sup>29</sup>

No que diz respeito a Moçambique, a partir da década de 1960, ações contra o controle colonialista de Portugal na região serão cada vez mais constantes, respondendo à violência com a qual a população vinha sendo submetida. Evidentemente, de acordo com os rumos tomados pelos diferentes contextos na geopolítica internacional, a política portuguesa foi alterando suas estratégias visando a manutenção dos territórios africanos. Sendo assim, julgamos necessário ressaltar alguns aspectos de âmbito legal sobre a política educacional implantada sobre a população moçambicana desde a ditadura do Estado Novo Salazarista (1926-1974), para que assim, possamos averiguar a criação dos pressupostos identitários utilizados pelas lideranças da FRELIMO no contexto de Luta de Libertação Nacional.

O governo de António de Oliveira Salazar chega ao poder em 1926, após golpe militar, derrubando o regime republicano em Portugal. Desde a sua instauração, a política colonial buscava justificar a colonização com objetivos “civilizatórios”. Nesse sentido, visando salvaguardar a moral portuguesa, a fim de ideologicamente fornecer as bases de sustentação para sua dominação em África, a ditadura de Salazar promulga, a partir do Decreto nº 18.570, em 8 de julho, o Ato Colonial de 1930. O dispositivo instituído por Portugal tinha como característica o estabelecimento, entre outras coisas, de parâmetros para a administração dos territórios ultramarinos que seriam incorporados na Constituição da Ditadura do Estado Novo de 1933. Na prática, possuía o caráter de perpetuação do colonialismo, proclamado por um viés histórico e justificado pelas premissas civilizatórias europeias sobre a população da região.

O Estado português, assim, almejava salvaguardar seus domínios, através da reestruturação dos códigos coloniais. Desde sua promulgação, conforme aponta Miguel Buendía Gómez,

de 1930 até meados de 1940, o esforço do Estado Português concentrou-se em incentivar entre o povo da metrópole uma consciência imperial, procurando sustentação à sua presença em África. Nesse período, o regime desenvolveu os fundamentos econômicos, ideológicos, que norteariam a estratégia colonial na sua fase mais derradeira. E parecia que Portugal, finalmente, tinha-se decidido a recriar “as glórias do seu passado africano”.<sup>30</sup>

<sup>29</sup> Ibid., p. 155.

<sup>30</sup> GÓMEZ, Miguel Buendía. **Educação Moçambicana** – História de um processo: 1962-1984. Maputo, Moçambique: Livraria Universitária, 1999, p. 43.

Dessa maneira, o estabelecimento do Código Colonial evidencia o esforço da ditadura salazarista em criar uma ideologia capaz de legitimar a dominação colonial e, ao mesmo tempo, retomar entre os próprios portugueses o sentimento de pertença a um “passado glorioso”, vislumbrando não apenas retomar a história da conquista europeia como passado, mas também a permanência do colonialismo e da situação de subalternidade das populações africanas.

No que diz respeito à educação, o Ato Colonial de 1930 tinha como proposta uma política educacional de perpetuação da condição das populações locais, pois possuía como superestrutura jurídica para a área da educação e da administração colonial, duas políticas distintas de caráter racista e segregacionista – a primeira voltada aos colonos portugueses e assimilados<sup>31</sup>, e outra às populações “indígenas” do território ultramarino. Tais políticas, embasadas em estereótipos, ocupam um lugar privilegiado para as ações racistas empreendidas pelos portugueses em solo africano. Dessa maneira, como apresenta o artigo 22 do código colonial, o estatuto e parâmetros atribuídos aos indígenas estão instituídos dentre outras formas, com essas prerrogativas legais:

Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade.<sup>32</sup>

Podemos notar no trecho supracitado, aspectos que salientam o caráter seletivo do estatuto de humanidade apresentado pelas autoridades portuguesas aos indivíduos das colônias. Como forma de percepção do outro, no caso o “africano”, cabe salientar nesse trecho do Ato Colonial, a perspectiva antropológica evolucionista implícita nos termos do “estágio de evolução das populações tradicionais”. A legislação, que deve acompanhar “os usos e costumes” do africano, acompanha a visão de racionalidade europeia estabelecida pela prerrogativa evolutiva de história, de civilização e, assim, de humanidade. Ao proclamar que tais costumes não devem afrontar a “moralidade e os ditames da humanidade”, o Código Colonial se apresenta como promotor da civilização em Moçambique, ao passo que em seu

<sup>31</sup> Criado pela legislação colonial, o indivíduo assimilado, representava o estágio existente entre o “indígena e o “cidadão português”. Considerado um “africano civilizado” para os portugueses (mas socialmente discriminado por ser africano), e sem os mesmos direitos que os brancos, o assimilado estava inserido nos códigos civis das províncias ultramarinas portuguesas. Para assumir tal estatuto social, o ser assimilado deveria renegar sua identidade africana, sua língua, religião, família e local de pertença. Para estar enquadrado no dispositivo legal, deveria ser católico praticante, além de assumir outros comportamentos morais e regras de comportamento dos brancos, além de falar o português. Para uma análise aprofundada sobre a criação de políticas assimilacionistas em Moçambique colonial ver: CABAÇO, 2007.

<sup>32</sup> Diário do Governo, I.ª série, n. 83, de 11 de Abril de 1933, págs. 650-652. Disponível em: [http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto\\_colonial.html](http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html). Acesso em: 10/04/2019.

discurso, nega a humanidade aos indivíduos “indígenas”, buscando justificar em nome da civilização, as arbitrariedades perpetradas a essa camada da população que representava cerca de 98% da população de Moçambique.<sup>33</sup>

Nesse sentido, buscando discutir sobre a retirada do estatuto de humanidade do indivíduo africano, podemos atentar para as reflexões apresentadas por Achille Mbembe. A criação da razão negra, como salienta Mbembe, é, não apenas a atribuição de estereótipos as mais distintas populações Africanas, mas também a construção da imagem do negro, de quem se tentou retirar a identidade, a humanidade, atribuindo características, ao “negro” e a “África”, alheias a tais populações, construindo no imaginário ocidental uma série de alucinações construídas pelo Ocidente. Como base ideológica para a dominação colonial, os pressupostos iluministas serviram como fundamentos para a dominação, a partir da criação discursiva do “outro”, do não-ocidental, distinto do europeu, que, inferiorizado e caracterizado como desprovido de racionalidade, deveria ser encaminhado para a civilização pelo homem branco europeu. Sobre essa visão etnocêntrica de humanidade, forjada desde os primórdios do colonialismo, mas, retomada para justificar a expansão colonial das potências capitalistas europeias durante os séculos XIX e XX, a evocação do primitivo, do indivíduo selvagem, constrói o “negro”, e se mostra como discurso legitimador da intervenção colonialista europeia. Como salienta, Mbembe,

No discurso europeu do século XIX, “dizer de alguém que ele é um “homem negro” é dizer que ele é predeterminado biológica, intelectual e culturalmente pela sua irreduzível diferença. Pertenceria a uma espécie distinta. No discurso proto-racista europeu, dizer “homem negro” significava, assim, evocar as disparidades da espécie humana e remeter para o estudo de ser inferior, ao qual o Negro está consignado, para um período da história no qual todos os africanos têm um potencial estatuto de mercadoria ou, como se dizia na época, de peça da Índia.<sup>34</sup>

Como argumenta o referido autor, o processo etnocêntrico de formação do “outro”, empreendido pelo colonialismo europeu, evoca em seus discursos um grau diferenciado de pertença humanitária. O “homem negro”, estigmatizado como um ser inferior, desprovido de humanidade, forjado pela mentalidade europeia cientificista do século XIX, foi constantemente proclamado para a institucionalização de políticas que visavam a manutenção do colonialismo e da dominação sobre as mentes e os corpos dos moçambicanos. Acerca disso, a elaboração do aparato jurídico para a manutenção do colonialismo português intencionava a composição e manutenção desse sistema de dominação.

---

<sup>33</sup> GÓMEZ, 1999, p. 50

<sup>34</sup> MBEMBE, op. cit., p. 131.

Ainda referente ao Ato Colonial, a política educacional previa, através do Diploma Legislativo 238, de 1930, a educação formal dos indígenas, dividindo a responsabilidade da instrução às populações nativas à Igreja Católica<sup>35</sup>. Este aliado histórico do imperialismo português fundamentou o apoio nos âmbitos políticos e ideológicos para a formação da camada majoritária da população da colônia, a fim de reafirmar a situação de subalternidade dos mesmos. Assim, como missão civilizadora, a educação promovida pelas instituições católicas em território moçambicano pretendia estabelecer o aparato ideológico para a dominação e coerção sobre a população indígena, para submissão ao poder português e a violência do estatuto colonial a que eram sujeitos os nativos. Na perspectiva de Miguel Gómez, esses discursos pretendiam insuflar a ideia da Igreja e das elites políticas de que “ser português era sinônimo de ser católico”. Dessa maneira, continua o autor,

Desenvolveu-se, assim, na igreja católica portuguesa, uma concepção “teológica” que identificava a fé cristã e à mãe-pátria, Portugal. Não é de estranhar que, a partir dessa visão, fossem vistos com desconfiança, pelo poder colonial e pela própria hierarquia da igreja portuguesa, os missionários não-portugueses, especialmente os protestantes, porque estes não pregavam a fé cristã identificada com os ideais imperiais portugueses. Com frequência, os missionários protestantes eram acusados de “desnacionalizar o nativo”, isto é, desaportuguesar os africanos.<sup>36</sup>

Como dito anteriormente, a dicotomia entre dois modelos distintos de ensino nas colônias colocava um ensino para as populações tradicionais e outro para os europeus e assimilados. O ensino destinado ao “indígena”, era dividido da seguinte forma: o ensino rudimentar (1ª e 2ª classes); o ensino primário (3ª e 4ª classes) e a admissão, fase de transição para o ingresso no ensino secundário. As estruturas educacionais elaboradas pelas autoridades católicas em conluio com o colonialismo português tinham como objetivo, “conduzir gradualmente o indígena duma vida de selvajaria para uma vida civilizada”<sup>37</sup>.

Cabe ressaltar que uma série de empecilhos eram colocados pelo próprio sistema educacional das missões católicas para a transição de um nível de ensino ao outro, dificultando a conclusão até mesmo do nível primário da instrução rudimentar<sup>38</sup>. Em

---

<sup>35</sup> No que diz respeito à educação promovida pela igreja católica nas colônias e suas respectivas responsabilidades, as funções de “evangelizar e civilizar”, propostas pelo Ato Colonial, concedia à igreja católica a liberdade para a elaboração dos programas para instrução dos indígenas. Após acordo celebrado entre o Estado português e o Vaticano, foi estabelecido o Acordo Missionário de 1940. Um ano mais tarde foi estabelecido o Estatuto Missionário de 1941, determinando o programa católico para a instrução em todo o Império português. Somente após 1960 que as responsabilidades de elaboração de programas, exames e diplomas foi transferida para o Ministério da Educação em Lisboa, devido à mudança do Estatuto colonial para “províncias ultramarinas”. *In: GÓMEZ, 1999, p. 56-57.*

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>38</sup> Entre esses empecilhos estava a idade de ingresso no ensino de adaptação, pois era estabelecida uma idade máxima de 7 anos, mas devido a pequena dimensão da rede missionária frente à uma população dispersa pelo interior, as escolas ficavam muito afastadas, o que já prejudicava a possibilidade inicial para o ingresso. Além

entrevista concedida em 1990, Brazão Mazula, professor moçambicano, descreve as dificuldades encontradas para o ensino das populações tradicionais. Segundo Mazula,

Os alunos das escolas missionárias podiam, em teoria, ingressar ou concluir o ensino primário nas escolas oficiais. Essa possibilidade, no entanto, não dependia dos próprios alunos. Eles eram previamente selecionados pelas escolas das missões, dentre aqueles que lhes pareciam melhores. Sob que critérios? O processo exigia um certo fluxo de “indígena” para engrossar as fileiras de “assimilados”. Pois, esses alunos eram vistos diferentemente dos outros indígenas, mas sempre discriminados em relação aos alunos europeus. Em vez da **Caderneta Indígena**, passavam a ser identificados pelo **Cartão de Identidade** indígena e somente quando filho confirmado de pais “assimilados”, pelo **Bilhete de Identidade** de cidadão português. Todavia, em nenhum dos casos lhe era permitido o ingresso automático nos liceus ou no ensino superior. Geralmente eram encaminhadas para as Escolas Industriais e Comerciais, de nível secundário ou complementar.<sup>39</sup> (grifo do autor)

Essa exclusão é evidenciada durante a vigência do sistema educacional colonial promovido pelo Estado Novo português, mesmo após a reestruturação do ensino promovido pelos portugueses a partir da década de 1960. Não bastando a segregação de caráter racista explícito pelas legislações, as barreiras formadas pelo sistema educacional indígena deixam visíveis as intenções de assegurar o baixo grau de instrução das populações tradicionais, assim como de fomentar a formação ideológica católica e portuguesa, na qual “ ‘ler, escrever e contar’ era o que a escola podia dar aos indígenas”<sup>40</sup>.

Como estratégia de manutenção do poder colonial e como forma de delegar as populações à subserviência através do baixo nível de ensino e demais recursos, o colonialismo português objetivava perpetrar a sua dominação ao impedir o aperfeiçoamento do ensino, por meio de uma política marcada pela exclusão da população “indígena” das províncias ultramarinas. Essa situação pode ser demonstrada pelos dados educacionais apresentados do início da década de 1960, pouco antes de eclodir a luta pela libertação. Segundo Eduardo Mondlane,

Embora quase 98% da população de Moçambique seja composta de africanos negros, apenas uma pequena porção das crianças que frequentam as escolas primárias são africanas, e é insignificante o número de crianças africanas no ensino secundário. Em 1963 havia 311 escolas primárias com um total de 25.742 alunos, mas deles apenas um quinto eram africanos. (...) Em 1960, na maior escola

---

disso, a própria missão selecionava os alunos que lhes pareciam melhores para o ensino e suas potencialidades para elevação ao nível dos “assimilados”. Para a manutenção e sequência no ensino, outros fatores se colocavam, como por exemplo, o recrutamento para o trabalho forçado nas fazendas das missões (denominado de chibalo ou “xipadre”) a que os educandos das missões eram submetidos. Esse recrutamento impedia o avanço aos demais níveis de ensino.

<sup>39</sup> MAZULA, 1990 *apud* GÓMEZ, op. cit., p. 61.

<sup>40</sup>SANTOS, Mariana Lagarto dos. A Escola e a Ideologia Colonial: Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. **Comunidades Imaginadas. Nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008. p. 49-57. p. 50.

secundária de Moçambique (Liceu Salazar, em Lourenço Marques), havia apenas 30 estudantes africanos em um total de mais de 1000 alunos.<sup>41</sup>

Por outro lado, a alteração da lógica geopolítica internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, força a mudança do estatuto do colonialismo nas províncias ultramarinas portuguesas. Tais alterações podem ser consideradas como impulsos para o surgimento de movimentos que, até então sob o controle das forças coloniais, tomaram o controle de suas consciências e, assim, de sua história. Buscaremos, a seguir, empreender uma breve análise sobre o surgimento dos grupos opositores à intervenção colonialista europeia em solo moçambicano e suas estratégias de organização, para, desse modo, elucidar a maneira como esses grupos buscaram construir seus ideais nacionalistas.

### *1.2 Fundação da FRELIMO e a Luta Armada de Libertação Nacional*

É de fundamental importância ressaltar que os estudos sobre os nacionalismos africanos possuem, em seu método e perspectiva de análise, certas peculiaridades que dizem respeito à sua origem. Devido ao processo de descolonização recente do continente, incentivado pelo princípio de autodeterminação dos povos, estabelecido pela Organização Geral das Nações Unidas (ONU), em 1948, muitos dos países africanos iniciaram seu processo de independência. Como efeito, a partir da segunda metade do século XX, podemos considerar que há um salto qualitativo para a produção de conhecimento sobre África e desde o continente africano. Intelectuais envolvidos com os ideais difundidos pelo *pan-africanismo*, pela ideologia vinculada aos poetas e escritores da *Négritude*, autores como Cheikh Anta Diop, Ki-Zerbo, Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor, entre outros, colocaram seus esforços em demonstrar a existência de produção de conhecimento desde África, articulando uma contraposição essencial às teses racistas pseudocientíficas criadas para legitimar a dominação e a exploração colonialista. É digno de nota que o protagonismo desses pensadores africanos, em afirmar a existência de história em África antes do contato com os europeus, abriu caminho para abordagens mais aprofundadas sobre a essência dos fenômenos africanos, respeitando suas particularidades.

Outrossim, os esforços de diversos pensadores africanos em evidenciar a história do Continente se mostram demasiadamente importantes para a construção de vertentes

---

<sup>41</sup> MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique. Coleção Nosso Chão. Maputo; Centro de Estudos Africanos 1ª edição Moçambicana: Maputo, 1995. In: CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. **Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História:** entre Brasil e Moçambique - 1950-1995. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em História Social) PUC-SP, 2015, p. 135.

historiográficas que afirmem a existência de história em África antes da chegada do colonizador europeu. Dessa forma, o ambicioso projeto elaborado sob os auspícios da UNESCO, produzido por intelectuais africanos, desde África, significam uma guinada importante para a autoafirmação da História Africana. Os volumes da História Geral da África (HGA) constituem não apenas o esforço, bem-sucedido, em se escrever sobre o continente em uma perspectiva africana, mas também representa um importante instrumento político para a emancipação colonial. De acordo com a investigação empreendida por Felipe Paiva, ao analisar as publicações do volume VII: África sob dominação colonial, de 1985, e do volume VIII: África desde 1935, de 1993, pode-se observar que no período das publicações, os acontecimentos ocorridos durante sua elaboração influenciaram na conotação em que se ancoram as designações epistemológicas do termo resistência.

Ainda segundo a análise do referido autor, as formas de conotação em que se insere a noção de resistência, evidentes em vários artigos das publicações, acabam por demonstrar uma pluralidade de “tendências teóricas e ideológicas entre os autores (...) desembocando em igual multiplicidade conceitual no tocante à definição de resistência”<sup>42</sup>. Assim, de acordo com os acontecimentos políticos nos quais se inseriam os africanos, este fator levou à interferência no que diz respeito à concepção epistemológica do termo.

Da mesma forma, o projeto empreendido pelos intelectuais africanos na concepção da HGA, demonstram a criação de um importante substrato identitário e simbólico para a projeção das nações africanas buscavam sua independência. Durante a década de 1960, em um contexto em que muitos movimentos nacionalistas buscavam a autoafirmação através da escrita da história, a noção de resistência significou um importante passo para a libertação dentro do continente, em grande medida devido ao sentido positivo imanente ao termo. De qualquer maneira, a política repressiva do colonialismo buscou englobar a história dos povos do continente à sua linha narrativa de dominação, através da utilização de justificativas de evolução das sociedades, com preceitos civilizatórios. Essa linha de escrita da história para a dominação possuía como elementos basilares as legislações impostas sobre os povos nas até então colônias portuguesas.

A partir da década de 1950 as políticas que regiam a administração das colônias portuguesas foram gradativamente se alterando de acordo com a necessidade estratégica de manutenção do regime colonialista. Essas mudanças possuíam como objetivos, por um lado

---

<sup>42</sup> PAIVA, Felipe. A Polifonia Conceitual: crítica ao conceito de Resistência da História Geral da África. **África(s) Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África**. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). v.1, n. 2, 2014, p. 2.

conter os avanços dos movimentos nacionalistas em território ultramarino português, e, por outro, satisfazer os anseios dos órgãos internacionais que pressionavam pelo fim do colonialismo nos continentes asiático e africano.

No que diz respeito a Moçambique, o incentivo pelo processo de descolonização empreendido após a promulgação, em 1948, do princípio de autodeterminação dos povos, produzirá, por parte do colonialismo português, uma campanha de manutenção dos territórios coloniais em nome da união das “províncias ultramarinas” sob um novo estatuto. Assim, no pós-2ª Guerra, o governo de Salazar altera o estatuto colonial delegado em sua legislação em relação aos territórios africanos. A partir de 1951, o Ato Colonial passa a ser parte integrante da Constituição portuguesa, fazendo com que todas as colônias existentes passem a ser consideradas províncias. Dessa maneira, com a integração das “províncias ultramarinas” portuguesas na Constituição, Portugal passa a se tornar uma nação multirracial e pluricontinental. A partir da década de 1950, os portugueses instituíram, como suporte ideológico para a manutenção dos laços coloniais, a adoção da doutrina do Luso-tropicalismo, tendo em vista que ela:

vai funcionar como a legitimação científica e justificação ideológica para uma nova política ultramarina: sublinha a singularidade da colonização portuguesa, exemplar porque pacífica, tolerante, propensa à fusão de culturas e mestiçagem, e enaltece as supostas aptidões colonizadoras do português, portador de características que lhe permitiriam uma perfeita comunhão com o ambiente, sociedade e cultura tropicais.<sup>43</sup>

Ao contrário do que vinha acontecendo em outras regiões do continente africano, onde as prerrogativas legais levaram às potências colonialistas europeias a se interrogar sobre o futuro das colônias, por parte de Portugal a descolonização foi invalidada, sendo essa questão menosprezada pelo aparato burocrático metropolitano. Conforme aponta Newitt, o governo português “sustentava publicamente que esta questão era irrelevante, pois as colônias africanas faziam parte da metrópole”<sup>44</sup>. Do mesmo modo, como aponta José Luís Cabaço, como estratégia de manutenção de seus territórios, o governo de Lisboa:

acentuou em seus territórios ultramarinos, com especial incidência na década de 1950, os mecanismos administrativos e repressivos, a discriminação racial e o intervencionismo direto do Estado nos processos produtivos, do qual as culturas forçadas são o exemplo mais saliente.<sup>45</sup>

Dessa maneira, esperando conter o avanço dos movimentos nacionalistas, as autoridades portuguesas buscaram tomar algumas medidas cautelares para a manutenção da

---

<sup>43</sup> SANTOS, op. cit., p. 51.

<sup>44</sup> NEWITT, Maylin. **História de Moçambique**. Lisboa: Edições Europa-América, 1995, p. 447.

<sup>45</sup> CABACO, op. cit., p. 232.

autoridade colonial. Tomando de exemplo as estratégias de contra insurgência do Exército Colonial Francês na Indochina e na Argélia<sup>46</sup>, em 1956 o regime de Salazar cria a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), buscando interceptar qualquer tentativa de insurreição no território colonial. A PIDE, assim como os órgãos de segurança e contra-insurgência franceses, mantinha sob vigilância a população colonial que consideravam uma possível ameaça ao domínio colonial. Cabe mencionar também a criação da Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil – OPVDC – em 1962, um órgão miliciano que visava regimentar os colonos brancos e os “civilizados” para o serviço de defesa nas localidades.

Por muito tempo a instauração das políticas de repressão nas colônias portuguesas foram efetivas na desestabilização de movimentos de cunho independentista. Como estratégia contra-insurgente, as autoridades coloniais buscaram imobilizar as ações dentro do território, criando uma atmosfera de coerção das atividades políticas, como acontecia em outras regiões do continente. Desse modo, o colonialismo português criou:

Um estado burocrático centralizado apoiado por um polícia de segurança cada vez mais eficaz garantia que a população, branca e também negra, se desintegrasse e desorganizasse em si mesma. Para isso contribuiu o baixo nível de literacia e a educação, e a falta de sindicatos ou quaisquer outras formas de organização africana que tivessem dado origem ao nacionalismo em outras áreas.<sup>47</sup>

Importante frisar que mesmo com as ações desestabilizadoras dos colonialistas, alguns movimentos nacionalistas floresceram em Moçambique, principalmente nos setores urbanos das cidades. Conforme ressalta Gómez, formados em sua grande parte por assimilados assalariados, as Associações de Africanos, organizadas nos meios urbanos desde meados da década de 1920, podem ser consideradas como os “embriões do nascimento da consciência nacionalista”. Conforme o autor, uma das causas para esse aparecimento diz respeito ao caráter opressor evidenciado pela política do colonialismo nos centros urbanos, pois

---

<sup>46</sup> No que diz respeito à África, mais precisamente à Argélia, os preceitos estabelecidos no âmbito diplomático internacional fomentaram fortemente a ação de grupos organizados contra a dominação imperialista. A longa guerra de independência iniciada em 1954, contou com o protagonismo de grupos nacionalistas argelinos unificados em prol da emancipação do país pela organização denominada Frente de Libertação Nacional (FLN). A organização, incentivada pelo sucesso da libertação egípcia liderada por Gamal Abdel Nasser (1918-1970), em 1952, assim como os movimentos independentistas do Marrocos e da Tunísia, passa a adotar a luta armada como meio para derrotar o colonialismo francês. Como forma de reação, as ações francesas visaram a manutenção do monopólio colonial, adotando medidas de controle social a partir da coerção física e psicológica da população argelina. Diversas dessas estratégias militares foram, posteriormente, moldadas pelas Ditaduras de Segurança Nacional dos países da América Latina, para controle dos movimentos populares opositores e no combate ao “inimigo interno”. Essas variâncias da violência estatal aplicadas tanto em colônias francesas, portuguesas quanto em países sob o domínio ditatorial tornam-se um “padrão” para o modelo da guerra contrarrevolucionária.

<sup>47</sup> NEWITT, op. cit., p. 450.

era mais visível o caráter repressivo do poder colonial e, ao mesmo tempo, o contacto directo com a população branca tornava mais clara a desigualdade econômica e social e a discriminação racial. Na dinâmica urbana se torna mais evidente que, sendo os colonialistas uma minoria, só na fragmentação e divisão da população africana o sistema colonial encontrava a força para impor a sua dominação. Daí que a perspectiva nacionalista, que exigia a superação da visão “tribal” ou “étnica”, se desenvolvesse, em primeiro lugar, entre as camadas sociais “destribilizadas” dos centros urbanos.<sup>48</sup>

Em relação à perspectiva nacionalista mencionada, veremos a seguir o modo como, no ímpeto modernizador da sociedade, os idealizadores do projeto nacionalista buscaram forjar a unidade nacional a partir de uma perspectiva que visava negligenciar o étnico, para a superação do tribalismo, responsável, conforme as lideranças da FRELIMO, pela fragmentação da população que permitiu a dominação portuguesa.<sup>49</sup>

Durante a década de 1960 os movimentos nacionalistas em Moçambique emergiram sob a influência e organização de agentes que, devido às circunstâncias colocadas objetivamente nas colônias, puderam no exterior ter contato com ideais políticos e de liberdade de organização, longe do arranjo repressivo colonial. Esses indivíduos, envolvidos com a luta pela libertação nacional, encontrariam no ideal de unidade do povo seu principal brado contra a opressão colonial.

Fundada em 25 de junho de 1962, a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, é resultado da união de outros grupos nacionalistas moçambicanos<sup>50</sup> formados no exterior, reunindo moçambicanos que residiam em países vizinhos. A UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) fundada em 1960, na Rodésia; MANU (Mozambique African National Union) – denominada inicialmente União Maconde de Moçambique – formada por macondes emigrados do Quênia e da Tanzânia, e a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), fundada no Malawi. Desde o primeiro Congresso da FRELIMO, ocorrido em Dar es Salaam, na capital da Tanzânia de Julius Nyerere, a Frente já apontava os principais inimigos a serem combatidos: o colonialismo e o imperialismo.

A luta de libertação nacional, iniciada em 1962, protagonizada pelos movimentos nacionalistas moçambicanos, colocou projetos políticos divergentes em confronto, tanto no que se refere às disputas inseridas no próprio seio do movimento emancipatório da Frente de Libertação, quanto na tentativa portuguesa de manutenção das colônias por meio da instauração de políticas contra-insurgentes, na tentativa de impedir a eclosão de movimentos

<sup>48</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 95-96.

<sup>49</sup> Esses e outros pontos serão retomados com maior profundidade nesse trabalho.

<sup>50</sup> Como adverte Cahen, essa versão oficial de criação da Frente de Libertação tem equívocos e corroboram para a narrativa “etapista” de unificação da FRELIMO, perpetrando a narrativa que firma uma visão protonacionalista que permitiu a criação da nação posterior. Ver: CAHEN, 2005.

independentistas nas regiões de domínio colonial. Somado a isso, as políticas educacionais promovidas pela ditadura do Estado Novo de Salazar, empenharam-se em fomentar, utilizando-se da estrutura burocrática colonial, discursos de pertencimento cultural à metrópole – discursos esses que exaltavam a cultura e a história do colonizador, tentando reavivar às “glórias passadas” dos portugueses em solo africano.

Cabe ressaltar que, no contexto do pós-Guerra a estratégia para manutenção das suas colônias, na contramão do processo de descolonização iniciado após a proclamação, em 1948, do princípio de autodeterminação dos povos, fez com que o Estado português dissimulasse a dominação colonial. Assim, a estratégia adotada pelos portugueses, foi a elevação das colônias para “províncias ultramarinas”, a partir da incorporação do Ato Colonial de 1930 à Constituição portuguesa de 1951. Dessa maneira, o discurso adotado pelos colonialistas, visava a manutenção do estatuto colonial, sob a pretensa unidade dos territórios proclamada após a instauração da Constituição de 1951. Sobre esse aspecto, como afirma Peixoto, o estatuto inaugurado pela proclamação das “províncias ultramarinas”, constitui uma “terminologia mais adequada aos territórios que, segundo o discurso oficial, formavam, solidários entre si e com a metrópole, uma só nação ‘pluricontinental’ e ‘multirracial’”<sup>51</sup>.

No âmbito da disputa sobre o direito da história de Moçambique, veremos a seguir o modo como, durante a luta de libertação nacional, o ensino de história foi instrumentalizado pelos manuais didáticos criados pela FRELIMO. Da mesma forma, analisaremos como estes manuais serviram, nas zonas libertadas do colonialismo português, como uma estratégia relevante para a autoafirmação da história do país visando a unificação contra o estado colonial português vigente.

### *1.3. “HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE” (1971): unidade e resistência ao colonialismo português*

No que se refere à história escrita pelos colonialistas, a educação dos “indígenas” estabelecida pelo ensino rudimentar, além de ser intrinsecamente religiosa, em seus conteúdos possuíam orientação direcionada para o ensino de História e Geografia de Portugal. Assim, sempre que abordados os conteúdos referentes ao continente africano, o viés adotado tinha como referência a perspectiva do colono. De matriz etnocêntrica, na concepção histórica

---

<sup>51</sup> PEIXOTO, C. B. T. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola:** o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). 184 f. Dissertação (mestrado). UFF, Niterói. 2009, p. 16 *apud* RIBEIRO, Fabia Barbosa. Educação e Ensino de História em contexto coloniais e pós-coloniais. **Caicó**, v. 16, n. 36, p. 27-53, jan./jul. 2015, p. 33.

encontrada no sistema de ensino colonial português prevalecia a ocultação da história de África, e uma narrativa glorificante das conquistas lusas. Essa perspectiva de história adotada pelos portugueses perduraria até o último suspiro do colonialismo em Moçambique. Segundo Gómez, mesmo após a reestruturação do sistema de ensino das colônias, em 1964, quando o Estado português tirou o monopólio do ensino primário das mãos da igreja católica, “os livros dos textos das duas primeiras classes do ensino primário foram de certa forma africanizados, contendo ilustrações com negros e brancos a conviverem em harmonia”<sup>52</sup>. Apesar da mudança da forma de escrita da história através de uma pressuposta visão de “harmonia racial”, esse panorama evidencia a dissimulação do colonialismo português em almejar criar uma narrativa de solidariedade entre os povos das “províncias ultramarinas” – visto que a sociedade colonial permaneceria desigual, excludente e, no que diz respeito à narrativa do colonizador, continuava a exaltar a cultura dominadora. Nas palavras de José Luis Cabaço:

no sistema de ensino oficial, o Estado completava o projeto de extirpar o colonizado da própria história e da tradição sociocultural para o fazer assumir valores, os comportamentos e a história de Portugal. O sistema educacional era unificado a todo o império pelo modelo em vigor na metrópole. Na escola primária, em Moçambique, estudava-se (eu estudei), até meados da década de 1960, em textos que se referiam à vida rural em Portugal, sua vegetação e fauna, sua paisagem, seus “usos e costumes”. Era a tentativa de alienação física do espaço sociocultural e da natureza que cercava a criança das colônias. As disciplinas de história, Geografia, Física, humana e econômica, que se prolongavam por todo o ensino médio, referiam-se à história e à geografia de Portugal, visando a comprometer deliberadamente o universo da imaginação e mitificar a metrópole. O passado de África remontava às “descobertas”! O sistema colonial se repetia: a história de Moçambique começava com a “resistência heroica dos nossos antepassados lusitanos” à ocupação do Império Romano, como em Dakar e em Argel se aprendia sobre a história de “*nos ancêtres, les gaulois*”.<sup>53</sup>

O grande desafio encontrado pelos movimentos nacionalistas era o de elaborar uma escrita da história “genuinamente moçambicana”. Para isso, como veremos a seguir, a literatura produzida durante a luta de libertação nacional objetivava elaborar instrumentos didáticos, com base na ideologia da Frente de Libertação. A utilização desse material visava insuflar a população das chamadas zonas libertadas, para o rompimento com os laços que as prendiam ao colonialismo português. Dessa forma, buscava-se incentivar, através de uma narrativa de unidade dentro da heterogeneidade populacional existente no território colonial, a luta contra o colonizador e o rompimento com a concepção histórica de exaltação dos feitos portugueses.

Para que o projeto de unidade nacional avançasse, viu-se a necessidade, pelos nacionalistas moçambicanos, de se escrever a história de Moçambique. A emancipação

<sup>52</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 64.

<sup>53</sup> CABAÇO, op. cit., p. 158-159.

política e econômica estaria, assim, intrinsecamente relacionada com a forma de escrita da história, desde que essa não estivesse relacionada com a presença do colonizador em solo africano. De premissas civilizacionais, a narrativa que legitima a presença do colonizador está vinculada à perspectiva histórica, a qual, como expressa Frantz Fanon: “o colono faz a história. Sua vida é uma epopeia, uma odisseia. Ele é o começo absoluto: Esta terra fomos nós que a fizemos, (...) se sairmos tudo estará perdido”<sup>54</sup>. Assim, a escrita da história tem um destaque fundamental para fomentar a unidade contra o colonizador, fortalecendo-se como uma ferramenta de cunho político-ideológico que objetiva a emancipação.

Nas zonas libertadas a FRELIMO conseguiu se emancipar da presença e administração portuguesa. A segunda metade da década de 1960 foi muito promissora para a guerrilha, que, em 1970, dominou boa parte das regiões de Cabo Delgado e Niassa, províncias limítrofes com a Tanzânia. Entre os anos de 1971 e 1972, o movimento guerrilheiro já tinha feito incursões na província de Tete, pelo rio Zambeze. Esse movimento no início da década de 1970, na região oeste do país, só foi possível após o apoio político do Malawi, governado por Hastings Banda, e somente quando, em 1968, a Zâmbia considerou alterar seu apoio à FRELIMO.

No contexto de derrocada do colonialismo português protagonizada pela guerrilha, a FRELIMO lança em 1971, através do Departamento de Educação e Cultura da Frelimo (DEC), o manual didático intitulado “História de Moçambique”. Esse manual constitui a coleção “Libertação dos povos das colônias” e foi concebido para utilização nas zonas libertadas, estabelecendo, assim, a gênese e o fio condutor do projeto unitarista de escrita da história da nação, idealizado pela camada dirigente do movimento armado. Concebido na cidade do Porto, editado pelas Edições Afrontamento, buscava aproximar o “povo moçambicano” de sua “verdadeira história”.

O manual, dividido em nove capítulos, busca remeter ao passado de Moçambique antes do contato com o colonizador europeu. Em sua página introdutória faz menção à ruptura que busca estabelecer com a história colonial:

O método que vamos adoptar para estudar a História de Moçambique, será um método que vai adaptar as condições actuais de luta do povo moçambicano, portanto, um método revolucionário. Todas as histórias que têm sido escritas sobre Moçambique baseiam-se na acção que os portugueses exerceram sobre o nosso país. Com isto queremos dizer que a história de Moçambique até aqui tem sido um relato

---

<sup>54</sup> FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

da colonização portuguesa e, por isso, a partir da data em que eles chegaram a Moçambique.<sup>55</sup>

Fica evidente a intencionalidade de ruptura com o passado colonial, almejado pelo projeto nacionalista da FRELIMO. Sobre esse aspecto, fomentar uma história desvinculada da narrativa portuguesa se insere na prerrogativa de autoafirmação da escrita da história do “povo moçambicano” em detrimento dos pressupostos até então colocados pela escrita da história pelo colonizador europeu. A adoção de um “método revolucionário” é reivindicada pela FRELIMO e, como veremos a seguir, a instauração desse método de escrita e ensino de história conta com a participação dos autores que participavam da luta anticolonial.

Fábia Ribeiro exalta o caráter emancipador ao analisar a escrita da história de Moçambique durante a luta de libertação. Tendo como base a análise o manual que referimos, exalta a intenção de autoafirmação do protagonismo dos moçambicanos em escrever a própria história. De acordo com a autora, os esforços para se escrever a história de Moçambique ganha maiores contornos a partir da formação das escolas nas zonas libertadas e no exterior. Como exemplo, a formação da Escola Secundária do Instituto Moçambicano em Dar-es-Salaam fundada no início dos anos de 1960 por Eduardo Mondlane e Janet Rae Mondlane, além de outras escolas fundadas posteriormente em solo tanzaniano. A produção dos manuais didáticos desenvolvidos no contexto da luta armada para utilização nas escolas, contou com a participação dos agentes envolvidos na guerra de libertação. Ao exemplificar o processo de elaboração desses manuais, recorda-se Janet Mondlane: “Deixamos os livros de Portugal, utilizados em Moçambique e escrevemos os nossos próprios livros. Os Marcelinos, os Chissanos, Rebelo, Ganhão, Martins, juntamo-nos e escrevemos livros para o Instituto Moçambicano”<sup>56</sup>.

A mudança gradual dos conteúdos nos currículos escolares ganhou maior impulso no decorrer da emancipação do jugo colonial. Ribeiro salienta um encontro de professores na Escola Liceu Salazar, localizada em Lourenço Marques (atual Maputo), em março de 1973, no qual, durante o contexto de derrocada do sistema colonial, um dos debates presentes era a preocupação em se alterar o programa de História do 5º ano e incluir a História de Moçambique. Sobre isso, nas palavras da autora:

<sup>55</sup> MOÇAMBIQUE. Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. **História de Moçambique**. Coleção Libertação dos Povos das Colônias - Volume 2. Porto: Edições Afrontamento, 1971. A numeração desse manual didático se inicia a partir da primeira página do primeiro capítulo (capítulo I, página 1), sendo as páginas anteriores (capa, índice e introdução) não contabilizadas na edição.

<sup>56</sup>MONDLANE, Janet. Janet Rae Mondlane (**depoimento, 2009**). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010 *apud* RIBEIRO, 2015. p. 41

Confrontando o material produzido pela FRELIMO e os debates entre os professores de Liceu Salazar, não é difícil afirmar-se que a divulgação deste material e seus usos nas escolas das zonas libertadas tenham servido para abalar os últimos alicerces que sustentavam uma administração colonial em agonia de morte. Certamente a sua repercussão e a independência que batia às portas, teriam motivado os professores a repensar o currículo de História.<sup>57</sup>

Dessa maneira, a história de Moçambique, antes escrita do ponto de vista do colonizador, passava a ser conta pelo “ponto de vista moçambicano”. Essa literatura escolar, utilizada ainda no contexto de guerra pela libertação, pode ser considerada uma ferramenta importante para a difusão dos ideais do grupo revolucionário à frente do processo de independência e embrião dos pressupostos escolhidos para a formação da identidade nacional.

Conforme Maria Telvira da Conceição, ao investigar os discursos raciais intrínsecos nos livros didáticos de história do Brasil e de Moçambique e a elaboração desses materiais para utilização durante o processo de emancipação, compreendeu um compromisso coletivo. A autora, ao mencionar a entrevista concedida pelo professor e autor de livros didáticos José Luís Barbosa, em 19 de novembro de 2013, coloca que “muitos dos livros didáticos elaborados nesse período em Moçambique teve (sic) como matriz e/ou nasceram de planejamentos de aulas desses professores.”<sup>58</sup> E ainda, a experiência nas escolas da guerrilha, na formulação dos chamados Textos de Apoio para o ensino naquelas regiões, foram incluídos tanto para a educação e alfabetização da população, quanto para a orientação do trabalho dos professores nas salas de aula.

Outro ponto de destaque para a escrita do manual didático “História de Moçambique”, de 1971, diz respeito ao caráter metodológico da narrativa histórica. De maneira a romper com o colonialismo, o manual didático possui uma estrutura teórica visivelmente marxista. Como destaca Conceição,

essa particularidade constituiu o fio condutor da questão em torno da escrita escolar de História em Moçambique. Uma opção explicitamente assumida e já no primeiro momento posta em prática, através dos primeiros textos de apoio elaborados no pós-independência<sup>59</sup>.

No início da década de 1970, ocorreu o acirramento dos conflitos entre as forças colonialistas e a guerrilha, o que levaria, mesmo após os ataques promovidos pelo exército português em sua última tentativa de retomar a região norte do país com a “Operação Nó Górdio”<sup>60</sup>, ao fim do colonialismo e a independência do país. Nesse contexto, a relevância de

<sup>57</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 44.

<sup>58</sup> CONCEIÇÃO, op cit., p. 180.

<sup>59</sup> Ibid., p. 170.

<sup>60</sup> Com o intuito de destruir as bases da FRELIMO, a investida portuguesa no norte de Moçambique, em maio de 1970, destacou 35 000 tropas apoiadas por meios aéreos, entre eles, a utilização de 100 helicópteros, operando

escrever uma história de autoafirmação, era considerada vital para a emancipação do jugo colonial. Sendo assim, essa escrita contou, não com a formação de um laço identitário multiétnico ou multicultural, mas forjou-se a partir da noção de unidade dos povos contra o colonialismo português.

A perspectiva revolucionária apontada pelo manual didático “História de Moçambique”, remete à concepção adotada por outras lideranças dos movimentos de libertação das colônias africanas e a vinculação de uma nova abordagem sobre o papel da cultura e da história, para o direcionamento das lutas anticoloniais. A convergência entre esses fatores teve influência na militância e na necessidade encontrada pelos movimentos em romper com as estruturas do colonialismo e afirmar a própria história nacional e, conseqüentemente, a resistência ao colonizador. Dessa maneira, ao aprofundar a análise sobre o documento livro didático, alguns aspectos ganham maior destaque para compreensão, no que diz respeito a sua utilidade e relevância para o processo de autoafirmação da escrita da história de Moçambique e para a formação de quadros no contexto da luta pela libertação nacional. Como veremos a seguir, a narrativa histórica moçambicana durante a luta armada contra o colonialismo português, instrumentaliza, em seus discursos, a autoafirmação da história do “povo moçambicano”, assim como o caráter unitarista necessário para o combate ao colonialismo e ao imperialismo na região.

Pensar na libertação nacional se relacionava intrinsecamente à noção da reescrita de uma história que se emancipasse da narrativa dos “desbravadores lusos”. Como dito anteriormente, nessa concepção, a narrativa de resistência foi evidenciada na escrita da história de muitos movimentos de libertação, especificamente os que buscavam a independência ante os laços coloniais remanescentes. A partir das guerras de libertação da década de 1960, o termo resistência ganha força para a autoafirmação das populações, também pela conotação positiva atribuída ao termo nesse contexto. Como afirma Paiva, na escrita da história de África desse período, pelos historiadores africanos, o termo resistência está

intimamente ligada ao nacionalismo revolucionário africano, do século XX e, tal como muitos militantes deste último, buscaram traçar uma continuidade entre a fase de expansão colonial do final do século XIX e as guerras de libertação nacional.<sup>61</sup>

---

em Mueda e Niassa. Apesar da conquista de Cabo Delgado, o Exército colonialista não contou com a reestruturação da guerrilha e sua retirada estratégica para o distrito de Tete, após passar pelo território do Malawi. A vitória de Pirro, após os esforços portugueses, preconizou a crise e posterior queda do regime colonialista.

<sup>61</sup> PAIVA, op. cit., p. 17.

Na escrita do manual didático “História de Moçambique”, verifica-se a instrumentalização desse termo em toda sua estrutura narrativa. Como fio condutor, desde os primeiros contatos com o colonizador português, a noção de resistência do “povo moçambicano” está embasada em um discurso constante de que a fragmentação política e étnica dos povos da região favoreceu o inimigo português em seu projeto de dominação. No manual didático mencionado, a construção da história das populações pré-coloniais indica a dissolução gradativa das formas de poder existentes e o enfraquecimento de suas lideranças e, por mais que houvesse antes da intervenção colonialista europeia relações de dominação e exploração entre os mesmos, esses povos acabaram ficando à mercê da ganância e exploração dos portugueses. Dessa maneira é colocada a pedra angular que permearia a escrita da “História de Moçambique”, que perpassa a ideia de continuidade entre o expansionismo europeu na região e a luta de libertação nacional.

Do mesmo modo, os recortes apresentados para a construção de uma base identitária para a população moçambicana, inseridos no manual didático, apresentam características marcantes de autoafirmação identitária. A presença da definição da raça é uma noção de função basilar na narrativa do conceito de nação, como pode ser observado no primeiro capítulo do manual didático, no tópico 3. *Quem somos nós:*

Nós somos moçambicanos. A maioria do povo moçambicano é de origem Bantu. O nome Bantu significa gente ou povo. É a mesma palavra que antu em Sena, wantu em Nhanja, vantu em Maconde, wandu em Ndau, vanhu em Shangana, Ronga, e Xitswa, bantu em Zulu e Xosa etc. Bantu é apenas o nome de grupos de línguas que falamos. Não é o nome de uma raça nem de uma tribo. Nós somos da raça negra.<sup>62</sup>  
(grifo nosso)

A adoção de tais paradigmas para identidade dos indivíduos, como fator fundacional do povo, possui relação com a narrativa existente nos discursos de autoafirmação, presentes na geração dos poetas e intelectuais da *négritude* ou do pan-africanismo. A problemática racial posta em debate pelos movimentos incentivados pelo pan-africanismo é relevante para entender o modo como tais indivíduos pensaram suas identidades “em relação ao questionamento das estruturas e práticas racistas no continente como um todo”<sup>63</sup>. Conforme Mbembe, a construção das questões de raça, imanadas a partir da intervenção colonialista europeia, influenciou na configuração da resistência a partir da autoafirmação apresentada nos discursos para defesa. Segundo o autor supracitado:

<sup>62</sup> MOÇAMBIQUE, 1971. op. cit., p. 03.

<sup>63</sup> CONCEIÇÃO, op. cit., p. 161.

Os pressupostos fundamentais da antropologia novecentista, ou seja, o preconceito evolucionista e a crença na ideia de progresso, permanecem intactos; a racialização da nação (negra) e a nacionalização da raça (negra) caminham lado a lado. Seja na negritude, ou nas diferentes versões do pan-africanismo, a revolta não é contra o pertencimento africano a uma outra raça, mas sim contra o preconceito que designa a esta raça um *status* inferior.<sup>64</sup>

A utilização da abordagem teórica para a construção do manual didático conta com um modelo de orientação marxista, passível de se verificar pela linearidade intrínseca e noção etapista para os estudos das sociedades. Além disso, a utilização de anacronismos e de conceitos alheios aos acontecimentos do continente, aparecem como forma de orientar a narrativa, como, por exemplo, é o caso da descrição da formação do sistema político-econômico do Império do Monomotapa<sup>65</sup> descrito a seguir:

[...] era uma civilização da era dos metais com uma organização feudal. Feudalismo era um sistema político, econômico, social e militar que existiu não só no Império do Monomotapa mas também em muitas partes da Europa.<sup>66</sup> (grifo nosso)

Os historiadores africanos desse período, engajados em escrever a história do continente, buscaram a utilização de noções e conceitos históricos de matriz europeia como forma de autoafirmação da história no continente, objetivando demonstrar que em África também há história. A inversão da utilização dos conceitos, como o descrito anteriormente, até mesmo seus usos anacrônicos, correspondem a uma visão historiográfica baseada na inversão de paradigmas para a ressignificação identitária dos povos do continente africano. Essa perspectiva tem por indivíduos expoentes autores africanos como Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop, por exemplo. Essa geração de historiadores buscava, em sua perspectiva de análise, exaltar os grandes feitos das civilizações africanas antes da dominação e do sistema valorativo europeu. Carlos Lopes avalia o papel dessa corrente historiográfica e a concepção da escrita da história em África. Para esse grupo de autores africanos, no contexto de autoafirmação da História do Continente, com a exaltação da cultura e da influência africana, se pretendia reivindicar a identidade dos povos e sua sobrevalorização. Nesse sentido, como afirma Lopes:

Tratava-se de escrever a História dos povos de África, longe do binômio colonizador-colonizado, afastando-se o mais possível da historiografia colonial, exceto quando esta fornecia argumentos favoráveis à superioridade Africana. É a História das interações e dos oprimidos, mas também de uma idílica e harmoniosa

<sup>64</sup> MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, n. 1, 2001, pp 172-209, p.183.

<sup>65</sup> Monomotapa (Mwenemutapa). Designa o estado que se estabeleceu ao norte do planalto do Zimbábue durante o século XV, inaugurado pelo povo Xona. Seu primeiro governante, Mutota, fundou o estado por volta do ano de 1440.

<sup>66</sup> MOÇAMBIQUE, 1971, op. cit., p. 11.

sociedade pré-colonial. Longe de lutas de classe ou poder (...) Uma História que se vai concentrar nas mudanças sociais, na contribuição Africana, na resistência ao colonialismo e no conceito de iniciativa local. Uma História que se tentará demonstrar que se a civilização ocidental bebeu do conhecimento grego, não é por acaso que Platão, Eudore e Pitágoras viveram no Egito entre 13 e 20 anos. Egito visto como a civilização negra por excelência.<sup>67</sup>

No que se refere às populações pré-coloniais, ao tratar da organização do reino do Monomotapa, não ficam evidentes discursos que corroboram com um ponto de vista idílico sobre as populações na região antes do encontro com os colonialistas europeus. O caráter marxista de escrita da história pelos autores constrói, desde o princípio da obra, a perspectiva de que a exploração e a luta de classes, constituem o “motor da história”, mas que este será, após a intervenção colonialista, acelerado pela exploração a qual o “povo moçambicano” sofreria nas mãos dos portugueses. No caso do império do Monomotapa, abordado no III capítulo do manual didático, compreendendo o período de liderança pelo grupo Xona (1325-1600) – grafado Chona, no manual didático – são descritas as relações de produção nos “limites” do Império, esses baseados na exploração das minas, sendo que

o rei, que tinha as minas e forjas, ficava com a maior quantidade do mineral e tinha os seus comerciantes que trabalhavam para ele. Havia assim classes distintas na sociedade. Já havia a exploração do homem pelo homem.<sup>68</sup>

Como podemos observar, as formas de exploração já eram colocadas pela escrita da história das comunidades pré-coloniais, mas são salientadas as alterações no destino das populações após a chegada dos portugueses. Nesse sentido, a civilização do Monomotapa, abordada nos capítulos iniciais do Manual Didático, sofreria com a intencionalidade de exploração e dominação dos portugueses na região no período de expansão colonialista. De inspiração revolucionária, na literatura didática foram inseridos os pressupostos anticoloniais a fim de inspirar as novas gerações na disputa pela emancipação da dominação portuguesa. No contexto de luta anticolonial para a emancipação, mostrou-se de grande valia a narrativa de enaltecimento da resistência pela unidade dos povos moçambicanos, sendo a fragmentação e os conflitos internos, abordados de forma negativa, com o intuito de alertar para o fato de que os portugueses se aproveitam dessas situações para impor sua dominação.

A estratégia adotada pela FRELIMO em sua política educacional nas zonas libertadas, atravessa dois eixos fundamentais que estavam conexos a fim de reafirmar a manutenção da guerrilha e a emancipação colonial. Esses dois eixos passaram a guiar a política instituída: a

<sup>67</sup> LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana feita por Africanos. **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995, p. 26.

<sup>68</sup> MOÇAMBIQUE, 1971, op. cit., p. 16.

instrução militar e a formação educacional da população das zonas libertadas. De acordo com Basílio, nas zonas libertadas a educação foi fundamental para a mobilização de combatentes necessários para empreender o combate anticolonialista. Do mesmo modo, a educação também foi decisiva para o desmantelamento da estrutura educacional colonial das regiões conquistadas pela Frelimo, fomentando assim a

mobilização de recursos humanos para a luta de libertação nacional, na mudança de comportamento das populações, na construção da unidade e identidade políticas entre diferentes grupos. A escola foi concebida como a primeira arma de combate ao colonialismo, ao tribalismo e de consolidação da unidade.<sup>69</sup>

No caso do Império do Monomotapa, sua utilização para na narrativa da História de Moçambique será instrumentalizada pelo manual didático como exemplo de um passado genuinamente africano, destacando a autonomia dos povos da região sem a pretensão de constituir uma identidade étnica. Pelo contrário, essa representação em torno da figura dos povos constituintes do Império, está simbolizada na unidade contra a dominação colonialista. Assim, os primeiros contatos com o colonizador europeu são descritos como fatores também atenuantes do período de declínio das formas de poder estabelecidas das lideranças e sua hegemonia na região. Como é descrito no manual didático:

O período de declínio (1500-1600) não significa um desaparecimento da civilização de base. Veremos como esta civilização continuará a desenvolver-se apesar da influência nefasta dos portugueses que no princípio deste século chegaram à costa de Moçambique.<sup>70</sup> (grifo nosso)

A partir de então, a “influência nefasta dos portugueses” estará presente em todos os momentos descritos no manual didático. Dessa forma, a utilização da noção de resistência apresentada receberá seus contornos – ora apresentando a concepção de unificação dos povos contra a exploração colonial, ora ofuscada pela interferência dos portugueses em suas estratégias de fragmentação de poder das lideranças, corrompendo-as em favor da dominação colonialista.

Cabe ressaltar que, em sua estrutura, a literatura didática em questão possui como instrumentos discursivos outros aspectos vinculados às formas de exploração colonial, como nos casos das abordagens sobre a escravidão e o papel dos missionários católicos na região. A construção dos heróis nacionais fica em segundo plano, sendo a narrativa evocadora da

---

<sup>69</sup> BASÍLIO, Guilherme. **O Estado e a Escola na construção da identidade política moçambicana. 2010. 249 f.** Tese (Doutorado em Educação: currículo). PPG- Educação, São Paulo, 2010, p. 110.

<sup>70</sup> MOÇAMBIQUE, 1971, op. cit., p. 21.

unidade do “povo” para a resistência, a mais evidente e salientada pelo manual. A perspectiva revolucionária, assim, constrói em sua narrativa a concepção do unitarismo almejado pela camada dirigente dos movimentos de libertação.

Nesse sentido, a perspectiva proposta para a escrita da “História de Moçambique” pela FRELIMO, apresenta, em sua concepção radicalmente anticolonial, um ponto de vista para a escrita de sua história compartilhado com ideais de outras lideranças dos movimentos anticoloniais das “províncias ultramarinas”. É o caso de Amílcar Cabral, líder revolucionário do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Sua visão anticolonial e de luta pela emancipação converge com a das autoridades responsáveis pela elaboração do manual didático em questão.

Como forma de insuflar a população contra o colonialismo português, essas lideranças foram as responsáveis pela desestruturação da máquina colonial por meio da organização da guerrilha, mas também a partir da criação de um novo conjunto de valores a serem compartilhados para a formação dos novos estados. Para tal, a necessidade de formação de um novo conjunto de paradigmas necessários para o combate anticolonial está ancorada na afirmação da história das populações exploradas pelo colonialismo. Para a construção de tais pressupostos, a resistência cultural se torna indispensável para o combate contra o colonialismo português, no contexto de formação dos ideais de pertencimento dos nacionalismos africanos

a tradição de resistência fornecia, dessa forma, um valioso substrato simbólico para ajudar a consolidar a ideia de nação, desembocando em um uso anacrônico dos nomes de alguns dos chefes locais africanos da resistência como fundadores diretos ou indiretos de determinada nação.<sup>71</sup>

A visão de sociedade almejada por essas lideranças para a libertação através da ideia de cultura nacional impulsionou a modernidade imaginada para a formação das nações. Como afirma Cabral, a luta de libertação nacional, assim como a libertação, “abre necessariamente perspectivas novas ao processo cultural da sociedade em questão, conferindo-lhe toda a sua capacidade de criar o progresso”<sup>72</sup>. Essa afirmação corrobora o argumento formulado por Chabal, de que as elites responsáveis pela formação dos nacionalismos africanos visavam

---

<sup>71</sup> PAIVA, op. cit., p. 20.

<sup>72</sup> CABRAL, Amílcar. Libertação Nacional e Cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.) **Malhas que os impérios tecem**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 361.

“consolidar os antigos territórios coloniais em países viáveis, englobando as mais variadas comunidades étnicas e oferecendo ao país uma visão modernizante de futuro”<sup>73</sup>.

Com o objetivo de enaltecer a resistência ao colonizador, a literatura didática apresentada busca formar o caráter unitário em seus discursos, embasados em enunciados constantes de que a fragmentação da população dos povos da região favoreceu o inimigo em seu projeto de dominação, fato que pode ser observado no fragmento a seguir, sobre as primeiras incursões portuguesas nas regiões de Tete, Massapa e Quelimane:

Por volta de 1513 as guerras entre as dinastias tinham cessado. Destas lutas saíram vitoriosos os Changamires que conseguiram conquistar as terras pertencentes aos Makaranga. No entanto continuavam a existir dois grandes reinos rivais: Changamire e Makaranga no Monomotapa. Os Changamires tinham como aliados os reinos de Quiteve, Torwa e Manica. Os Makaranga eram aliados dos Báruè e dos Butua. [...]. As guerras entre dinastias continuavam no antigo Império do Monomotapa. Os portugueses que sabiam da existência desses conflitos, queriam aproveitar-se deles para penetrar no interior em busca das minas de ouro.<sup>74</sup> (grifo nosso).

No processo de construção da nação, muitos povos recorreram a características étnicas para a formação dos seus símbolos de pertencimento nacional. Via de regra, para as nações que empreenderam guerras de libertação contra as forças colonialistas, foram adotados outros modelos de identidade para a construção de seus nacionalismos. No caso dos países que conquistaram a independência via luta armada (Moçambique, Angola e Guiné-Bissau são alguns exemplos), o problema de se adotar uma etnia como fato unificador da nação foi desprezado, sendo que

os nacionalistas anticolonialistas descartaram ou, pelo menos, subordinaram o “tribalismo”, o “comunalismo” ou outras identidades setoriais e regionais como sendo antinacionais e estando a serviço dos famosos interesses imperialistas do “dividir para conquistar.”<sup>75</sup>

Nesse sentido, as lideranças dos movimentos de libertação buscaram inserir, em seu método emancipatório, formas de combate à fragmentação cultural e política existentes no âmago dos territórios explorados pelo colonialismo português. Sobre isso, dois pontos se mostram importantes: o primeiro deles diz respeito ao modo como essas lideranças avaliavam o papel do racismo presente no processo de colonização do continente sobre as populações tradicionais, a partir da instauração das estratégias de “assimilação progressiva das populações nativas, que não passa de uma tentativa, mais ou menos violenta, de negar a

<sup>73</sup> Tradução nossa. “The new African elites were bent on consolidating the former colonial territories into viable countries, bringing the various ethnic communities together and offering the country a modernising vision of the future”. In: CHABAL, op. cit. p. 361.

<sup>74</sup> MOÇAMBIQUE, 1971, op. cit., p. 27.

<sup>75</sup> HOBSBAWM, op. cit. p. 273.

cultura do povo em questão”<sup>76</sup>. O segundo ponto importante para essa análise discorre sobre a negação da cultura popular pelo domínio colonial imperialista, que é vista como um impedimento para o desenvolvimento da história de um povo. Nesse caso, “a cultura, sejam quais forem as características ideológicas ou idealistas de suas manifestações, é assim um elemento essencial na história de um povo”<sup>77</sup>. A reivindicação de uma escrita da história autônoma mostra-se constante a partir da narrativa do manual didático que almeja a ruptura com a dominação colonial. Vislumbrando sua emancipação, a literatura didática instrumentaliza esses discursos, destacando o caráter unitário da resistência. Citamos, a seguir, a narrativa de unificação e resistência expressa pela conciliação dos povos do Monomotapa contra o colonialismo:

Dez anos mais tarde, em 1571, um grande exército de 1000 soldados atacou o Monomotapa, partindo de Sena. O Monomotapa opôs uma resistência tão forte que dos 1000 homens só 180 conseguiram escapar e fugir para Sena. O próprio general português foi morto na batalha. A vitória do Monomotapa só foi possível porque os povos de Moçambique conseguiram esquecer por um tempo os seus conflitos e unir-se contra os portugueses. Mas os portugueses não aprenderam a lição porque em 1574 voltam de novo a atacar, partindo desta vez de Sofala e convencidos de que conseguiriam o apoio dos Quiteve e dos Changamire contra o Monomotapa. Mas de novo voltaram a ser derrotados em Manica.<sup>78</sup> (grifo nosso)

É correto afirmar que os movimentos nacionalistas africanos, especificamente os casos das ex-colônias citadas, preocuparam-se em criar uma unicidade entre as culturas das regiões para a resistência à dominação. As fragmentações serão empecilhos colocados para a unidade da nação, visto como um grande problema – o “tribalismo” – para o projeto pensado na prática. Assim, a relação dos chefes tradicionais com os portugueses, desde o princípio da intervenção colonialista é reafirmada como estratégia divisionista dos povos para a dominação. Por esse motivo, as lideranças dos movimentos de libertação das colônias portuguesas buscavam em suas políticas fomentar a unidade entre a multiplicidade étnico-cultural presente nos territórios. Sob a bandeira do combate à fragmentação, exaltavam, como no caso de Amílcar Cabral, o caráter de classe da cultura nacional para a libertação. Nas palavras de Cabral:

É certo que a multiplicidade das categorias sociais e étnicas cria uma certa complexidade na determinação do papel da cultura no movimento de libertação, mas é indispensável não perder de vista a importância decisiva do caráter de classe da

<sup>76</sup> CABRAL, 2011. Op. cit. p. 358.

<sup>77</sup> Ibid., p. 360.

<sup>78</sup> MOÇAMBIQUE, 1971, op. cit., p. 29.

cultura no desenvolvimento do movimento de libertação, mesmo nos casos em que esta categoria está ou parece estar embrionária.<sup>79</sup>

Para a liderança revolucionária, o caráter unitário só seria possível a partir do fim do aparato colonial e do rompimento com os poderes distribuídos pelos colonialistas às lideranças tradicionais. Segundo Cabral, somente com a desestruturação do colonialismo através da luta armada, haveria a possibilidade de se elevar, com o caráter de classe da cultura nacional, a vitória contra a dominação, tendo o colonialismo e a violência perpetuada pelo mesmo como o elemento fundador do sentimento de unidade.

Sobre esse ponto, Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO, afirma que a criação do movimento nacionalista moçambicano possui relação direta com a violência imposta pela intervenção colonialista europeia. Como experiência comum entre a população da região, o modelo de exploração imposto deu origem “à comunidade territorial e criou as bases para uma consciência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos da dominação colonial”<sup>80</sup>.

Dessa maneira, como estratégia para a formação da unidade contra o colonialismo, o manual didático busca, através de seu discurso de proposição da resistência contra a exploração colonial, relacionar em seus conteúdos a militância necessária para a emancipação, a fim de incentivar o sentimento nacionalista emergente com base na resistência e unidade durante a luta anticolonial. As intenções portuguesas de fomentar as divisões para a conquista, são realçadas na narrativa do manual:

No reino do Monomotapa essa diferença era mais acentuada do que nos restantes reinos devido à autoridade que os reis de Monomotapa tinham e também devido ao facto de ser neste reino que os portugueses tinham maiores contatos e onde, portanto, podiam mais facilmente semear a sua influência divisória. Os portugueses tentaram sempre aproveitar-se dessas divisões para lançarem uns contra os outros e para assim poderem mais facilmente intrrometer-se na vida política e econômica desses reinos. Muitas vezes até lançavam umas tribos contra outras, inventando e provocando questões e tentando desta ou daquela maneira ter mais influência junto aos reis. Foi esta política divisória para dominar que permitiu aos portugueses permanecer em Moçambique. O povo moçambicano era hostil à presença dos portugueses. Mas muitas vezes os chefes tribais e os reis das federações de tribos necessitavam do auxílio dos portugueses para atacarem outras tribos ou muitas vezes para se defenderem do seu próprio povo. Por essa razão facilitavam muitas vezes a presença dos portugueses em Moçambique.<sup>81</sup> (grifo nosso).

Como afirma Conceição, ao realçar as considerações levantadas por Ngoenha sobre o conjunto de problemas que orbitam a identidade moçambicana, deve-se atentar para os

<sup>79</sup> CABRAL, op. cit., p. 363.

<sup>80</sup> MONDLANE, Eduardo. Resistência – A procura por um movimento nacional. *In*: SANCHES, op. cit., p. 333.

<sup>81</sup> MOÇAMBIQUE, 1971, op. cit., p. 34.

“etnocentrismos” presentes no projeto da moçambicanidade forjado pela FRELIMO. Ela salienta que, para o autor:

a construção de uma identidade moçambicana assumiu contornos ideológicos, superlativizados nos discursos de construção da ideia de nação, por ele combatido. “Matar a etnia para fazer nascer a nação”, constituiu um discurso, sem dúvida, respaldado nas ideias de Samora Machel e foco de inúmeros conflitos<sup>82</sup>.

Outro fator de destaque nessa primeira fase, responsável pela inauguração de um projeto de identidade e de nação para a população moçambicana, seria a escolha do português como idioma para a unidade nacional. No que diz respeito à estratégia de unificação contra o colonialismo, no caso de Moçambique, a escolha pelo português como língua oficial do Estado se refere ao projeto unificador da nação empreendido pela FRELIMO. A concepção do manual didático elaborado para uso nas zonas libertadas, utilizou o idioma português na sua elaboração, distribuição e militância, com a intencionalidade de construir a tão almejada unidade em detrimento da pluralidade linguística e étnica. Dessa maneira, segundo Santos:

As “novas nações africanas” foram-se “imaginando” a si próprias a partir de elementos fornecidos pelo colonialismo: o território, a língua, o sentimento de pertença a um grupo mais vasto, que ultrapassasse a heterogeneidade étnica característica de cada domínio colonial.<sup>83</sup>

A imprensa moçambicana, em sua convergência para a materialização dos manuais didáticos, como veremos, será fundamental, não só para fomentar o compartilhamento de uma identidade moçambicana durante a luta de libertação, como também para estratégia de consolidação do português como idioma nacional, vislumbrando a modernização da sociedade. Dessa maneira, para a camada dirigente idealizadora do projeto modernizante de sociedade, a escolha do português como idioma oficial para a literatura didática, assim como, posteriormente, para a nação, foi importante para a criação da moçambicanidade. Tal escolha buscava acabar com as chamadas “tendências divisionistas” combatidas, como o já citado tribalismo ou o regionalismo. De acordo com Macamo, a escolha adotada pela FRELIMO do português como língua oficial se deu devido a facilidade burocrática encontrada pela classe dominante na utilização do idioma, visto que já era o idioma utilizado para tanto. Como afirma o autor “não existe em Moçambique uma única língua capaz de rivalizar com o português no facilitamento da comunicação oficial, administrativa, educacional [...]”<sup>84</sup>.

<sup>82</sup> CONCEIÇÃO, op. cit., p. 163.

<sup>83</sup> SANTOS, op. cit., p. 54.

<sup>84</sup> MACAMO, Elísio S. A Nação Moçambicana como Comunidade de Destino. *Lusotopie*, p.355-364, 1996, p. 362. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespo-bordeaux.fr/macamo96.pdf>. Acesso em: 20/09/2016.

A primeira metade da década de 1970 foi rica para o amadurecimento dos paradigmas identitários forjados pelas camadas dirigentes dos movimentos nacionalistas africanos. Em Moçambique, as lideranças nacionalistas empreenderam um processo de afirmação de paradigmas e formação de novas camadas identitárias para a construção do que se esperava para o novo cidadão moçambicano.

Sobre esses aspectos, a formulação dos novos paradigmas de pertencimento coletivo da população estaria vinculada às instituições estatais ligadas ao ensino e à produção de conhecimento moçambicanas do pós-independência. Nessa perspectiva, a preocupação dos agentes do Estado em instituir demandas voltadas à criação do novo cidadão pode ser vislumbrada nas políticas estatais que buscavam a construção do Homem Novo, um indivíduo afastado das heranças deixadas pelo passado colonial português e das lógicas de poder das populações tradicionais de Moçambique. A criação do Homem Novo, institucionalizada durante o processo de construção da identidade nacional, tem uma origem mais longínqua, sendo forjada desde a luta anticolonial. Sobre esse aspecto, as lideranças da Frelimo procuravam construir, desde a fundação, em 25 de junho de 1962, as bases necessárias para a afirmação de seu projeto unitarista. Como salienta José Luis Cabaço, o Centro de Formação do Homem Novo, assentado em Nashingwea (Tanzânia), constituiu-se não apenas como centro de treinamento e de estratégias de luta dos guerrilheiros da FRELIMO, mas também serviu de “laboratório experimental” para a formação do Homem Novo, segundo Cabaço, Nashingwea foi o local onde

Se ensaiou a experiência alternativa que deveria, por um lado, corresponder as condições socioeconômicas e culturais das populações que apoiavam os guerrilheiros (e cujas vidas estes tinham que proteger e organizar) e, por outro lado, criar valores e comportamentos que demarcassem, de forma clara, “a nossa zona” da “zona do inimigo”. O programa da Frelimo adotado pelo II Congresso falava de “substituir a cultura colonialista (...) por uma cultura popular e revolucionária, baseada nas tradições do nosso povo”.<sup>85</sup>

Dessa forma, o ideal de indivíduo esperado para a libertação da nação começou a ser forjado. Vislumbrando o futuro socialista, o indivíduo ideal era necessário para a conquista da independência e, após a libertação, a consolidação do projeto nacionalista. O líder revolucionário e primeiro presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel chama atenção para a importância de Nashingwea na constituição dos princípios de identidade do povo moçambicano, ao afirmar que

---

<sup>85</sup> CABAÇO, op. cit., p. 412.

política e militarmente foi forjada a unidade, a partir de um pensamento comum, consciência patriótica de classe. Entramos como *Macondes, Macuas, Niajas, Manicas, Shanganas, Ajauas, Rongas, Senas*; saímos como *Moçambicanos*.<sup>86</sup> (grifo do autor)

O que buscamos apresentar até o momento foram os primeiros esboços da escrita e do ensino de história em Moçambique. A partir disso, podemos observar que a mesma estava caracterizada pela premissa de rompimento com o colonialismo, e, durante o momento de luta pela libertação nacional, preocupada em expressar os primeiros esforços para a construção da tão almejada unidade nacional. Como veremos a seguir, a utilização das instituições estatais de ensino e de pesquisa, comandadas pela Frelimo, tornou-se crucial para a qualificação técnica de novos quadros do Estado, assim como para a formação ideológica e adesão da população para o projeto de modernização da sociedade e para a formação da moçambicanidade.

---

<sup>86</sup> MACHEL, 1982 *apud* THOMAZ, O. R. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 51, n.1, 2008, p. 181.

## **CAPÍTULO 2 – O PÓS-INDEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (1975-1981)**

### *2.1 O Fim do Colonialismo Português em Moçambique*

No decorrer da década de 1970, as antigas colônias de Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, conquistaram a independência do jugo colonial português. A atuação das guerrilhas para a libertação nacional, em conflito com as forças coloniais desde meados da década de 1960, foram fundamentais para o fim da exploração colonial e como influencia aos acontecimentos políticos em Portugal na década de 1970. O desgaste político decorrente dos altos gastos da guerra contra-insurgente foi essencial para o fim do salazarismo em Portugal e para a formação das lideranças políticas dos países independentes. As antigas colônias portuguesas assumiram projetos políticos que aliaram os ideais do pan-africanismo com o marxismo-leninismo, e adotaram princípios que visavam a revolução social e a autonomia política das nações recém libertadas.

No caso moçambicano, em 1974 a guerra de libertação nacional teve seu fim. Empreendida pelas guerrilhas contra o exército colonial português, inaugurou um capítulo importante para o surgimento de Moçambique independente, colocando fim aos laços coloniais impostos pelo regime de Antônio Salazar. O fim do salazarismo, após a Revolução dos Cravos ocorrida em 25 de abril de 1974, proporcionou aos movimentos de libertação novas esperanças para a conquista da liberdade e a institucionalização de políticas próprias. A partir disso evidenciamos, no território moçambicano, disputas de poder entre os diferentes grupos nacionalistas que lutaram pela independência do país. Dessa forma, coube à FRELIMO coordenar os acordos de paz e estabelecer o novo projeto político para a estruturação do Estado. Como resultado,

As guerras africanas politizaram as classes médias portuguesas de uma forma sem precedentes, não através da conversão directa de um grande número de pessoas à ideologia revolucionária de Amílcar Cabral ou Samora Machel, mas ao levar os recrutados e as suas famílias a questionar a natureza do estado e o objetivo das guerras coloniais.<sup>87</sup>

Os olhos do governo português estavam voltados para a Europa e não mais para suas colônias africanas. Outrora, durante as décadas de 1930 e 1940, os territórios ultramarinos possuíam maior relevância para a economia portuguesa, sendo essenciais para a industrialização do país, e ainda, compreendiam uma estratégia para fugir da grande

---

<sup>87</sup> NEWITT, op. cit., p. 161.

depressão. No período, o governo de Salazar investiu fortemente na modernização do estado, sendo a relação entre as colônias e a metrópole peça fundamental para alcançar tal objetivo. Do mesmo modo,

[...] a África era essencial a este processo já que produzia matérias-primas a preços controlados que sustentavam a industrialização de Portugal, e tornou-se, mesmo que por breves momentos, o principal foco da emigração portuguesa.<sup>88</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial, a tentativa de modernização e inserção da colônia de Moçambique no mercado austral levou à abertura econômica da colônia ao capital externo, o que incentivou os investimentos no território para companhias ligadas aos governos próximos, em especial ao da África do Sul. A mudança ocorrida no período terá seu agravante econômico em meados de 1973 quando o governo sul-africano, e não mais Portugal, será o principal parceiro comercial do governo colonial moçambicano, nesse momento “89% de todo o novo capital investido em Moçambique provinham da África do Sul”.<sup>89</sup>

Do mesmo modo, o agravamento da crise em Portugal é corroborado com a conjuntura conturbada em suas colônias. Desde 1971 o governo colonial havia aumentado seu orçamento militar com as políticas implementadas por Marcelo Caetano, – último presidente do Conselho do Estado Novo Salazarista – que contraria os planos de Portugal, ao institucionalizar um programa de reformas que visava o crescimento econômico do país. Uma das reformas visava pôr fim à ameaça independentista da FRELIMO através do aumento no orçamento militar, outra estabelecia um programa de remodelamento estrutural para atender às expectativas dos colonos portugueses. A crise econômica no início dos anos de 1970 e a guerra prolongada revolucionária levada à cabo pelos guerrilheiros moçambicanos fez com que o descontentamento da população portuguesa e dos colonos, se mostrasse presente. Dessa maneira, os sintomas mais significativos resultantes dos conflitos foram sentidos: “a partir de 1971, a emigração portuguesa para a colônia apresenta dados negativos. Muitos colonos começaram a abandonar Moçambique. Foi também, o começo da saída de investimentos estrangeiros”<sup>90</sup>. Com a crise instaurada, Marcello Caetano perdeu apoio de importantes grupos empresariais, que demonstraram insatisfação referente às reformas propostas por seu governo.

Como resultado, o MFA – Movimento das Forças Armadas – leva a cabo o golpe de estado em abril de 1974 em Portugal. Com a intenção de acabar com as guerras coloniais, a demonstração de descontentamento das Forças Armadas e da população incentivaram esses

<sup>88</sup> NEWITT, op. cit., p. 460

<sup>89</sup> Ibid., p. 461.

<sup>90</sup> GÓMEZ, Miguel Buendía. **Educação Moçambicana – História de um processo: 1962-1984**. Maputo, Livraria Universitária, 1999, p. 186.

acontecimentos. No que diz respeito às políticas que seriam adotadas às colônias, se mostrava fundamental uma mudança também radical para África, dessa maneira: “os oficiais de esquerda do MFA identificavam-se fortemente com os movimentos nacionalistas em África e partilhavam a crença de que o Salazarismo era o inimigo comum”<sup>91</sup>, contrariando os planos de António de Spínola<sup>92</sup> – no poder Executivo do país desde a rendição de Marcello Caetano – que, apoiado pelos grupos empresariais portugueses, planejava a permanência de uma “Commonwealth”, ou seja, uma comunidade federal portuguesa ultramarina. Uma das justificativas apresentadas pelo General Spínola era a de que os africanos ainda não estavam preparados para gerir seus próprios destinos. Spínola, descontente com a guinada à esquerda dos militares portugueses do MFA e após tentativa de intervenção para impedir a aplicação dos planos do novo governo, seria obrigado a se demitir em 28 de setembro de 1974.

Nesse contexto, a Revolução dos Cravos levou ao caos referente ao vazio de poder nas ex-colônias portuguesas. Os militares do Exército Colonial não sabiam a quem servir, e não havia, ainda, o recebimento de ordens sobre como agir nas colônias durante o contexto revolucionário de abril. Simultaneamente, as forças da FRELIMO continuavam sua incursão rumo ao sul da colônia, movimentações que não receberam sequer sinal de resistência, pois haviam muitos focos de relutância ao combate por parte das unidades militares portuguesas em Moçambique. O cenário de caos instaurado levará às primeiras negociações entre o governo português e as forças da FRELIMO, que continuou com seus avanços até a tomada de poder e retirada das tropas portuguesas de Moçambique. Podemos considerar, diante disso, que o avanço da FRELIMO entre os anos de 1970 e 1974 se deve não só ao desenvolvimento de sua capacidade político-militar, mas também ao descontentamento crescente no exército colonial.

Torna-se necessário dar crédito à luta de libertação moçambicana no que diz respeito ao fim do salazarismo em Portugal, pois desde 1962 os grupos guerrilheiros participaram de incursões contra as tropas portuguesas para assim desestabilizar a estrutura colonial. Dessa maneira, a guerrilha agiu libertando áreas ao norte do país que estavam sob domínio das forças coloniais e estabeleceu um novo modelo de administração que aliasse as necessidades da população local ao incentivo indispensável para manter em marcha o processo revolucionário. Assim, o desgaste provocado pela guerrilha às forças do exército colonial foi

---

<sup>91</sup> NEWITT, *op.cit.*, p. 462.

<sup>92</sup> Concomitante ao andamento do golpe de estado de 1974, a publicação do livro de Spínola denominado “Portugal e o Futuro”, demonstrava o projeto de aliança entre o governo e a burguesia portuguesa, que pretendia substituir a dominação colonial do território, com a alteração dos conflitos coloniais deficitários, pela dominação econômica.

indispensável para o fim do regime salazarista, e ainda, causou o agravamento da crise econômica portuguesa e o descontentamento da população civil e das forças armadas.

No período entre a Revolução dos Cravos e a assinatura dos Acordos de Lusaka, um governo provisório foi instaurado em Moçambique. Como estratégia para conter as sublevações e frear a FRELIMO, visto que a Frente não possuía espaço nos centros urbanos, o governo provisório tomou algumas medidas que visavam maior flexibilização para as liberdades individuais e coletivas, como “a libertação de presos políticos, a subida demagógica dos salários dos trabalhadores africanos, relaxamento das práticas de segregação racial e uma certa liberdade de reunião e expressão”.<sup>93</sup> Como alternativa durante o processo de transição política, o governo provisório permitiu a criação de diversos grupos políticos, além disso, incentivou e possibilitou suas existências como oposição à FRELIMO, principalmente nos centros urbanos, e, ao visar uma alternativa neocolonial:

a formação de partidos políticos, em 1974, foi mais uma estratégia colonialista contra a FRELIMO, uma tentativa de tirar-lhe a característica de único representante legítimo do povo moçambicano reconhecido pela ONU e pela OUA, do que iniciativa de grupos ou forças políticas nacionais”.<sup>94</sup>

Dentre as forças políticas, cita-se a tentativa de negociação da independência por Jorge Jardim, reconhecido empresário de Moçambique, que possuía negócios em Beira e Lourenço Marques, além de ser um homem de confiança de Salazar. Jardim tentou obter “o apoio de Lisboa para uma coligação que negociaria a independência, usando o Presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia como intermediário”<sup>95</sup>. Do mesmo modo, a organização de colonos legalizada durante os últimos dias do regime de Marcello Caetano, a GUMO (Grupo Unido de Moçambique) aliou-se aos remanescentes da COREMO (Comitê Revolucionário de Moçambique) e ao Uria Simango e ao Padre Mateus Pinho Gwenjere – este último comprometido com a libertação dos Macondes. Outros grupos, como a FRECOMO (Frente de Convergência de Moçambique), liderada por Joana Simião, denominavam-se representantes dos interesses Macuas. De caráter conservador surgiu a FICO (Frente para Independência e Continuidade com o Ocidente), que representava os interesses dos colonos brancos de Lourenço Marques.

Porém, com Portugal dividido em grupos políticos que divergiam em seus programas de governo, a alternativa dos grupos guerrilheiros de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola de protagonizar a independência sem que houvesse uma

---

<sup>93</sup> GÓMEZ, op. cit., p.190.

<sup>94</sup> Ibid., p. 194-195.

<sup>95</sup> NEWITT, op. cit., p.462.

eleição ou referendo, mostrou-se uma realidade viável. A incapacidade da FRELIMO em mobilizar ou negociar com as camadas urbanas dos trabalhadores, principalmente com os colonos brancos, trouxe uma série de dificuldades ao projeto de unidade conjecturado pelos guerrilheiros. O colonialismo havia criado preconceitos raciais e complexos de superioridade difíceis de contornar, e, dessa maneira, os trabalhadores brancos haviam formado um sentimento de identidade com o sistema colonial e de certa aversão ao que a FRELIMO representava.

Com o cessar-fogo entre o Estado português e a FRELIMO, assinado em Lusaka, em 7 de setembro de 1974, as tropas portuguesas começam a se retirar do território moçambicano e o governo colonial passou a transferir gradativamente os poderes sobre o país para o Governo de Transição, composto por dirigentes da FRELIMO. Porém, a situação colocada em Moçambique após o acordo de Lusaka salientou uma série de questões mal resolvidas. A construção da nação necessitava da diplomacia com as diferentes camadas da população para que se formasse uma política de alianças em prol da independência e a fim de assegurar o projeto de nação desejado pela FRELIMO. Ao mesmo tempo em que o cessar-fogo e o Governo de Transição gerenciado pela FRELIMO significavam uma vitória, foram apresentados novos desafios que precisariam ser enfrentados, devido à heterogeneidade presente na política moçambicana no período. Segundo Newitt,

A posição dos colonos e das suas propriedades não recebeu quaisquer garantias; não se tomaram nenhuma decisões sobre o ativo português ou eventuais indenizações; e toda a questão da dívida colonial ficou pendente. [...] Só pode ser considerada uma abdicação completa da responsabilidade de ambas as partes que não se tivessem negociado as condições para a permanência de trabalhadores especializados portugueses e moçambicanos, nem que se celebrassem quaisquer acordos comerciais ou financeiros que teriam garantido uma relação harmoniosa entre a antiga colônia e a metrópole.<sup>96</sup> (grifo nosso)

A falta de braços e mentes para a produção em diversas áreas, impuseram novos obstáculos ao governo revolucionário. Nesse período, “o quadro de instabilidade política e social intensificou a saída de portugueses de Moçambique. Estima-se que de setembro de 1974 até abril de 1975, cerca de 50 mil colonos portugueses deixaram o país em direção à Europa”<sup>97</sup>. Após a independência, caberia à camada dirigente do Estado firmar o

<sup>96</sup> NEWITT, op. cit., p.463.

<sup>97</sup> SERRA, A. M. de Almeida. **Política Agrária e desenvolvimento social na República Popular de Moçambique, 1975-1985**. Tese de doutoramento em Economia. Lisboa: ISEG - Universidade Técnica de Lisboa, 1991, pág. 430 *apud* AZEVEDO, Desirée de Lemos. Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique. Campinas, SP, 2011, p. 76-77.

compromisso em formar novos agentes responsáveis para preencher os quadros nas áreas deficitárias de setores fundamentais para o avanço do projeto político do novo Estado.

Como dito anteriormente, a partir de abril de 1974, o Governo de Transição coordenado pela FRELIMO passa a gerenciar o Estado moçambicano, inaugurando um projeto de administração embasado nos princípios socialistas, engajados no molde marxista-leninista, mesmo que a autodenominação só tenha sido inserida nos termos legais após o III Congresso da Frelimo, em 1977. As intensificações das políticas da Frelimo surgem com a transição do poder de fato às suas mãos, após a proclamação da independência em 25 de junho de 1975. Como principais políticas de estado, diversos setores da economia foram nacionalizados, iniciou-se um processo de socialização do campo, abolindo assim propriedade privada da terra, e, ao longo do tempo, a nacionalização alcançou outros segmentos, como as áreas da saúde (com a proibição da medicina privada) e o sistema educacional, ao colocar fim às atividades que outrora estavam nas mãos de grupos religiosos e ao criar escolas no interior do Estado. Além disso, o sistema habitacional, funerário, de justiça e financeiro, que abrangia as empresas agrícolas, industriais e comerciais, os bancos e o comércio exterior, enfim, todo o gerenciamento de setores-chave da economia passou às mãos do Estado Moçambicano, gerenciado pela Frelimo.

O prejuízo na área da educação ficou evidente a partir da fuga em massa de profissionais, pois, nesse contexto, “houve um êxodo maciço de professores universitários portugueses, como de estudantes, criando uma crise total na única instituição de ensino superior existente”<sup>98</sup>. Quanto às políticas de estado, a evasão dos mais diversos profissionais especializados, principalmente dos colonos brancos, levou a Frelimo a implementar uma estratégia que vinculasse a pesquisa e o ensino à educação moçambicana direcionada para a formação dos cidadãos moçambicanos e para escrever uma história de Moçambique desvinculada aos ranços coloniais, e com vistas à um futuro socialista.

Dentre as diversas estratégias utilizadas pela Frelimo diante dos desafios impostos e da necessidade de preencher os quadros deficitários do Estado, o governo de Moçambique precisou também de apoio estrangeiro, inaugurando a estratégia que seria denominada “cooperação internacional”. Os estrangeiros se somariam à causa revolucionária da Frelimo, colaborando para a formação de quadros no interior, propagando os ideais revolucionários e formando as bases para a construção da educação moçambicana. Dessa maneira,

---

<sup>98</sup> FERNANDES, Carlos. Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do centro de Estudos Africanos - 1975-1985. *Afro-Ásia*, n. 48, 2013, p.11-44., p. 12-13.

Uma vez que seus militantes estavam inseridos em todos estes processos, a Frelimo abrigou, desde seu início, aqueles que compartilhavam o paradigma de esquerda por formação e trajetória anteriores a luta armada por ela desencadeada. Por outro lado, a perspectiva foi estimulada e reforçada, crescendo internamente durante esse processo devido à importância adquirida pelos apoios militares, em maioria vindo dos países socialistas. Mesmo entre os apoios oferecidos por países africanos, destacavam-se a contribuição de Argélia e Tanzânia (fornecendo armas, bases, campos de treinamento, recursos e contatos políticos), países que estavam inseridos no campo da esquerda e por onde circulavam representantes de países socialistas, como China, Cuba, URSS e Vietnã, e de organizações/partidos políticos de esquerda, como o brasileiro PCB.<sup>99</sup>

Sendo assim, como política de Estado, a Frelimo procurou aliar a produção de conhecimento à formação de quadros capacitados para suprir a demanda exigida pelo novo Estado em formação. Para isso, formou profissionais para atuação em áreas de produção de conhecimento, ensino e pesquisa, abrindo assim as portas do país para indivíduos engajados ao projeto socialista, que pudessem contribuir para a transformação social radical, visto que até então educação moçambicana oficial possuía sua sustentação na estrutura colonialista. Quanto à pesquisa e ensino de história, coube aos profissionais construir uma nova perspectiva que desvinculasse a história de Moçambique da história dos portugueses em Moçambique. Assim, como instituições fundamentais para alcançar esse objetivo, destacam-se o Centro de Estudos Africanos (CEA) e o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), importantes para a produção de conhecimento engajado na elaboração e construção dos ideais de pertencimento do povo moçambicano. Como veremos a seguir, a equipe de pesquisadores responsável pela estruturação do novo modelo de ensino moçambicano, formaria os moldes para a educação dos novos cidadãos, essenciais para a afirmação da nação emergente e para a construção da identidade nacional do país.

## *2.2 Educação e Pesquisa em Moçambique: o caso do Centro de Estudos Africanos*

A partir da independência de Moçambique, formalizada em 25 de junho de 1975, a Frelimo assume a dianteira como força motriz para estruturar o novo Estado-nação gestado durante a luta de libertação nacional. Como partido único, coube à Frelimo centralizar as políticas norteadoras para o futuro da nação, caracterizadas pela ruptura com o sistema colonial e fortemente embasadas nas “ideologias revolucionárias de Cuba e do Vietnã, bem como as de Cabral e do PAIGC”<sup>100</sup>.

<sup>99</sup> AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Os melhores anos de nossas vidas**: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique. Campinas, SP, 2011, p. 74.

<sup>100</sup> NEWITT, op. cit., p. 467.

Apesar do logro da independência e da conquista do poder do estado, a Frelimo herdou do colonialismo português uma série de problemas difíceis de contornar: isso se deve, entre outros fatores, ao antagonismo evidenciado nos projetos políticos. A necessidade de revolucionar o Estado fez com que o partido utilizasse estratégias para alcançar as políticas que atendessem de forma majoritária a população moçambicana; tarefa árdua, visto que durante a guerra de libertação a Frelimo não havia conseguido se inserir nos centros urbanos, controlados pelos portugueses, e, tampouco na maior parte do território. Estima-se que a experiência de organização da Frelimo como sua atuação nas Zonas Libertadas compreendeu em seu auge apenas “10% da população do país e numa situação de guerra”<sup>101</sup>. Ainda assim, a cúpula da Frelimo pretendia, após a experiência do Governo de Transição, utilizar da burocracia construída pelos portugueses para fazer chegar sua política, ideologia e assistência.

Os cinco primeiros anos após a independência foram de grande entusiasmo para a sociedade moçambicana. A promulgação da Constituição da República Popular de Moçambique, em junho de 1975, encaminhava os paradigmas necessários para a construção da nova sociedade. Conforme apresentado no Artigo 4º da Constituição, a nova nação pretendia romper com os laços do passado colonial, inaugurando uma nova sociedade baseada na cooperação e que tinha como propósito a modernização e a justiça social. Assim, como objetivos primordiais estavam:

- A República Popular de Moçambique tem como objectivos fundamentais:
- a eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente;
  - a extensão e reforço do poder popular democrático;
  - a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social;
  - a defesa e consolidação da independência e da unidade nacional;
  - o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos e Estados;
  - o prosseguimento da luta contra o colonialismo e o imperialismo.<sup>102</sup> (grifo nosso)

Como principais características do Artigo, a almejada unidade nacional, fator importante suscitado pela FRELIMO durante a guerra de libertação, fulgura como uma das principais atribuições do Estado no pós-independência. Além disso, é salientada a necessidade em criar bases para uma ampla participação popular. Da mesma maneira, a formação de uma nova mentalidade, livre do passado colonial e da influência das comunidades tradicionais, segue sendo um objetivo a ser atingido para a modernização do Estado.

<sup>101</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 202.

<sup>102</sup> MOÇAMBIQUE. Constituição (1975). Constituição da República Popular de Moçambique. Maputo, 1975, p.1.

Apesar das dificuldades econômicas e sociais colocadas pelo legado colonialista, a nova república alcançou avanços consideráveis nas áreas da educação, saúde e habitação. A estruturação do poder e forma de governo organizada nos moldes de partido único, centralizou todas as demandas da sociedade sob jurisdição das políticas da Frelimo. Contudo, além dos problemas enfrentados, a fuga de capitais em setores indispensáveis para o desenvolvimento, como comércio e distribuição, corroborou para o enfraquecimento da economia moçambicana. Além disso, setores estratégicos sofreram com sabotagens nos primeiros anos do pós-independência.

Como forma de sanar de imediato alguns dos problemas apresentados e ampliar a pertença cidadã através da participação popular, foram criadas organizações com o objetivo de levar a população à participação política direta, com a finalidade de atender as necessidades da população. Como sustentáculo de poder, a estratégia do Partido pretendia mobilizar e organizar as massas populares, incentivar sua participação e angariar o apoio necessário a partir da divulgação da linha política da Frelimo. Como elo de ligação entre a Frelimo e a população, foram criados os Grupos Dinamizadores (GD), responsáveis por incentivar o crescimento do apoio político necessário e pela aproximação com a classe trabalhadora. Diversas funções estatais, deficitárias devido à estrutura colonial, foram ocupadas pela atuação dos Grupos Dinamizadores, que forneceram suporte e ganharam grande dimensão política durante o período. Segundo Gómez, os Grupos Dinamizadores “acumularam para si a resolução de problemas dos mais variados tipos: a falta de escolas, alfabetização, doenças, conflitos familiares, roubos, denúncias de comportamentos racistas, limpeza das cidades, desemprego, etc.”<sup>103</sup>. Como podemos observar, foram delegadas uma multiplicidade de funções aos Grupos Dinamizadores, fato que contribuiu para a confusão sobre o que seria responsabilidade das instituições do Estado e o que caberia às direções da organização.

Destarte, a articulação dos Grupos Dinamizadores logo após a independência se mostrou fundamental para mobilizar a população em prol das demandas do novo governo. Outro fator de destaque, diz respeito a abertura de espaços para discussão e formação de novos quadros do Partido, que, além de inserir nas comunidades atividades de cunho político-partidário e de resoluções de problemas cotidianos, buscaram “romper tanto com as ‘sobrevivências’ do passado colonial, como com o ‘tradicionalismo’ e o ‘obscurantismo’,

---

<sup>103</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 203.

duas preocupações recorrentes no jargão frelimista”<sup>104</sup>. Com a atuação dos GD, “muitas das formas de relação entre os chefes tradicionais – régulos – e a população começaram a desaparecer”<sup>105</sup>. Sendo assim, como estratégia emergencial da Frelimo, frente à situação imposta após a independência, a utilização desses grupos tinham como objetivo construir o poder popular democrático, descolonizar o Estado e romper com os laços existentes entre a população das comunidades e as lideranças tradicionais. Na visão da Frelimo, queria dizer,

desmantelar o sistema político, administrativo, cultural, financeiro, econômico, educacional, jurídico e outros, que como parte integrante do Estado colonial se destinavam exclusivamente a impor às massas a dominação estrangeira e a vontade dos exploradores<sup>106</sup>

A educação seria a pedra angular para a construção da nação moçambicana, principalmente no que se refere à criação do cidadão engajado na construção de uma comunidade moderna e livre dos vícios herdados das comunidades tradicionais e do colonialismo. Sendo assim, desde a experiência nas zonas libertadas, a formação ideológica dos novos indivíduos compreendida pela FRELIMO, contou com a educação fortemente anticolonial para a criação de uma identidade moçambicana. Dessa maneira, após a independência, coube à Frelimo orientar os Grupos Dinamizadores a fim de desenvolver, principalmente nas zonas rurais, uma nova educação, alheia ao passado colonial. Foi através da alfabetização das massas e da fomentação do caráter democrático no processo de alfabetização, que o Partido pretendia cumprir seu propósito. Sendo assim,

[...] as escolas deviam, portanto, ser centros dinamizadores da modernização: centros de divulgação da cultura nacional e do conhecimento político, técnico-científico. A difusão do conhecimento técnico-científico tinha por objetivo mobilizar os recursos naturais e humanos em favor do desenvolvimento e progresso da sociedade.<sup>107</sup>

Levar às comunidades, através da atuação dos Grupos Dinamizadores, a mesma experiência realizada pela FRELIMO nas zonas libertadas, tornou-se um objetivo um tanto quanto utópico, tendo em vista que em grande parte das regiões campesinas e interioranas a deficiência de recursos humanos e materiais para alcançar aquele objetivo eram limitações evidentes. Do mesmo modo, a opção da Frelimo em implementar de forma rápida e generalizada o mesmo método de educação experimentada nas zonas libertadas, foi impossibilitada pela falta de instrução aos profissionais que não tinham a formação política necessária para levar às localidades o projeto e não haviam vivenciado essa experiência. A

<sup>104</sup> MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 24 N° 70, p.17-35, junho/2009., p. 19.

<sup>105</sup> Ibid.

<sup>106</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 199.

<sup>107</sup> Ibid., p. 222.

carência de profissionais levou a Frelimo a dispersar os poucos profissionais da área da educação existentes em Moçambique, o que ocasionou uma série de impasses, pois:

[...] os centros-piloto e as escolas das zonas libertadas viram-se, assim, privadas daqueles professores e dirigentes que tinham iniciado e desenvolvido a nova concepção educacional. No lugar deles foram colocados professores que não tinham vivenciado a experiência educacional da luta de libertação e munidos de uma formação que os impedia de compreender, na sua globalidade, aquele tipo de educação. Talvez resida nisto uma das principais razões do declínio das escolas das zonas libertadas que se faria sentir nos anos seguintes”<sup>108</sup>.

Nesse momento, coube à Frelimo o compromisso de centralizar o processo de reconstrução da educação moçambicana, a partir de políticas voltadas à formação de profissionais qualificados para atuação no setor educacional, alinhados à ideologia política do Partido. Para isso, atribuiu-se ao Estado a tarefa de conduzir a formação da população moçambicana para a transformação social desejada, e, dessa forma, organizar um único sistema educacional “era a condição essencial para colocar a educação ao serviço do povo”<sup>109</sup>.

Assim, no decorrer dos primeiros anos do pós-independência, para estruturar a pesquisa e o ensino no país, as lideranças da Frelimo buscaram alinhar a educação de acordo com seus paradigmas, e, apesar da euforia e do entusiasmo sentidos a partir da libertação do colonialismo, a estrutura de ensino colonial deixou marcas na única instituição de ensino superior no país. Coube à Frelimo reestruturar radicalmente a universidade para que ela atendesse aos seus interesses políticos. Apesar das grandes perdas de material humano na área da educação, a Frelimo conseguiu aglomerar um conjunto de intelectuais – tanto moçambicanos quanto estrangeiros – para atender a demanda político-ideológica e técnico-científica. Dessa maneira, os moçambicanos considerados

[...] instruídos foram atraídos para o partido que assimilou e absorveu talentos criativos de muitos escritores, poetas e acadêmicos. Houve também, desde o começo, um grupo entusiástico de apoiantes estrangeiros, incluindo brilhantes acadêmicos ocidentais como Allen Isaacman, a Equipe talentosa que integrou a Universidade Eduardo Mondlane e exilados sul-africanos como Ruth First e Albie Sachs.<sup>110</sup>

No período supracitado, como podemos observar, a saída expressiva de profissionais das mais diversas áreas de conhecimento de Moçambique foi bastante significativa. Essa saída de profissionais qualificados da única instituição de ensino superior de Moçambique deixou explícita a dificuldade enfrentada pela nova nação, e também pelos profissionais engajados

---

<sup>108</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 224.

<sup>109</sup> Ibid., p. 229.

<sup>110</sup> NEWITT, op. cit., p.466.

em reformular a academia moçambicana. A realidade da universidade nesse período era de desmantelamento devido ao êxodo massivo de profissionais, visto que nos

[...] primeiros anos pós-independência, o grosso dos estudantes tinha-se reduzido de 2.433 para 740, somente no período entre 1975 e 1978, enquanto o número de docentes moçambicanos reduziu-se para menos de 10 professores.<sup>111</sup>

Nesse contexto, o Centro de Estudos Africanos – CEA – foi institucionalizado e vinculado à Universidade Eduardo Mondlane (UEM) no ano de 1976. Antiga Universidade de Lourenço Marques, a instituição foi rebatizada em homenagem ao primeiro presidente da FRELIMO, assassinado em 1969. Eduardo Mondlane é considerado um ícone na luta contra o colonialismo português. A mudança de nome indica, também, os novos rumos que a produção de conhecimento e a formação para o ensino das áreas de Ciências Sociais tomariam após a independência.

Para a tarefa de reestruturar a nova universidade, o reitor Fernando Ganhão convidou o pesquisador militante Aquino de Bragança para dirigir o CEA: Bragança era um intelectual engajado na luta pela libertação dos povos e profundamente comprometido com o socialismo. Além disso, Aquino de Bragança foi um dos responsáveis pelas negociações que culminaram no Acordo de Lusaka, em 1974, sendo assim, teve papel importante para a libertação das antigas colônias portuguesas em África e foi um dos fundadores – em conjunto com outros líderes nacionalistas africanos como Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos – da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Em suma, foi uma figura ilustre pela Frelimo e muito próxima a Samora Machel, desempenhando papel central na criação da nova perspectiva de produção de conhecimento.

Assim, o CEA começou a ser formado, em busca da criação de uma instituição de ensino e pesquisa engajada para a construção do socialismo em Moçambique. Para isso, englobou jovens pesquisadores moçambicanos e intelectuais oriundos de outras partes do mundo, ambos entusiastas da alternativa socialista no país, que objetivava a

[...] transformação radical das condições sociais da população, dando ênfase particular ao papel da ciência na transformação das mentalidades, na construção de uma nova historiografia moçambicana livre da visão de mundo colonial, e no uso da ciência para a revolução social e econômica.<sup>112</sup>

Representando a vanguarda para a produção de conhecimento em Moçambique, o CEA foi o protagonista de diversas ações nesse período, como por exemplo: criação de referenciais para análise da sociedade moçambicana em seu contexto na África Austral (a

---

<sup>111</sup> Ibid., p. 13.

<sup>112</sup> FERNANDES, op. cit., p.17.

partir de projetos e publicações que evidenciavam a situação da alternativa socialista na região), difusão do ímpeto modernizador da Frelimo no que se refere à produção de conhecimento levada à cabo pelas instituições estatais de ensino e pesquisa. Os intelectuais que participaram da empreitada, por sua vez, possuíam como principal desafio desenvolver e formar quadros profissionais e técnicos de acordo com a demanda do Estado e voltados para o desenvolvimento econômico e cultural da sociedade moçambicana.

Para realizar o desejado sucesso do projeto socialista, os estudos do CEA procuravam alinhar a pesquisa e a produção de conhecimento à prática revolucionária, almejando, dessa forma, a mudança social. Assim, profissionais engajados e intelectuais militantes, comprometidos com a libertação dos povos e com a justiça social, fizeram do CEA um importante laboratório para a construção de experiências voltadas ao desenvolvimento de Moçambique. Conforme Carlos Fernandes, um dos grandes anseios dos dirigentes da Frelimo, após a independência

[...] foi sempre o de criar condições para a construção de uma narrativa histórica nacional, que pudesse manter viva a memória da experiência da luta de libertação nacional”. Também se pretendia “restituir a dignidade do povo moçambicano que tinha sido ‘silenciada’ pela historiografia colonial.<sup>113</sup>

De acordo com Fernandes, a produção de conhecimento científico protagonizada pelos intelectuais ligados aos órgãos da Universidade Eduardo Mondlane, foi fundamental para a construção do socialismo durante o período da “transição socialista” (1975-1985), como também para a legitimação do Estado moçambicano. Utilizando o conceito de intelectual orgânico, cunhado por Antonio Gramsci, e o conceito de engajamento crítico, de Allen Isaacman, Fernandes procura caracterizar a trajetória dos intelectuais e as abordagens feitas para a construção das áreas de conhecimento referentes às Ciências Sociais. O autor ainda ressalta a relevância do CEA para a construção político-social moçambicana:

[...] Estes dois conceitos nos ajudarão a enfatizar o caráter heterogêneo e plurivocal do CEA, a função que os seus pesquisadores tiveram ao estabelecer a ligação entre sociedade civil e sociedade política e na definição de um tipo de ciência social inovadora, que se pretendia, ao mesmo tempo, politicamente engajada, aplicada, crítica e autorreflexiva.<sup>114</sup>

É a partir desse enfoque que os profissionais do CEA começam a organizar a documentação existente em Moçambique e articular a construção institucional da história moçambicana. No primeiro momento, os membros do grupo somaram esforços para a

<sup>113</sup> FERNANDES, Carlos Manuel Dias. Dinâmicas de Pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique pós – independente: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990. Tese (Doutorado em História) PPG-Estudos Étnicos e Africanos/UFBA, Salvador, 2011, p. 165.

<sup>114</sup> FERNANDES, 2013, op. cit. p.12.

pesquisa da história colonial de Moçambique, assim, as primeiras pesquisas tinham um enfoque anticolonial. A perspectiva utilizada pelos profissionais do CEA foi fundamental para a formação de uma história de Moçambique independente e sob a ótica revolucionária. Não obstante, centrou-se em abordar questões sociais, culturais, econômicas e educacionais, aliando a construção de uma nova metodologia para escrever a história do país, com a prática revolucionária. Cabe ressaltar que nesse momento o centro ainda não contava com meios logísticos necessários para a realização de pesquisas de campo, por isso, deu-se ênfase, como atividade principal desenvolvida, à pesquisa documental, através da divisão em seções estabelecidas sobre diferentes períodos históricos.

Um dos problemas enfrentados pelo CEA estava no fato de que a maior parte dos documentos coloniais existentes estavam dispersos, sendo que a maioria do material referente ao período de dominação havia sido enviado a Portugal. Dessa forma, o grande problema quanto ao acervo consistia na retirada de documentos do país, pois “toda a documentação anterior ao séc. XIX tinha sido por lei enviada a Portugal e as três grandes companhias que ocupavam 2/3 do território moçambicano entre 30 e 50 anos eram detentoras do seu acervo”<sup>115</sup>.

A partir do Governo de Transição, a documentação existente em Moçambique, antes pertencente e administrada pelo Estado Colonial, passa a ser administrada pela Frelimo. Desde 1974, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) tratou de recolher, organizar e disponibilizar aos pesquisadores a documentação, que dispersa, sobre a história de Moçambique. As péssimas condições de alojamento e equipamentos para melhor armazenar e cuidar da documentação, levou o governo moçambicano a instalar a sede do AHM na Universidade Eduardo Mondlane, em 1976. Até então, poucos professores e estudantes acessavam o material, visto que “ele tinha muito pouco a ver com os programas de ensino (mesmo os currículos do curso de História), pois em todos os níveis de ensino estavam em vigor os programas aprovados para o ensino de Portugal”<sup>116</sup>. A partir de então, a instituição arquivística se mostrou preocupada em alterar o estatuto subalterno à história portuguesa delegada a Moçambique, dessa forma rompe com os laços remanescentes com o colonialismo português e atribui outra função para a documentação existente, que passa a contribuir, além da pesquisa, para a construção e ensino da história de Moçambique independente.

---

<sup>115</sup> COSTA, Inês Nogueira da. Importância dos arquivos na Construção e Ensino da História de África: O Arquivo Histórico de Moçambique. **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 491-499. p.492.

<sup>116</sup> Ibid. p. 493.

Voltando o olhar para a história moçambicana, o AHM, ao aliar investigação histórica e ensino, foi pioneiro na disponibilização do material necessário aos estudantes e professores moçambicanos e na elaboração dos primeiros programas de pesquisa e ensino de história. Em sua transição para a UEM, organizado com estrutura mais adequada, o AHM passou a ser fundamental para a construção da história de Moçambique, fator que contribuiu para que desempenhasse uma dupla função – a de Arquivo Histórico e Arquivo Nacional<sup>117</sup>. Desse modo, ao concatenar as funções de trabalho arquivístico, pesquisa histórica e ensino de história, o AHM contribuiu para a formação do quadro profissional necessário para a educação moçambicana. Sendo assim, a importância do AHM se torna evidente também quando analisamos o cenário de crise existente no setor educacional nesse período, principalmente no que se refere à alteração do caráter da história de Moçambique, até então entendida a partir da visão colonialista, ou seja, tida como um apêndice na história triunfante dos portugueses em Moçambique e em África.

Importante notar que a ligação entre pesquisa e história se fez presente desde os primeiros momentos na UEM. O Centro de Estudos Africanos, assim como o Arquivo Histórico de Moçambique serão as instituições geradoras das principais demandas da camada dirigente do Estado no início da República. O CEA, além de capacitar os futuros profissionais do ensino, consistia em um coletivo importante de jovens pesquisadores que investigavam as diferentes etapas da história moçambicana.

Dessa maneira, cabe ressaltar que a partir da construção do trabalho do coletivo de pesquisadores do CEA sobre a independência do Zimbábue e as implicações dos acordos diplomáticos mantidos com a antiga colônia da Rodésia, o relatório “Zimbábue: a questão rodesiana”, alterou os rumos das pesquisas dos centros de estudos, sem que se deixasse de lado a produção historiográfica dos demais setores, porém, tendo como foco pesquisas voltadas para questões relacionadas à geopolítica presente da época, e, assim, “a antiga estrutura do CEA, focalizada fundamentalmente na história dos séculos XVIII e XIX de Moçambique, começou então a perder a posição de destaque”<sup>118</sup>

Com o intuito de contribuir para a construção do socialismo no país e aliando a pesquisa à prática revolucionária, em 1977 Aquino de Bragança incorpora ao quadro de profissionais da CEA a intelectual militante sul-africana Ruth First. Sob os auspícios de First – pessoa de confiança de Samora Machel e ávida ativista antiapartheid e anticolonial – o CEA deu uma guinada à pesquisa da situação moçambicana na África Austral. Assim, foram

---

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> FERNANDES, 2013, op. cit., p.20.

elaborados projetos de pesquisa que vinculassem a conjuntura presente de Moçambique na região e sua relação com os países limítrofes, em especial a África do Sul. O prestígio e renome de First fez com que a mesma fosse nomeada diretora científica do CEA, no ano de 1979. Cabe salientar que os intelectuais do CEA possuíam grande prestígio para a cúpula da Frelimo, o que ajudou a outorgar

credibilidade científica ao CEA, nomeadamente, o prestígio político e científico dos seus fundadores. Refere-se, neste caso, ao professor Aquino de Bragança e a Ruth First, que gozavam de certa influência nos meios políticos devido ao valor incontestável de suas produções científicas dentro de certos domínios; a reputação da reflexão “crítica” (aspas do autor) dos pesquisadores do Centro, bem como a adequação de uma linguagem às preocupações da elite no poder.<sup>119</sup>

Como diretora do CEA, Ruth First procurou solucionar o problema da falta de estudantes na Universidade, pois, devido à herança do colonialismo na educação da população moçambicana, poucos estudantes chegavam ao ensino superior. Dessa forma, a diretora científica do CEA propôs um método de seleção que compreendia a inserção nos cursos da Universidade de diversos níveis acadêmicos, a partir da 9ª classe do ensino secundário. De forma estratégica, a nova organização buscou formar os quadros necessários para a transformação socialista em Moçambique.

Engajados na produção de conhecimento e visando sua aplicação prática para a transformação da sociedade moçambicana, o horizonte socialista almejado pelos profissionais da área de ensino e pesquisa contava com um referencial teórico-metodológico fortemente embasado na linha de pensamento marxista. O papel preponderante dos pesquisadores na produção de materiais que auxiliaram os profissionais moçambicanos da área da educação foi essencial para a construção de um novo modo de se investigar a história da África e de Moçambique em particular. A transformação da sociedade socialista foi assumida como compromisso primordial pelos profissionais inseridos nas instituições de ensino e pesquisa de Moçambique independente. Assim, para a construção da disciplina de história, seus objetivos foram ancorados na perspectiva libertadora, anticolonial e que desse visibilidade e protagonismo ao povo moçambicano a fim de construir sua própria história. Dessa maneira,

[...] teria que ser em primeira instância uma história da opressão colonial nas suas várias formas, como também a História da resistência africana ao colonialismo. Enfim, uma História que pudesse reafirmar a experiência histórica do sujeito africano silenciado pela historiografia colonial, restaurando os valores culturais e a dignidade africana e que também pudesse ajudar nas aspirações da FRELIMO de construir a nação moçambicana.<sup>120</sup>

<sup>119</sup> FERNANDES, 2013, op. cit. p.34.

<sup>120</sup> FERNANDES, 2011, op. cit. p. 86.

Entre os anos de 1975 e 1985, a produção de conhecimento histórico em Moçambique foi bastante profícua, avançando de maneira relevante quando os profissionais do Centro de Estudos Africanos criaram a *Oficina de História*, em 1982, esse organismo foi responsável pela construção de uma nova história de Moçambique independente, opondo-se à historiografia colonial. Esse coletivo de historiadores buscou, a partir de entrevistas, documentos políticos e canções entoadas durante a Luta Armada de Libertação Nacional, construir o aparato ideológico necessário para a formação da identidade moçambicana. Os principais ensaios sobre a história do período de luta anticolonial foram divulgados em uma coleção de revistas contendo artigos acadêmicos intitulado *Não Vamos Esquecer!*, publicados esporadicamente a partir de fevereiro de 1983, tendo somente 4 edições. Este periódico constituiu um importante arcabouço histórico para a construção da história da independência, fundamentando a identidade moçambicana com base na libertação do colonialismo português e destacando o protagonismo histórico do povo moçambicano para a revolução. Dessa maneira,

todo esse trabalho viabilizado por tantos intelectuais e políticos ligados ao CEA, foi no sentido, em suma, de dar visibilidade aos silenciados da história, bem como descrever as condições sociais e históricas de produção desse conhecimento que, de modo geral, estavam fundamentadas nas lutas pela libertação nacional através de um conhecimento engajado e de uma consciência coletiva comprometida com as questões político-sociais.<sup>121</sup>

O compromisso em construir o arcabouço teórico e prático que respondesse à demanda do Estado para a área da educação, assumido pelos membros dos centros de pesquisa e ensino, fundamentaram a construção dos ideais de pertencimento coletivo da nação moçambicana durante os primeiros momentos após sua independência. Cabe agora verificar de que modo a visão teórico-metodológica desses intelectuais influenciou na construção dos materiais utilizados para a educação e para a construção da identidade nacional da população moçambicana.

---

<sup>121</sup> LIMA, Cláudia Silva. O Centro de Estudos Africanos (CEA) em Moçambique e sua Produção Historiográfica. **XVII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis-ANPUH/2015, p 1-17, p. 14.

### 2.3 “HISTÓRIA – Manual da 11ª classe” (1981): A História de Moçambique sob a perspectiva marxista

Como vimos anteriormente, ao assumir o papel de vanguarda revolucionária, a Frelimo buscou, desde os primeiros embates contra o colonialismo português, romper com os laços existentes com a estrutura colonial a fim de formar uma identidade moçambicana. Assim desejava construir uma narrativa histórica de resistência ao colonialismo e de unidade nacional para a conquista da liberdade, a partir da adoção de um método revolucionário. Para isso, uma série de medidas foram adotadas para que a construção do Estado moçambicano independente se concretizasse.

Nesse sentido, coube à área da educação um importante papel, capaz de disseminar as pretensões revolucionárias através da formação de novos quadros para o Partido, fomentando, assim, o espírito nacionalista baseado na superação do passado tradicional e colonial. Dessa maneira, ao visar construir a unidade nacional, a Frelimo institucionalizou uma série de medidas que seriam o carro chefe da transformação da sociedade moçambicana rumo ao socialismo.

Uma das principais medidas foi a escolha burocrática do português como idioma oficial em todo o território. Segundo Gómez, essa opção difundida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), que inclusive o definiu como língua para a alfabetização, está vinculada a uma escolha política, devido à dois fatores fundamentais, sendo estes

- a) o receio à diversidade, considerada ameaça à unidade nacional;
- b) com a escolha do português como língua de ensino, língua desconhecida pela maioria da população moçambicana, estava a privar-se essa população, à partida, da possibilidade de adquirir os códigos mais adequados para ler o seu mundo e a sua realidade sociocultural.<sup>122</sup>

Essa escolha, intrínseca ao processo de modernização imposto pela Frelimo à sociedade moçambicana, constitui um fator importante para pensarmos no projeto de unidade nacional almejado. O Partido via nas comunidades tradicionais potentes ameaças à revolução, principalmente por expressarem vínculos existentes com o colonialismo, devido à antiga política de alianças existentes entre as lideranças tradicionais e o governo colonial, utilizadas para o controle das populações nas diferentes localidades de Moçambique. Além disso, a busca pela superação dos costumes tradicionais estava também no fato de essas serem consideradas empecilhos para a construção do cidadão almejado pela Frelimo, assim, o

---

<sup>122</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 228.

tribalismo, o obscurantismo, e os costumes vinculados à superstição seriam fatores que deveriam ser superados para a construção dos novos indivíduos moçambicanos.

Dessa maneira, para a superação das “tendências divisionistas”, a escolha do português como língua oficial visava uma política homogeneizadora, estratégica para o projeto de constituição da unidade nacional. Não raro, a partir da segunda metade do século XX, as nações africanas independentes construíram os laços de pertencimento nacional assumindo características legadas pela intervenção colonialista europeia, de modo que

[...] as ‘novas nações africanas’ foram-se ‘imaginando’ a si próprias a partir de elementos fornecidos pelo colonialismo: o território, a língua, o sentimento de pertença a um grupo mais vasto que ultrapassasse a heterogeneidade étnica característica de cada domínio colonial<sup>123</sup>

Buscado promover a modernização em Moçambique, assim como também é evidenciado em outras ex-colônias portuguesas, como Guiné-Bissau e Cabo Verde, por exemplo, foram utilizadas pela Frelimo estratégias que visassem um efeito homogeneizador da sociedade. Para a construção do nacionalismo, nesse sentido, a pertença comunitária não deveria estar vinculada às características das comunidades tradicionais, portanto

[...] a utilização da língua Portuguesa como idioma nacional teve também um efeito homogeneizador, por exemplo, Amílcar Cabral não abdicou da ideia do português como ‘língua nacional’ ao fazer o livro de leitura para o PAIGC, a utilizar nas zonas libertadas, afinal, como forma de unificar as cerca de trinta etnias existentes na Guiné.<sup>124</sup>

Da mesma maneira, a fim de combater as “tendências divisionistas” para a construção da moçambicanidade, a escolha do português como idioma oficial se constituiu como fator fundamental. A utilização do português foi instituída nas publicações didáticas distribuídas para a área da educação, como já havia sido feito anteriormente nas zonas libertadas, e ainda, podemos evidenciar que a partir de sua institucionalização no governo, a Frelimo preocupou-se em estabelecer suas políticas educacionais com a intenção de “transformar as escolas numa base revolucionária, ativa na sociedade [...] intensificando o treinamento revolucionário, político e ideológico de professores e estudantes”<sup>125</sup>.

Com o intuito de superar a visão colonial, realizou-se na Cidade da Beira o I Seminário Nacional de Educação. O encontro, ocorrido entre dezembro de 1974 e janeiro de

<sup>123</sup> SANTOS, op. cit., p. 54.

<sup>124</sup> Ibid.

<sup>125</sup> TORP, 1989, p. 87 *apud* VISENTINI, Paulo F. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012, p.110.

1975, teve como objetivo elaborar e propor ao MEC as principais mudanças a serem feitas nos diferentes currículos escolares.

Contando com a presença de professores primários e secundários, assim como de muitos outros que participaram da construção das escolas nas zonas libertadas, o seminário definiu metodologias de ensino que deveriam ser aplicadas. Dessa forma, foi alterado o currículo escolar moçambicano – antes vinculado à história colonialista – e construiu-se, assim, novas bases para as políticas educacionais. Assim, foram instituídas mudanças significativas que guiariam a educação e o ensino em Moçambique nos primeiros anos de governo da Frelimo. Como principais alterações estabelecidas no encontro, podemos destacar:

a) a elaboração de novos conteúdos da 1ª a 11ª classes, na base da alteração de conteúdos, b) introduziu-se a disciplina de Educação Política, c) introduziu-se o estudo político no seio dos professores, d) introduziu-se a disciplina de História e Geografia de Moçambique, com caráter obrigatório durante o ano de 1975, e) introduziu-se, no currículo escolar, atividades culturais como forma de afirmação da personalidade moçambicana, f) deu-se um valor especial às atividades produtivas, no princípio de ligação do estudo à produção, da teoria à prática.<sup>126</sup>

De acordo com as determinações do MEC, após o seminário, os novos parâmetros escolares deveriam auxiliar na reflexão e tradução da conjuntura sócio-política do país, para isso, tornou-se mister suprimir os conteúdos coloniais. As disciplinas de História e Geografia foram as que sofreram maiores transformações, pois, a abordagem nos manuais e no ensino, referente a estas disciplinas durante o contexto colonial, quando não ignorava a história das populações ou a geografia local, abordavam os conteúdos “ligadas à história e geografia do ‘império português’ ou da ‘grande família portuguesa’”<sup>127</sup>. Dessa maneira, a abordagem colonialista sobre Moçambique, por muito tempo submeteu a história moçambicana a um apêndice da história triunfante do império ultramarino português, a qual

[...] a história do povo moçambicano só começa a existir com a chegada dos portugueses; a penetração e dominação coloniais apareciam como “conquistas”, como “vitórias”; as lutas de resistência das populações africanas são consideradas guerras internas que precisaram da ‘pacificação’ levada a cabo pelo exército colonial; a ‘pacificação’ foi a denominação encontrada para designar a liquidação da resistência armada das populações ao poder estrangeiro.<sup>128</sup>

Assim, para a superação do passado colonial, a formulação de uma história desvinculada dos feitos heroicos dos portugueses se mostrava fundamental para o sucesso do projeto nacionalista da Frelimo. Para isso, a reformulação de um currículo que privilegiasse a

<sup>126</sup> MEC, Sistema de Educação em Moçambique. Maputo: Gabinete do Sistema de Educação, 1980, p.40 *apud* BASÍLIO, 2010. Op. cit. p. 113.

<sup>127</sup> GÓMEZ, op. cit., 238.

<sup>128</sup> *Ibid.* p. 239.

história de Moçambique e do povo moçambicano era fundamental para firmar a autodeterminação da nação e o protagonismo histórico dos indivíduos que resistiram e lutaram contra o colonialismo português. Dessa maneira,

Os programas curriculares do pós-independência se propuseram refazer uma lógica sobre a qual assentou o ensino de História do período colonial: o programa começa pela História de Moçambique (4ª e 5ª classes), e para a História da África (6ª e 7ª classes), História Mundial (8ª, 9ª e 10ª classes) e retomando a História de Moçambique e da África Austral (11ª e 12ª classes).<sup>129</sup>

A primeira constituição da República Popular de Moçambique promulgada no dia 25 de junho de 1975, exalta o papel do Estado na gerência da vida pública e o protagonismo do cidadão para a promoção da democracia no país, além de elevar a principal liderança da Frelimo, Samora Moisés Machel, ao Poder Executivo do país. No que diz respeito à área da educação, a carta magna não deixa explícita suas intenções, mas firma um compromisso de pôr fim à herança colonialista para a promoção de laços de pertencimento moçambicanos. Dessa maneira, o artigo 15 da Constituição reitera a postura de Moçambique independente:

A República Popular de Moçambique realiza um combate enérgico contra o analfabetismo e obscurantismo, e promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais. O Estado age para promover internacionalmente o conhecimento da cultura moçambicana e para fazer beneficiar o Povo moçambicano das conquistas culturais revolucionárias dos outros povos.<sup>130</sup>(grifo nosso)

Como podemos observar, esse documento reafirma seu compromisso em acabar com os resquícios do colonialismo a fim de construir uma cultura nacional. Para a Frelimo, o grande número de analfabetos no país seria um grande problema a ser contornado para a construção do seu projeto de nação. Assim, o combate ao que res chamado “obscurantismo”, foi travado em diferentes frentes, porém, caberia à educação elaborar e divulgar uma cultura para a construção da moçambicanidade, a fim de contornar “a situação de atraso criada pelo colonialismo”.<sup>131</sup> Nessa perspectiva, a Frelimo centralizaria na educação as principais demandas para a reconstrução histórica e para a formação cultural do povo moçambicano.

Para suprir o déficit, o governo mobilizou as pessoas com 9ª, 10ª e 11ª classes concluídas e enquadrou-as nas instituições sociopolíticas do Estado [...] Essa estratégia serviu para o Estado eliminar todos os vestígios do colonialismo,

<sup>129</sup> SENGULANE, Hipólito Francisco Moisés Salomão. **Ensino de História no nível Primário do 2º grau em Moçambique**: Um enfoque crítico pedagógico sobre os Programas e Sistema de Avaliação e Aprendizagem. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC, São Paulo, 2004. p. 126-127 *Apud* CONCEIÇÃO, op. cit., p. 176.

<sup>130</sup> MOÇAMBIQUE, 1975, op. cit., p.3.

<sup>131</sup> *Ibid.*, p. 5.

desmontar o sistema de ensino colonial e construir novos valores, padrões e princípios voltados à moçambicanidade.<sup>132</sup>

A partir do III Congresso da Frelimo, realizado entre os dias 3 e 7 de fevereiro de 1977, se estabelecem os principais paradigmas para a modernização da sociedade moçambicana ao institucionalizar a linha político-ideológica do Partido. Este congresso ficaria marcado pelo estabelecimento do Estado de partido único, reconfigurando a FRELIMO, outrora Frente nacionalista, para uma força política como Partido de vanguarda. Orientados pelos princípios do marxismo-leninismo, caberia à Frelimo centralizar as demandas político-sociais para a transformação da nação rumo ao socialismo. Salientando a aliança operário-camponesa, e convencidos de sua tarefa, a orientação marxista-leninista firmava a posição revolucionária do Partido, que já refletia as ideologias revolucionárias desde a década de 1960. De acordo com Sérgio Vieira, importante nome da vanguarda da Frelimo, a linha política do Partido, encabeçada por Samora Machel, já havia sido desenhada ao longo do tempo e forjada pela luta anticolonial. Segundo Vieira, Machel

Com frequência citava e pedia que se estudasse a pequena brochura *De Onde Vêm as Ideias Correctas* de Mao Tsé Tung que desenhava uma aproximação à teoria a partir da práxis. Nesta reflexão de algum modo se explicam os conceitos que a FRELIMO desenvolveu ao longo do tempo, desde a noção de guerra popular prolongada, até o poder popular e finalmente às teses do III Congresso.<sup>133</sup>

A configuração da FRELIMO, como frente de libertação nacionalista, possuiu características revolucionárias voltadas aos ideais socialistas principalmente após 1968, quando se acirraram as disputas internas em sua direção. Após o II Congresso da FRELIMO, realizado em julho de 1968, Lázaro Nkavandrane e outras lideranças responsáveis pelos distritos de Cabo Delgado, eram opositores “às teses de ‘guerra popular prolongada’, à concepção do ‘militante político-militar’ e ao ‘poder popular’ decidiram boicotar o Congresso, pois queria que ele tivesse lugar fora de Moçambique”<sup>134</sup>. A participação no II Congresso de facções mais progressistas, assumidamente revolucionárias e adeptas às políticas adotadas nas zonas libertadas, confirmam a posição da FRELIMO que, liderada por Eduardo Mondlane, assumiu os conceitos de “revolução social e de uma campanha de guerra generalizada baseada na politização do campesinato e no estabelecimento de cooperativas”<sup>135</sup>. Nkavandrane assume posição de opositor à FRELIMO, sendo afastado do partido em janeiro

<sup>132</sup> BASÍLIO, op. cit., p. 115.

<sup>133</sup> VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Ndira, 2011, p.221 *apud* PAREDES, M. A. Construção da Identidade Nacional Moçambicana no Pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n.40, p.131-161, dez. 2014. P 131-161. P. 147.

<sup>134</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 126.

<sup>135</sup> NEWITT, op. cit., p. 453.

de 1969. Essa disputa, marcada pelas contradições ideológicas no interior da Frente, era movida pela crença de Nkavandame de que “ele e seus seguidores eram os representantes genuínos dos valores tradicionais macondes e moçambicanos, com a sua longa história de trabalho dentro do país, que era um líder cujas ideias estavam mais em sintonia com o povo do que com as do ‘Americano Mondlane’”<sup>136</sup>.

Dessa forma, de tendência política mais conservadora e assumindo valores africanistas e tradicionais, Nkavandame se opôs radicalmente à posição revolucionária de Mondlane, sendo acusado posteriormente de agir em conjunto com os agentes da PIDE para o atentado que levaria à morte de Eduardo Mondlane, em fevereiro de 1969. Após o atentado, formou-se um Conselho de Presidência formado por Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos. Simango, que deveria assumir a presidência da Frente, é acusado pelo Comitê Central de pertencer à tendência “reacionária”. Assim, os conflitos internos pelo poder que levariam à padronização ideológica da Frente tiveram fim em maio de 1970, quando o Comitê Central “analisou o comportamento político de Uria Simango, concluindo que este não reunia sequer as qualidades para ser um membro da FRELIMO e expulsou-o da organização”<sup>137</sup>. Mais tarde, Simango aliou-se à COREMO. Esse evento eleva Samora Moisés Machel à presidência da FRELIMO, tendo Marcelino dos Santos como vice. A partir de 1970, seria “reafirmada a definição do inimigo não em termos de cor ou nacionalidade, raça ou credo, mas em termos de classe”<sup>138</sup>.

Outrossim, a estratégia assumida fundamentalmente após 1969, ainda sob a liderança de Eduardo Mondlane, de guerra popular prolongada, possui aspirações estratégicas maoístas, como bem pudemos observar na fala de Sérgio Vieira. Segundo Macagno, o processo pelo qual a Frelimo passou, no que diz respeito à mudança de postura político-ideológica, seguiu uma lógica intrínseca à “singularidade e às especificidades da ‘luta de libertação nacional’<sup>139</sup>, e, no que se refere à institucionalização dos postulados marxistas-leninistas em 1977, “já existia um ‘marxismo tácito’, que podia ser detectado, sobretudo desde 1968”<sup>140</sup>.

A partir do III Congresso da Frelimo foram instituídas as principais estratégias em diferentes áreas, para serem postas em prática visando o desenvolvimento da nação socialista. No que diz respeito à educação, o Congresso estabeleceu a concepção de ensino a ser adotada em Moçambique, que se opunha radicalmente ao modelo imposto pelo colonialismo

---

<sup>136</sup> Ibid., p. 454.

<sup>137</sup> GÓMEZ, op. cit., p.146.

<sup>138</sup> Ibid.

<sup>139</sup> MACAGNO, op. cit., p. 18.

<sup>140</sup> Ibid.

português. Segundo a Frelimo, a concepção revolucionária de educação seria utilizada “como instrumento de promoção das massas e da formação de servidores do povo, opunha-se a concepção reacionária dos nossos exploradores”.<sup>141</sup>

Como forma de autoafirmação como nação e de rejeição ao passado colonial, o Partido semeia a partir das resoluções do III Congresso as estratégias para a transformação da sociedade moçambicana, sendo que a educação deveria cumprir o papel de produção de uma nova história e de divulgação da identidade da nação – unitária, heroica, moderna e fortemente embasada na teoria marxista. Baseando-se na teoria e na prática revolucionária, assume-se, assim, as referências para que a educação ideológica forneça ao “Povo o método científico de análise para utilizar as leis da natureza e da sociedade em seu benefício”.<sup>142</sup>

Como requisito para a modernização da sociedade, foi considerado como fator necessário abdicar da etnicidade e buscar a superação da diversidade étnica, a fim de construir os paradigmas modernos para a formação da nação. De caráter ideológico demarcado pelas linhas marxistas-leninistas, a modernização da sociedade deveria passar pela eliminação dos costumes das sociedades tradicionais, como apontado no trecho destacado abaixo

A educação ideológica das massas é condição indispensável para eliminarmos da nossa sociedade a superstição, o obscurantismo e outras formas do idealismo; é condição decisiva para que o nosso Povo se impermeabilize contra as manobras de subversão ideológica lançadas pela reação; é condição essencial para a liquidação dos valores decadentes da burguesia.<sup>143</sup> (grifo nosso)

Segundo Basílio, para a formação da identidade nacional, a Frelimo tomou como parte constituinte dois aspectos fundamentais: o primeiro deles é de caráter político, que defende que estado e nação devem estar em harmonia; o segundo aspecto é moral, pois considera que para a formação da identidade nacional, a comunidade deve ser constituída de uma “identidade unitária resultante da constituição de um grupo fundado numa cultura, num passado e num projeto comuns”<sup>144</sup>. Dessa forma, a constituição dos indivíduos, em seu caráter coletivo, que vise à transformação da nação, deve fazer com que estejam “envolvidos num processo de transformação dessa comunidade rumo aos interesses nacionais.”<sup>145</sup>

O papel ideológico do Estado recebe atenção especial entre os temas discutidos e promulgados pelo III Congresso. Dessa maneira, para a estruturação da sociedade, conta com a necessidade de superar os denominados “valores burgueses”. Como estratégia para a

---

<sup>141</sup> FRELIMO, “Relatório do Comité Central do partido FRELIMO”, III Congresso, Maputo, 1977. p. 108.

<sup>142</sup> Ibid.

<sup>143</sup> Ibid., p. 108-109.

<sup>144</sup> BASÍLIO, op. cit., p. 68.

<sup>145</sup> Ibid.

divulgação das ideias aprovadas pelo Partido, caberia às mais variadas instâncias do Estado difundir os valores e a ideologia das classes trabalhadoras – camponeses e operários – às massas moçambicanas, e, desse modo

No gigantesco trabalho de educação ideológica do nosso Povo, o Partido empregará todas as armas ao seu alcance, tais como órgãos de informação, bibliotecas de leitura revolucionária e a constituição de círculos de estudo. As escolas deverão ser centros de difusão da ideologia da nossa classe<sup>146</sup>. (grifo nosso)

Outro ponto fundamental abordado pelo documento, diz respeito à ideologia necessária para a formação dos novos quadros, sendo estes fundamentais para a área da educação. Sobre esse aspecto, a instituição de ensino ficaria responsável em promover a construção de um conhecimento que aliasse a teoria à prática, para assim:

inserir-se no contexto geral da grandiosa tarefa da construção da Democracia Popular para, em estreita ligação com as massas trabalhadoras, contribuir decisivamente para a formação de quadros com a rigorosa preparação científica e técnica.<sup>147</sup> (grifo nosso)

A tentativa de ligação entre a Universidade e as massas seria promovida pelo trabalho dos intelectuais voltados à pesquisa e ao ensino que coordenavam o Centro de Estudos Africanos. A relação entre esses profissionais no Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, compreendeu um envolvimento coletivo para a construção de uma perspectiva histórica moçambicana independente e inovadora para a nação, voltada para o desenvolvimento dos projetos nacionais da Frelimo, e uma perspectiva revolucionária “rumo ao socialismo”. Para isso, o engajamento dos profissionais para a formação de novos quadros na área da educação, tornou-se mister para a formulação dos postulados históricos para Moçambique independente e para a criação de uma estrutura narrativa que rompesse com o passado colonial e tradicional, e que visasse a formação de indivíduos através de pressupostos embasados nas formulações e conceitos marxistas, aplicados à realidade moçambicana.

Desse modo, destinado ao ensino pré-universitário, produzido pelo Departamento de História vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, o manual didático “HISTÓRIA – manual da 11ª classe”, publicado sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, constitui um exemplar importante para análise do caráter metodológico escolhido na narrativa histórica do período pré-imperialista – da formação e organização social dos primeiros povos de origem Bantu na região até a efetiva dominação colonial estabelecida com a partilha da África.

---

<sup>146</sup> FRELIMO, 1977, op. cit., p. 109.

<sup>147</sup> Ibid., p. 137-138.

De modo a estruturar com base em análises científicas da História do país, os imperativos marxistas estão evidenciados na construção conceitual do manual didático. Isso pode ser evidenciado desde a organização dos primeiros “Estados” até o aspecto econômico atribuído à periodização, ligada ao impacto do capital mercantil nos destinos das populações. Em sua introdução, os idealizadores do manual explicam a forma de organização do material, explicitando a ruptura com a historiografia tradicional e evidenciando a utilização de conceitos que, segundo os autores, seriam de melhor uso para explicar o período:

É de regra entre os historiadores designar por “período pré-colonial” ou por “fase pré-colonial” todo o processo histórico que, nas colônias no geral e em Moçambique no particular, se estendeu formalmente até a Conferência de Berlim (1884-1885) e que antecedeu a penetração imperialista e a estruturação clássica do colonialismo. Mas se tivéssemos adoptado essa designação, consagrada pelo uso, seria forçoso interrogar-nos sobre a natureza e sobre o significado da presença dos portugueses em Moçambique desde 1505, data em que construíram uma feitoria em Sofala, até fins do século XIX. Se bem que grande parte da influência portuguesa nesse primeiro período colonial tivesse sido essencialmente mercantil, conjugada com uma acção administrativa regional e restrita a alguns portos do litoral, o certo é que essa influência preparou terreno para a penetração colonial clássica, do século XIX em diante. Pensamos, pois, que a expressão “pré-imperialista” engloba, com maior rigor, os eventos históricos tratados nesta primeira unidade.<sup>148</sup>

Procurando reestruturar uma história de Moçambique, que direcionasse a narrativa para os povos do próprio território, a abordagem utilizada procurou reestabelecer conceitualmente paradigmas que melhor aproximassem a análise ao passado moçambicano. Sem menosprezar a relevância da presença europeia no território desde o séc. XV, a proposta teórica deixa explícita a rigorosidade metodológica com a qual seus autores mostravam preocupação.

Como dito anteriormente, esse manual didático estava destinado ao ensino de jovens da etapa educacional pré-universitária. Em relação ao manual analisado anteriormente, que foi elaborado no contexto da luta armada, o Manual “HISTÓRIA- manual da 11ª classe”, é resultado de uma pesquisa conjunta dos membros do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane no contexto de Moçambique independente. Esse manual consiste no primeiro fascículo de uma série de quatro unidades e buscava reorganizar a cronologia da história de Moçambique, como descrito em sua apresentação:

O presente manual, cuja publicação se fará em fascículos por razões que a seguir mencionaremos, constitui o primeiro investimento produtivo sistemático dos

<sup>148</sup> MOÇAMBIQUE. **HISTÓRIA**: manual da 11ª classe. Maputo: República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e Cultura, 1981, p. IX-X. Obs. O manual tem sua numeração inicial em números romanos, compreendendo a parte de sua apresentação. Posteriormente, a partir do primeiro capítulo, inicia a contagem a partir da página 1.

historiadores estrangeiros que, membros do corpo docente do Departamento, conosco trabalharam e em muito influíram na versão final de algumas sub-unidades.

A publicação do manual em quatro fascículos, correspondentes ao número das unidades em que dividimos cronologicamente a História de Moçambique, deve-se, essencialmente, à conjunção de três factores:

(i) A sobrecarga de tarefas que pesou sobre o corpo docente do Departamento de História em 1980, o que muito afectou a pesquisa documental, o ordenamento dos dados, a discussão no colectivo e a redacção do material escolhido;

(ii) A ausência de qualquer trabalho sério de visão sistemática da História de Moçambique que estivesse dentro das coordenadas teóricas, metodológicas e cronológicas aqui consideradas e que estivesse fora dos cânones da “história portuguesa em Moçambique”;

(iii) A existência de muitas áreas de conhecimento ainda não investigadas ou sumariamente investigadas<sup>149</sup>. (grifo nosso)

Como podemos observar, os profissionais que edificaram a nova metodologia de pesquisa estão ligados à formulação dos materiais destinados ao ensino de Moçambique independente, direta ou indiretamente. O trabalho dos historiadores estrangeiros, como membros do corpo de pesquisa e docência da instituição, foi fundamental para a formulação dos novos postulados teóricos e metodológicos, o que está evidenciado em uma mudança radical também no que se refere à cronologia do material, que destaca a crítica à historiografia colonialista tradicional e o lugar destinado à Moçambique. Nesse sentido, o esforço em estruturar a área das Ciências Sociais em Moçambique foi assumido pelos pesquisadores, e resultou em uma profícua produção de materiais destinados ao ensino da história de Moçambique e à divulgação dos resultados das pesquisas naquela área.

Sendo assim, fica evidente a preocupação com a produção de conhecimento destinada à transformação da realidade moçambicana promovida pelas unidades vinculadas à Universidade Eduardo Mondlane. Dessa maneira, podemos relacionar a abordagem proposta pelo manual didático com outras publicações vinculadas ao Departamento de História da UEM e ao CEA no período. Visando correlacionar produção de conhecimento científico ao projeto de modernização da sociedade, os profissionais do CEA promoveram a formulação de linhas de pesquisa voltadas para a compreensão da realidade moçambicana em seu contexto austral, fazendo com que “entre os anos de 1978 e 1982 o CEA se tornasse um importante centro de pesquisas e ensino em Ciências Sociais”<sup>150</sup>. O referencial teórico-metodológico, baseado na concepção materialista de história, no qual estão ancoradas as pesquisas desenvolvidas pelas diferentes linhas de investigação do CEA, pode ser facilmente identificado na produção didática do período.

<sup>149</sup> Ibid., p. IX.

<sup>150</sup> FERNANDES, 2013, op. cit., p. 143.

Como exemplo do trabalho executado pelos profissionais engajados do CEA, principalmente a partir da década de 1980, podemos citar o periódico *Estudos Moçambicanos*, que compreende um conjunto de análises de importância significativa para a compreensão da realidade moçambicana naquele contexto. Em sua primeira publicação, o editorial escrito por Ruth First apresenta o caráter assumido pela produção acadêmica moçambicana em sua correlação com o conjunto da sociedade. Como destaca First, o periódico *Estudos Moçambicanos*,

Publicará artigos inseridos no campo geral das ciências sociais, da autoria de economistas, sociólogos, historiadores e, mesmo, e em especial, de não-acadêmicos. *Estudos Moçambicanos* assume desde já como princípio a rejeição da divisão de trabalho na produção do conhecimento característico da burguesia, e o departamentalismo e carreirismo acadêmico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão de trabalho gera.<sup>151</sup>

A análise de First é importante para refletirmos sobre o papel atribuído à Universidade para a mudança da sociedade, que visava a criação de uma forma de conhecimento socialmente relevante para a construção da sociedade socialista em Moçambique. Assumindo as premissas do Estado, a linha editorial demonstra a preocupação com o caráter assumido pela instituição de ensino superior e definido pelo relatório do III Congresso da Frelimo, o qual indicava os caminhos necessários para avançar na área da produção de conhecimento e educação:

No sector da Educação é indispensável continuarmos a promover a elevação constante dos conhecimentos técnicos e científicos das classes trabalhadoras e assegurar o seu acesso aos níveis superiores do ensino. Através do ensino da ideologia científica do proletariado, as estruturas da Educação devem fornecer a todos os moçambicanos uma concepção científica e materialista do mundo.<sup>152</sup>

A nova concepção de produção de conhecimento, embasada no materialismo histórico-dialético, é colocada como uma das formas de conscientização do protagonismo das massas, fato que se configura de suma importância para a construção de um país que caminhe “rumo ao socialismo”. Também como meio de divulgação dos princípios marxistas, na apresentação do manual didático, consta o alinhamento com a proposta científica adotada para o ensino em Moçambique:

Dentro dos parâmetros do materialismo histórico e dialético, tentamos fazer da luta de classes e da luta entre frações de classe e de capitais o critério fundamental da periodização adoptada, sem deixar de lado outros critérios que, se bem sejam importantes, consideramos subordinados ao primeiro.(...) Guiados pela teoria e pela

<sup>151</sup> FIRST, Ruth. Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório. *Estudos Moçambicanos* no.1, 1980, p. 2-8. p.2.

<sup>152</sup> FRELIMO, 1977, op. cit., p. 136-137.

prática do marxismo-leninismo, procuramos estudar e descrever de forma crítica aquilo que, no passado, nos ligou à evolução geral da humanidade e aquilo que, nessa mesma evolução, nos foi específico. É na encruzilhada dialéctica do que em nós foi geral e do que nos foi específico que se torna possível, ao que julgamos, compreender o nosso passado, passado de moçambicanos e passado da humanidade.<sup>153</sup>

Nota-se a preocupação com a reestruturação da história de Moçambique independente partindo de pressupostos revolucionários e de aliança com a teoria e a prática para a construção da sociedade. Desse modo, pode-se observar que no processo de organização das estruturas que comandam a história, a ocidentalização se mostra presente, ou seja, a concepção de processo histórico mantém uma “linearidade temporal, aliada a visão iluminista e progressista de História”<sup>154</sup>. Segundo Sengulane, a “ocidentalização dos programas” no processo de reestruturação da história permaneceu sendo uma característica adotada. Segundo o referido autor

É preciso que o ensino de História, desde cedo, desconstrua esse eixo, através de narrativas sincrônicas que tomam em consideração todo um conjunto de acontecimentos que se sucedem e interagem, condicionando-se mutuamente. Apenas assim, pode-se mostrar que a acção dos europeus interferiu numa dinâmica que existia. Moçambique é preenchido de exemplos de unidades políticas com contornos sócio-culturais, económicos e religiosos bem definidos, e é, igualmente, rico em exemplos de expansões, guerras de resistências, que resultaram em interpenetrações que tiveram consequências culturais, sociais, políticas e económicas relevantes para seu povo.<sup>155</sup>

Sobre esse aspecto, o carácter modernizador assumido pela Frelimo visava à instrução das massas para a construção da identidade nacional de acordo com a ideologia marxista-leninista. Constituída sobre o mesmo eixo cronológico europeu, como projeto político-ideológico, a educação foi colocada sob os paradigmas revolucionários à serviço do Estado e da revolução social. Dessa maneira, visando difundir a pertença comunitária e o protagonismo do povo moçambicano para a transformação da sociedade, a Frelimo delegou à educação uma tarefa essencial:

[...] para consolidar esse poder de massas, que por muito tempo foram mantidas analfabetas, a educação significava o instrumento fundamental de acesso destas ao saber acumulado pela humanidade e uma forma de se apropriarem da ciência e da técnica para colocá-las ao serviço de seus interesses: eliminando a miséria, a fome e desenvolvendo potencialidades humanas e materiais dos trabalhadores moçambicanos. Tratava-se de um ideário iluminista que atribui à ciência e a técnica papéis fundamentais para a libertação do homem, mas interpretado em favor dos interesses da maioria e não atrelado aos interesses do capital.<sup>156</sup>

<sup>153</sup> MOÇAMBIQUE, 1981, op. cit., p. X.

<sup>154</sup> CONCEIÇÃO, op. cit., p. 176.

<sup>155</sup> SENGULANE, 2004, p.135 *apud* CONCEIÇÃO, op. cit., p. 176.

<sup>156</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 223.

Cabe ressaltar que o projeto de modernização adotado pela Frelimo, assume os moldes de estruturação a partir de princípios iluministas, visando a formação do estado-nação e a construção dos princípios de pertença comunitária. A constituição da cidadania, aliada aos avanços da ciência e o ideal de progresso, constituíam um horizonte importante para a Frelimo no contexto do pós-independência. Ao adotar a linha cronológica linear e evolutiva das sociedades para a escrita da história, recai sobre os mesmos paradigmas eurocêntricos que criticavam, impondo conceitos e prerrogativas analíticas alheias às sociedades africanas, conforme exposto no fragmento abaixo

Por outro lado, evitamos deliberadamente as ambiguidades da historiografia liberal que, reagindo contra as correntes historiográfica coloniais (a história do colonizador em África) e contra, portanto, a visão “europocêntrica” da história do continente africano, tem proposto, desde os anos 60, a história do colonizado perante o colonizador no quadro de uma perspectiva “afrocêntrica”.<sup>157</sup>

É de se destacar a intencionalidade em escrever a história a partir de uma perspectiva “afrocêntrica”, legado importante da historiografia pan-africanista de unidade, resistência e luta ante o colonizador europeu. Importante salientar, porém, que em relação ao manual didático analisado no capítulo anterior, elaborado no contexto da guerra de libertação nacional, a estrutura narrativa de “HISTÓRIA – manual da 11ª classe” possui como características principais a preocupação com a conceitualização mais aprofundada, e, no sentido prático, apresenta-se “menos militante” (ao menos em sua intenção teórica) do que a produção do manual didático de 1971, que, por sua vez, buscava a autoafirmação do povo moçambicano com base na luta anticolonial, conjecturando a necessidade da unidade para a emancipação.

Outro ponto importante digno de destaque diz respeito ao projeto de modernização da sociedade e sua relação com as explicações teóricas apresentadas pelo manual didático no que se refere às sociedades tradicionais da África Austral. Ao discorrer sobre as sociedades que compunham a região antes do embate com os europeus, a análise se concentra em estabelecer relações conceituais anacrônicas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma sociedade de classes e a constante utilização da noção de luta de classes como “motor da história”. Como exemplo, podemos destacar a descrição utilizada para o assentamento e a organização das sociedades Bantu, descrito a seguir:

Os chefes estabeleciam relações entre as linhagens e, em particular, detinham o controlo das alianças matrimoniais, por exemplo pelo Lobolo no sul de Moçambique.

<sup>157</sup> MOÇAMBIQUE, 1981, op. cit., p. X.

O conjunto desses chefes e anciãos constituía a classe dominante da sociedade.<sup>158</sup>

De importância significativa para a formação do arcabouço teórico utilizado para a produção de conhecimento científico em Moçambique independente, o materialismo histórico preparou o terreno para a estruturação de um modelo educacional engajado na transformação e autoafirmação da sociedade moçambicana. Porém, a utilização de periodizações e conceitos para as explicações sobre a história de Moçambique aparecem alheios aos acontecimentos *sui generis* do continente africano, o que reforça o deslocamento conceitual presente na literatura didática. A perspectiva de luta de classes, por exemplo, é afastada de seu eixo temporal e aplicada para explicar as relações sociais das comunidades da região da África Austral, evidenciando, assim, uma visão característica da historiografia estruturalista para a explicação da sociedade. Como exemplo, podemos citar o seguinte trecho, utilizado para descrever os conflitos na sociedade Chona (Xona) e sua relação com os portugueses

Foi em função das contradições entre a classe dominante caranga e o campesinato produtor, das contradições dentro da própria classe dominante e do peso crescente dos Prazeiros que a classe dominante dos Muenemutapas mandou, no século XVII, fechar as minas do Estado (aliás, em Manica a dinastia dos Chicangas fez o mesmo). A contradição expressa nesse interdito (bloquear uma das mais vitais fontes de reprodução da classe dominante) dá bem ideia do grau de rosão da sociedade Chona pelo capital mercantil. Agora, a classe dominante procurava apoio junto das Mushas contra os mercadores, e essas mesmas Mushas que tanto tinha explorado.<sup>159</sup>

Correlacionando a perspectiva presente no manual didático “HISTÓRIA – manual da 11ª classe” com a produção que se propunha analisar a sociedade moçambicana da época, podemos verificar que a visão teórica e de análise metodológica encontra verossimilhanças, compreendidas pela postura adotada pelo Partido e instituições de ensino e pesquisa. Como exemplo, citamos outro fragmento da apresentação escrita por Ruth First presente na primeira publicação do periódico Estudos Moçambicanos, de 1980. Sobre a análise materialista da conjuntura moçambicana, a autora afirma que

Uma análise materialista assenta, afinal, numa insistência de que é artificial e arbitrária a separação entre os aspectos económicos, políticos, sociais e culturais de um mesmo todo. Não se pode separar a economia da política; rejeitamos veementemente a noção da economia “pura” ou técnica, concebendo-a antes como uma economia política em que a esfera política – as condições em que se desenrola a luta de classes e o papel do Estado – é uma componente que faz sempre parte da análise. O estudo de Moçambique tem de ser efectuado, na nossa opinião, através do método da economia política aplicada não só às condições específicas do Moçambique de hoje, como às de uma sociedade surgida das lutas do passado<sup>160</sup>

<sup>158</sup> MOÇAMBIQUE, 1981, op. cit., p.7

<sup>159</sup> Ibid., p.27

<sup>160</sup> FIRST, 1980, op. cit., p.03

Da mesma maneira, as lutas do passado, desencadeadas na narrativa do manual didático, são analisadas através da perspectiva da luta de classes e, como motor da história, justificam a alteração de um sistema político-econômico (ou forma de exploração econômica para outro) por outro. Nesse sentido, ao descrever a revolta de 1693, a pedido do Muenemutapa reinante à Changamira Dombo, contra os portugueses que buscavam a dominação da extração do ouro na região do planalto do Zimbabwe, o processo é colocado da seguinte maneira:

O levante de 1693 constitui a primeira forma sistemática de resistência em Moçambique. Por outro lado, a partir daí a produção e comercialização do ouro diminuíram e o marfim passou a ser o produto mais procurado pelos mercadores. Pode afirmar-se que o “período áureo” do ouro se estendeu desde o século XIV até fins do século XVII.<sup>161</sup>

Como forma estruturante da narrativa na literatura didática, a luta de classes e o papel das contradições das classes são colocadas como chaves para o desenvolvimento da história de Moçambique e, como resultado dos embates entre as classes, há o florescimento de outra forma de organização política, econômica e social relacionada à forma de exploração econômica estabelecida. Como resultado, observam-se poucos agentes protagonistas da narrativa histórica, dissolvidos nas relações de produção, ou seja, submersos às estruturas. Paradoxalmente, diante da vontade de criar um aparato teórico científico voltado para a revolução e conseqüente transformação social, a literatura didática esbarra em uma forma de análise marxista vulgar, que acaba retirando a agência dos indivíduos para a escolha de seus destinos.

Algumas críticas sobre a noção estruturalista de história foram concebidas no âmbito acadêmico. Cabe citar a célebre crítica ao estruturalismo de Louis Althusser, formulada pelo historiador marxista britânico Edward Palmer Thompson, que salienta o distanciamento dessa forma de abordagem na produção de conhecimento, debruçando-se sobre alguns pontos incongruentes com as próprias concepções da teoria marxista, como, por exemplo, “a falta da categoria da ‘experiência’ (ou a influência do ser social sobre a consciência social); por isso falsifica o ‘diálogo’ com a evidência empírica inerente à produção de conhecimento e à prática do próprio Marx” e, continua o autor, salientando que essa abordagem, “confunde o necessário diálogo empírico com o *empirismo*, e faz consistentemente uma representação

---

<sup>161</sup> Ibid., p. 27.

falsa (de formas as mais ingênuas) da prática do materialismo histórico (inclusive a própria prática de Marx)”<sup>162</sup>.

Os teóricos do CEA utilizaram o engajamento político para a concepção de pesquisa, ensino e construção de conhecimento em Moçambique. Entretanto, a posição extrema de engajamento, característico de alguns países, por exemplo, a URSS durante o período stalinista, e em outros (que não necessariamente são marxistas), seguem, segundo adverte Eric Hobsbawm, as seguintes características:

(1) uma congruência total entre as declarações políticas e científicas em todos os momentos, e por isso (2) uma intercambialidade virtual das declarações em ambas as formas de discurso, com a justificativa (3) de que não existia um estudo de pesquisa de campo especializado para tais discursos. Na prática isso significava (4) superioridade da autoridade política (sendo esta, por definição, o repositório da ciência) em relação à posição científica.<sup>163</sup>

É possível encontrar essas características de engajamento pelos profissionais do CEA, ao observarmos as intenções políticas da Frelimo presentes nos discursos. Os imperativos políticos, emanados dos organismos de poder, influenciam os indivíduos implicados em discursos científicos, ao reivindicar validade científica para a análise conjuntural e política da história do país. Importante considerar as ponderações de Hobsbawm sobre o engajamento para a produção de conhecimento histórico, pois, a influência política sobre os discursos científicos em Moçambique tornou os organismos de pesquisa congruentes à posição do Partido, influenciando, assim, no seu desenvolvimento e no caráter militante de produção de conhecimento. Como adverte Hobsbawm,

Os imperativos da política, por mais que esta possa se basear na análise científica, não são idênticos às proposições científicas, embora possam ser idealmente derivados destas com maior ou menor distanciamento. A autonomia relativa da política (que inclui considerações de conveniência, de ação, e decisão) não só impede a identidade, mas até a simples analogia entre as duas esferas. Consequentemente, toda a forma de engajamento que sustente que tudo é politicamente exigido em um momento deve ter seu equivalente no discurso científico não encontra nenhuma justificativa teórica.<sup>164</sup>

Em decorrência disso, como resultado dos conflitos entre as “classes sociais”, a narrativa presente na literatura didática demonstra a alteração de uma forma de exploração por outra, evidenciando a maneira como as sociedades se relacionavam com os meios de produção. Desse modo, o manual didático estabelece a cronologia baseada na estrutura econômica das sociedades, regida pelos objetivos externos do capital mercantil e nas relações

<sup>162</sup> THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Tradução: Waltensir Dutra. Capitão Swing e Ludistas Sensuais, 2009, p.11.

<sup>163</sup> HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo. Cia das Letras, 2013. p.184

<sup>164</sup> Ibid., p.185.

comerciais inerentes ao denominado “período de acumulação primitiva de capital”, caracterizando assim a periodização:

- (A) O período do ouro estendeu-se desde, provavelmente, o século XIV, se não antes (tendo sido encetado com o tráfico Árabo-Suwahili), até 1693, data que assinala a primeira grande fase de resistência em Moçambique e que foi, como vimos, encabeçada pelo Changamira.
- (B) o período do marfim, estendeu-se desde fins do século XVII até cerca de 1750/1760, altura em que principiou o tráfico de escravos de forma maciça;
- (C) O período dos escravos principiou em 1750-1760 e terminou, oficialmente, em 1836 e, na prática, apenas nos princípios deste século.

A periodização, após a penetração mercantil portuguesa no território, é descrita de acordo com os modelos produtivos e as relações de produção que, sob a influência da atividade mercantil portuguesa, passam a coordenar as relações sociais das comunidades tradicionais. Dessa maneira, a narrativa inerente à literatura didática destacada, reforça a alteração nas relações sociais de acordo com os interesses econômicos portugueses e, sob a égide do capital mercantil, aparecem como determinantes para a alteração ou manutenção das relações sociais. Sendo assim, a utilização de conceitos marxistas para a análise invoca fatores que não apenas influenciam na sociedade, mas que determinam os rumos da história, e, em relação à literatura didática da década anterior, a influência portuguesa está muito mais relacionada às determinações econômicas do que às características meramente morais dos “portugueses nefastos”. Logo, as relações sociais são alteradas conforme ocorrem as relações com a natureza em conexão com seus valores de uso, como descrito pelo manual didático no tocante à influência dos portugueses no Estado dos Muenemutapas

Porém, com o correr do tempo, a penetração árabe e portuguesa trouxe novas necessidades (notadamente em bens de prestígio), as quais, voluntária ou coercitivamente, levaram a população das comunidades a praticar mineração do ouro em escala considerável, bem como a sua comercialização. Mas, neste caso, não estamos perante uma característica das comunidades, mas de um reflexo da desestruturação da base natural das comunidades.<sup>165</sup>

Da mesma maneira, para remontar a formação das sociedades em Moçambique, os conceitos marxistas empregados obliteram outras interpretações sobre os fenômenos intrínsecos e específicos de África, explicando os acontecimentos a partir de noções externas, alheias às formas de vida das populações do continente. Assim, para expor o surgimento dos “Primeiros Estados em Moçambique”, o manual didático apresenta como explicação do aparecimento do Estado:

---

<sup>165</sup> Ibid., p. 13

Com o incremento das forças produtivas, e a crescente divisão social do trabalho, gera-se a necessidade de dispor de uma equipa de pessoas capazes de administrar e de organizar a sociedade no seu conjunto. Nasce assim, a função técnico-administrativo, a qual, progressivamente, é absorvida pela dominação política. (...) Por outras palavras: o exercício da função técnico-administrativa reflecte a divisão da sociedade em classes sociais e o controlo dessa função passa necessariamente pela luta de classes.<sup>166</sup>

Um dos resultados do projeto de escrita da história de Moçambique, desvinculado da historiografia colonialista e idealizado pelos intelectuais que se formaram como novos quadros de pesquisa, diz respeito à construção da história de Moçambique pensada a partir de novos paradigmas analíticos que contribuíssem também para a constituição da área de Ciências Sociais no país, a fim de analisar o presente da República e sua conjuntura da África Austral. Do mesmo modo, a leitura da história moçambicana realizada pelos profissionais vinculados ao CEA e ao Departamento de História, estabelece uma categorização etapista, analisando as transformações sociais de acordo com a intervenção portuguesa no território e tendo como influência o avanço do capital-mercantil em Moçambique. As balizas históricas selecionadas para os períodos de transição, seguem os passos de eventos externos para a periodização, aliando as necessidades políticas à produção de conhecimento. Como exemplo de etapismo, citamos a intencionalidade na narrativa de transformação histórica do indivíduo moçambicano:

A partir da 2ª unidade do manual os nossos textos parecem sugerir que tudo aquilo que era cultura e forma própria de estar no mundo (e de estar no mundo no bojo da luta interna de classes) desapareceu repentinamente para, dos “escombros”, nascer de vez o camponês assalariado das plantações, o mineiro migrante e o generalizado pagante do imposto.<sup>167</sup>

As preocupações em aliar as lutas do passado com as análises sobre o contexto moçambicano do período, constituíam, assim, uma inquietação presente e um compromisso assumido pelos intelectuais que compunham os quadros da UEM, interessados em alcançar a transformação social. Como dito anteriormente, os esforços antes destinados à pesquisa sobre o passado colonial passaram para a elaboração de pesquisas sobre a conjuntura moçambicana. Dessa maneira, o olhar voltado ao presente dos historiadores e pesquisadores incentivaram sua análise do passado, objetivando encontrar nas relações de produção existentes no período pré-imperialista, conexões para explicar os problemas impostos à realidade moçambicana.

Assim, conforme expresso anteriormente, a questão da transformação da população moçambicana em camponeses assalariados ou trabalhadores migrantes, com sua força de trabalho explorada a baixo custo pelas empresas que assumiram a produção dos campos

---

<sup>166</sup> Ibid., p. 11

<sup>167</sup> Ibid., p. XI.

durante o colonialismo português, ou o migrante nas minas sul-africanas, foram pontos analisados pelos pesquisadores do CEA. O primeiro volume da Estudos Moçambicanos, de 1980, denominado “Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório”, por exemplo, procurava analisar as formas de exploração do trabalho e as transformações na relação capital-trabalho em Moçambique. Destaca-se, nesse periódico, a divulgação da pesquisa de autoria de Marc Wuyts, “Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique”. No artigo, o investigador cooperante belga procura “periodizar o desenvolvimento do colonialismo em Moçambique, na fase do imperialismo”<sup>168</sup>. De perspectiva materialista, o autor caracteriza as fases de exploração do território moçambicano até a formação da força de trabalho camponesa e mineira moçambicana, demonstrando a preocupação dos profissionais em aliar ensino e pesquisa para a construção da pátria socialista.

Cabe salientar que a aliança entre investigação, ensino, história e pesquisa foi uma das características apresentadas pelos investigadores vinculados à UEM no momento de maior euforia revolucionária, o que marcou a produção de conhecimento em Moçambique até o início da década de 1980. O pesquisador cooperante inglês Colin Darch estabeleceu o panorama dos estudos em Moçambique do início da República. Demonstrou que as produções dos historiadores do Departamento de História e do CEA possuíam funções variadas, o que salienta a inovação na prática universitária do período. Conforme o autor:

Diversos historiadores tanto do Departamento de História como do CEA prosseguiram também individualmente alguns trabalhos de investigação. Carlos Serra e Gerhard Liesegang escreveram textos sobre a Zambézia e sobre o sul pré-colonial, respectivamente, dos quais existem cópias nas coleções do CEA. A dissertação doutoral de David Hedges sobre “Comércio e política no sul de Moçambique e na Zululândia nos séculos 18 e 19” está a ser revista pelo autor tendo em vista a sua próxima publicação. Um texto de Luís de Brito foi editado pelas séries “Textos de Apoio” do CEA para difusão mais ampla: este texto tenta apontar determinados aspectos da história moderna de Moçambique que têm sido subestimados pelos estudiosos e investigações recentes (1978)<sup>169</sup>

Podemos observar que entre as atribuições dos investigadores que construíram a pesquisa da história de Moçambique estava a elaboração dos “textos de apoio”, utilizados para a formação dos professores, que orientavam o trabalho didático dos profissionais em sala de aula. Conforme aponta Conceição, a característica voltada à produção didática para instrução dos novos quadros da área da educação possuía como embasamento a

Escolha de uma perspectiva praticamente única (corrente marxista). (...) Essa particularidade constitui o fio condutor da questão em torno da escrita escolar de

<sup>168</sup> FIRST, 1980, op. cit., p. 9

<sup>169</sup> DARCH, Colin. “Escritos e investigação em Moçambique (1975-1980)”. **Estudos Moçambicanos**, nº. 1, CEA-UEM, Maputo, 1980. p. 117.

História em Moçambique. Uma opção explicitamente assumida e já no primeiro momento posta em prática, através dos primeiros textos de apoio elaborados no pós-independência.<sup>170</sup>

Importante destacar que tanto os textos de apoio, quanto os manuais didáticos utilizados para a disseminação dos ideais da Frelimo não possuíam funções essencialmente didáticas sobre o passado de Moçambique, mas constituem, também, cartilhas fundamentalmente teóricas para a compreensão dos conceitos marxistas, voltadas para formação ideológica das novas gerações de moçambicanos e formação dos quadros políticos da Frelimo. Como destaca First:

A Independência de Moçambique tornou necessária e inevitável a reconstrução total da História de Moçambique. Tal reconstrução exige a inclusão das lutas populares, dos actos dos moçambicanos enquanto sujeitos da história. No entanto, acreditamos que a elaboração de uma história revolucionária requer mais do que a mera apresentação de uma versão diferente e contrária dos acontecimentos, mais do que um registo descritivo da resistência anticolonial e das revoltas desencadeadas por moçambicanos contra a potência colonial.<sup>171</sup>

No capítulo final o manual didático destaca algumas considerações teóricas sobre o capitalismo mercantil no período denominado pré-imperialista. Como último ponto, destaca-se um glossário de conceitos marxistas com o objetivo de “indicar, da forma o mais simples possível, o significado de alguns vocábulos e de alguns conceitos que surgem no texto”<sup>172</sup>. Para a autoafirmação na nação moçambicana, a literatura didática que durante a guerra de libertação foi elaborada com o objetivo de constituir os laços de pertencimento coletivos para unidade da sociedade moçambicana, passou a ser, no momento do pós-independência, o de construir uma narrativa científica que legitimasse os projetos políticos do Partido. O retorno à análise do colonialismo em Moçambique pretendia, assim, formar a identidade da população moçambicana a partir da compreensão do presente, de acordo com a interpretação marxista de tempo e história. Como algumas preocupações dos membros do CEA, destacamos as indagações sobre a utilidade da produção de conhecimento histórico:

Como analisar o funcionamento do colonial-capitalismo, não como simples curiosidade de um passado morto e enterrado, mas sim ao serviço da transformação da sociedade pela revolução moçambicana? E isto não só no interior de Moçambique, mas na África Austral como um todo.

Regressamos a aspectos de um dos temas-chave que nos impusemos para o estudo da economia política colonial: Quais as formas específicas de exploração da força de trabalho implementadas pelo colonial-capitalismo português? Com que impacto na

<sup>170</sup> CONCEIÇÃO, op. cit., 170.

<sup>171</sup> FIRST, 1980, op.cit., p. 3.

<sup>172</sup> MOÇAMBIQUE. 1981, op. cit., p.82.

formação de classes e na luta de classes? E implicitamente, com que significado para uma estratégia de reconstrução social e econômica?<sup>173</sup>

Como foi observado neste capítulo, as instituições de ensino e pesquisa em Moçambique, eram formadas por um coletivo de profissionais engajados na transformação social visada pelo Estado independente. Dessa forma, agir de modo integrado, fator presente em uma fase profícua de construção de conhecimento, elaborado, principalmente por profissionais vinculados à Universidade Eduardo Mondlane. Veremos a seguir que a construção da história de Moçambique do pós-independência, no que diz respeito à sua literatura didática, passou por transformações relacionadas às necessidades de manutenção do poder do Estado. Essas mudanças, como tentaremos mostrar no próximo capítulo, correspondem ao conjunto de transformações ocorridas durante a década de 1980, período que condiz com o desenvolvimento da Guerra Civil (1976-1992) e o desgaste do projeto socialista da Frelimo. Finalmente, buscaremos evidenciar que, a partir desse desgaste, foi necessária uma reformulação dos pressupostos do Estado, visando a reafirmação dos ideais de pertencimento da sociedade moçambicana como estratégia para a manutenção do projeto político da Frelimo.

---

<sup>173</sup> FIRST, 1980, op. cit., p. 3

## CAPÍTULO 3 – DA CRISE À DESESTRUTURAÇÃO DO ESTADO SOCIALISTA EM MOÇAMBIQUE (1982-1990)

### *3.1 A crise em Moçambique no início da década de 1980*

Durante a década de 1980 a Frelimo buscou, como subterfúgio para a manutenção de poder, a revitalização sistemática de seus projetos, visando assim, o desenvolvimento e modernização do Estado e a formação do novo cidadão moçambicano. A conjuntura desse período foi desfavorável devido à uma série de fatores que influenciaram a organização de políticas de desenvolvimento austeras diante dos problemas que assolavam o país. O projeto de construção do Estado moçambicano, que já se mostrara intrincado desde a libertação, demonstraria suas debilidades, levando à necessidade de reestruturar as políticas de Estado.

Nessa conjuntura, a responsabilidade assumida pela Frelimo de promover a criação da nação e o desenvolvimento do país, contou com intempéries que dificultaram a aplicação do projeto socialista no país. Nesse sentido, a Guerra Civil, iniciada na década de 1970, intensificou-se durante os anos de 1980 e pode ser considerada um fator de extrema relevância para a análise dos rumos políticos em Moçambique durante o período da I República<sup>174</sup>.

Em resposta ao projeto socialista promovido pela Frelimo, o governo Rodesiano, a partir de 1976 e, posteriormente, o da África do Sul, deram apoio técnico e logístico para a criação e atuação da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) – grupo formado por dissidentes moçambicanos, amparados pelo regime racista do apartheid sul-africano, que com o tempo formalizaram uma política de desestabilização em Moçambique, impulsionando as estratégias de ambos os lados que ditaram os rumos políticos da no país. Em um primeiro momento, a atuação da RENAMO não representou uma grande ameaça para o governo moçambicano. Seu surgimento, com o apoio do governo rodesiano de minoria branca do primeiro ministro Ian Smith, constituiu-se de membros militares e paramilitares que haviam confrontado as forças revolucionárias moçambicanas, pelo lado português, durante a guerra de independência. Em solo rodesiano, sob os auspícios dos militares, liderou uma série de ataques a Moçambique e auxiliou as forças militares do país a fim de conter os avanços dos guerrilheiros da *Zimbabwe African Liberation Army (ZANLA)*, além disso, ajudou as forças

---

<sup>174</sup> Define-se I República o período de hegemonia da Frelimo como partido único, desde a independência, em 1975, até a elaboração da nova constituição sob a presidência de Joaquim Chissano, em 1990. A II República, caracteriza-se pela abertura à economia de mercado e a institucionalização do multipartidarismo.

rodesianas a sabotar setores produtivos em Moçambique, como os depósitos de petróleo e bases de abastecimento. Nesse sentido, a RENAMO “desenvolveu-se primeiro como uma unidade militar e não como movimento político”<sup>175</sup>, sendo que em sua fase inicial, até meados da década de 1980, a “Renamo não passava de uma unidade mercenária de um exército colonial branco”<sup>176</sup>.

Com o governo de transição instaurado na Rodésia entre 1979 e 1980, a RENAMO não poderia mais contar com o apoio de Ian Smith. Além disso, o futuro da organização se mostrava incerto devido à destruição de seu quartel general localizado em Gorongosa – área central do país, localizado na província de Sofala – pelas forças da Frelimo. Porém, com o auxílio do governo sul-africano, a RENAMO estabeleceu na região do Transvaal uma base importante para gerenciar suas operações, recebendo suporte logístico e técnico do governo. A partir de então, a utilização da RENAMO passou a ser fundamental para as forças armadas sul-africanas como instrumento de desestabilização do governo da Frelimo. O grupo realizou ataques às populações rurais, massacres, destruição de escolas, plantações, sabotaram a infraestrutura (principalmente de estradas e caminhos de ferro) já debilitada pela incapacidade de maior investimento e proteção nos setores produtivos do interior do país. Além disso, a atuação da RENAMO resultou no desgaste político dos planos do Partido, isso pode ser observado em áreas mais vulneráveis à atuação da RENAMO onde, desde a independência, possuíam grande dificuldade em abarcar as políticas de estado. O recrudescimento da Guerra Civil, na década de 1980, ocasionou perdas materiais significativas, e os ataques levaram ao assassinato de indivíduos que rumaram ao país procurando construir a pátria socialista. Dessa maneira, a RENAMO

atacou também *cooperantes* estrangeiros – matando ou raptando 100 em cinco anos até 1985. No entanto, os seus alvos principais foram a população rural. Atacou aldeias comunais e cooperativas, infraestruturas sociais como hospitais, escolas e edifícios governamentais e as instalações de economia rural, como os edifícios, armazéns e plantações.<sup>177</sup> (grifo do autor)

Ante a estratégia de desestabilização instaurada pela África do Sul, a Frelimo procurou estabelecer políticas que tinham como objetivo retardar o avanço da oposição no país, aliando a segurança do Estado ao projeto de transformação da sociedade. Para isso, a construção de novos cidadãos, alheios ao passado colonial e aos valores étnicos ou tradicionais, era de fundamental importância para a cooptação da população a fim de edificar a moçambicanidade e para salientar a autodeterminação do país.

<sup>175</sup> NEWITT, op. cit., p. 482.

<sup>176</sup> Ibid.

<sup>177</sup> NEWITT, op. cit., p.483.

Sendo assim, a partir de 1981, a Frelimo lançou um projeto com o objetivo de dinamizar a economia durante aquela. A partir da modernização do campo, o Partido procurou atender à demanda econômica e subverter a situação deficitária do Estado em sua produção agrícola, assim como sanar a fome em Moçambique. Para tal, a socialização do setor agrícola, com a criação de cooperativas de produção familiar e de *machambas* estatais seriam fundamentais, sendo que, na visão da Frelimo a agricultura era considerada “a base e a indústria o fator dinamizador decisivo”<sup>178</sup>. Dessa forma, reafirmou a política econômica planificada, centralizada pelo Partido, e, de acordo com os profissionais do CEA, o plano desenvolvimentista possuía um duplo caráter, como deixam explícitos os editores da revista Estudos Moçambicanos, Aquino de Bragança e Ruth First:

Mas a estratégia da cooperativização do campo não deve ser meramente encarada a nível da elevação da produtividade, como se a produção e política estivessem separadas. A estratégia de transformação rural da FRELIMO dá prioridade, não meramente a um aumento de produção, mas ao desenvolvimento de novas formas de organização da produção: aldeia comunal com a sua base assente na produção colectiva, e as organizações do Partido e de massas que unem os operários e camponeses como base de classe da nova sociedade, e dinamizam o processo de transição. Na economia rural, a luta pelo poder político desencadeada pelos produtores rurais consiste em aprender a construir o socialismo na prática de tal forma que cada produtor participe da luta. O novo sistema social em Moçambique surgirá alicerçado em classes produtoras específicas, a classe operária juntamente com a grande massa de produtores rurais. <sup>179</sup> (grifo nosso)

Como é possível observar, a estratégia de desenvolvimento econômico, a partir da socialização da economia rural, era uma das diretrizes relacionadas à política de planeamento econômica do Partido. Essa estratégia, portanto, possuía um duplo sentido: dinamizar a produção agrícola e inserir no campesinato os princípios socialistas necessários para a criação de novos ideais de cidadania, embasados no marxismo-leninismo.

Com o intuito de analisar a conjuntura moçambicana, o CEA elaborou em 1981, dois periódicos que priorizavam o processo de socialização do campo instituído pela Frelimo. As revistas “Estudos Moçambicanos (vol 2) – Chibalo e classe operária” e “Estudos Moçambicanos (vol.3) – A Questão Agrária”, contém pesquisas na área das Ciências Sociais que analisam a conjuntura do país, para isso, abordam, por exemplo, questões pertinentes sobre a condição histórica de exploração do campesinato durante o colonialismo português.

Nesse sentido, a revista “Estudos Moçambicanos – Chibalo e classe operária”, realça, no decorrer de sua pesquisa a análise histórica sobre a utilização do *chibalo* – trabalho

<sup>178</sup> BRAGANÇA, Aquino de; FIRST, Ruth. Editorial: Socialização do Campo e Planificação. **Estudos Moçambicanos**, nº3, CEA-UEM, Maputo, 1981, p.2-8. p. 2.

<sup>179</sup> BRAGANÇA, Aquino de; FIRST, Ruth. Editorial: Do Chibalo à Libertação da África Austral. **Estudos Moçambicanos**, nº2, CEA-UEM, Maputo, 1981, p.2-8. p.7.

compulsório português (forçado ou em troca de pagamento irrisório) aplicado às populações de Moçambique durante o período colonial. O *chibalo*, assim como a utilização do trabalho migratório, “era a forma dominante de utilização de mão-de-obra não só em Moçambique como em toda a África Austral”<sup>180</sup>. Desse modo, a fim de impulsionar o desenvolvimento moçambicano a partir dessa análise histórica, os profissionais do CEA denunciavam a exploração sofrida durante o período colonial, contrapondo a dominação imperialista portuguesa, caracterizada pelo racismo intrínseco ao colonialismo, ao novo modelo econômico instaurado para a modernização econômica, afirmando, assim, que

A lei do **Chibalo** coagia a mão-de-obra, partindo do princípio que todos os cultivadores camponeses negros eram preguiçosos e precisavam, portanto, da obrigação “moral” de trabalhar. No entanto, o Estado colonial impôs simultaneamente a produção agrícola forçada a esse mesmo campesinato.<sup>181</sup> (grifo do autor)

É importante ressaltar que a política de desenvolvimento do Estado moçambicano possuiu uma série de contradições, de modo que a destinada aos aldeamentos comunais, no pós-independência, demonstrou a face autoritária da Frelimo, que para alcançar seus objetivos, promoveu uma política de deslocamento forçado dos centros urbanos, de parcela da população considerada “improdutiva”. Esse fator pôde ser observado, principalmente de Maputo, Beira e Nampula, para as aldeias comunais, localizadas no norte do país, nas províncias de Niassa e Cabo Delgado. A política de aldeamentos se intensificou no início da década de 1980, dessa forma, pode ser considerada uma das diretrizes da Frelimo diante de um cenário que, de diversas formas, demonstrava a crise em que o país estava submerso. Em números, as *machambas* comunais cresceram consideravelmente durante os anos de 1980, sendo que

em 1984, tinham sido instituídas cerca de 1500 Aldeias Comunais, mas mais de metade destas eram as que se tinham criado durante a guerra de libertação e 600 delas encontravam-se em Cabo Delgado, no extremo norte.<sup>182</sup>

A truculência empreendida pela política de aldeamentos em Moçambique não foi característica somente da década de 1980; segundo Marçal Paredes, a Frelimo, nos anos que antecederam a independência, durante o Governo de Transição, pôs em andamento a “Operação Limpeza” – uma política social que visava barrar a oposição existente no país, através da atuação de grupos militares da Frelimo, nas ruas de Lourenço Marques. A operação, tinha como objetivo “prender ‘marginais’ e agitadores da oposição. Parte destes

<sup>180</sup> Ibid., p. 4.

<sup>181</sup> BRAGANÇA; FIRST, 1981, op. cit., p. 5

<sup>182</sup> NEWITT, op. cit., 471.

presos foi levada para ‘campos de reeducação’ popular”<sup>183</sup>. Essa política, possuía uma tendência “puritana”, pois fechava bares e cabarés, visando banir a “promiscuidade”, o que deixa explícito o caráter moralista do governo da Frelimo. Dessa maneira, a Operação Limpeza expressava o objetivo maior do Partido para a transformação social, sendo que a Operação

Tratava-se do anúncio do caráter moral da revolução em curso: homens e mulheres deveriam ser trabalhadores exemplares, e a construção do socialismo passaria pela necessária eliminação dos inimigos e pela superação de comportamentos associados aos vícios do colonialismo e do capitalismo.<sup>184</sup>

Como parte dos objetivos da Frelimo, a política de enquadramento social para a construção de novos indivíduos, com o tempo, foi recrudescendo, e alcançou seu ápice nas políticas públicas adotadas no decorrer da década de 1980. Como evidenciado, essas políticas buscavam contornar os “vícios” e heranças sociais do passado moçambicano, bem dizer, do colonialismo e sua vinculação com as comunidades tradicionais do país.

Esse contexto, entre os anos de 1982 e 1983, foi marcado pelo recrudescimento da Guerra Civil, que assolou as populações interioranas de Moçambique. Além disso, esteve aliado a dois anos de calamidades naturais, com secas no sul e centro do país, e inundações no norte, o que contribuiu para o agravamento da crise econômica no país. Devido à baixa produção agrícola do campesinato – principal setor econômico e que, segundo o plano diretor da Frelimo, era considerado fator impulsionador para a modernização da sociedade – foi prejudicada também a produção nas grandes *machambas* estatais no norte do país. Esses fatores contribuíram para a intensificação do fluxo migratório para as áreas urbanas, que, por sua vez, não possuíam estrutura adequada para amparar tamanha demanda social. Para a Frelimo, a grande concentração populacional nas cidades seria um fator decisivo para o aumento da criminalidade, do desemprego, do comércio informal e da prostituição, ou seja, dos vícios considerados incompatíveis para a construção da nova sociedade.

O ano de 1983 marca o processo de reformulação política do Partido. Durante o IV Congresso da Frelimo, ocorrido entre os dias 26 e 30 de abril, foram reavaliadas as medidas políticas e econômicas adotadas em ocasião do congresso anterior, ocorrido em 1977. Foram reelaboradas medidas que diziam respeito, principalmente, ao modelo desenvolvimentista do país. O déficit na balança comercial moçambicana, no início da década de 1980, demonstrava o colapso da indústria, além disso, o projeto de mecanização da agricultura, nas *machambas*

---

<sup>183</sup> PAREDES, op. cit., p. 149.

<sup>184</sup> THOMAZ, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho forçado em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v.51, n.1, 2008. p. 179.

estatais, demonstrava sinais de esgotamento. Como estratégia para recuperação econômica, o estado de Moçambique decide recorrer às instituições financeiras capitalistas, tais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Dessa maneira, como forma de corrigir as falhas da década anterior, a cúpula da Frelimo “decidiu então que a alocação dos recursos deveria se basear num pragmatismo econômico em vez de ser pautado exclusivamente pela ideologia”<sup>185</sup>.

Quanto ao plano político e econômico interno, como estratégia para a dinamização da produção e como meio de fugir da dependência econômica com os países vizinhos, em especial do setor mineiro sul-africano, a Frelimo procurou implantar novas medidas que, com o tempo, demonstraram seu caráter impopular e autoritário. Dessa maneira, como estratégia para conter o aumento da densidade populacional nos centros urbanos, combater a criminalidade, a prostituição e a “vadiagem”, além de intensificar a produção agrícola, é lançado, em 21 de maio de 1983, a Operação Produção (OP). Sob o pretexto de angariar recursos para a agricultura, a Operação consistia, na prática, no deslocamento forçado do excedente populacional dos centros urbanos, denominados “improdutivos urbanos”, a fim de desenvolver atividades produtivas nas zonas rurais do país. De caráter impopular, essas medidas obrigavam “os camponeses a deixarem suas *machambas* familiares, seus locais sagrados e de culto e a irem viver de forma comunal”<sup>186</sup>. Nesse sentido, as *machambas* eram, na prática:

Grandes acampamentos para onde eram enviados “marginais”, “suspeitos”, ou inimigos políticos (como Uria Simango). Nas *machambas*, todos teriam que trabalhar na lavoura durante o dia, construir suas palhoças e, ao final da jornada, assistir a cursos de marxismo-leninismo.<sup>187</sup>

A importante análise de Carlos Domingo Quembo ressalta as contradições existentes na Operação Produção. O autor, buscando uma nova interpretação, considera que para além de uma ligação objetiva, visando a produtividade e construção de indivíduos “úteis” à sociedade, a OP foi posta em prática a partir da dimensão subjetiva compartilhada pela cúpula da Frelimo sobre os “improdutivos urbanos”. Segundo Quembo, ao não considerar os problemas estruturais que os centros urbanos possuíam com a grande concentração populacional, os “improdutivos urbanos” seriam uma invenção política, necessária para que a

<sup>185</sup> BOWEN, Merle, “Beyond Reform: Adjustment and Political Power in contemporary Mozambique”. **The Journal of Modern Africa Studies**, n.30, 1992. p.255-279. P.261 *apud* FERNANDES, Carlos. Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do centro de Estudos Africanos - 1975-1985. **Afro-Ásia**, n. 48 (2013), p.29.

<sup>186</sup> FERNANDES, 2013, op. cit. p. 29.

<sup>187</sup> PAREDES, op. cit., p. 149.

Frelimo colocasse em prática a política de deslocamentos forçados, tendo em vista que sua construção discursiva, corroborou para a institucionalização da OP. Como resultado, a implementação da OP:

forçou o sector familiar ao trabalho assalariado nas *machambas* estatais, ou à uma forma de habitação e produção colectiva forçada nas vilas/aldeias comunais, que não beneficiava da simpatia dos camponeses, forçados a abandonar as terras dispersas dos seus ancestrais, sem benefícios sociais.<sup>188</sup>

É possível demarcar o processo de socialização do campo imposto pela Frelimo sob um aspecto que aproxima a coerção existente nos campos de reeducação popular do pós-independência e a violência existente nos aldeamentos portugueses durante o período colonial. Autores como Omar Ribeiro Thomaz (2008), Gabriel Mithá Ribeiro (2007) e Carlos Domingo Quembo (2017), percebem a continuidade das práticas coercitivas do Estado Colonial nos centros urbanos de Moçambique e na produção agrícola realizadas nas *machambas* comunais. O forte controle exercido sob a mobilidade populacional no período do pós-independência, por exemplo, contava com a fiscalização por parte dos agentes do governo. Os habitantes deveriam levar sempre consigo, por exemplo, o seu guia de marcha, um documento comprobatório de suas atividades (deslocamento, razão da visita, local de habitação, duração de viagem, etc.), isso demonstra “a semelhança do que acontecia no período colonial com a exigência da caderneta indígena para deslocação dos africanos não assimilados”<sup>189</sup>. Da mesma maneira, a pesquisa de Ribeiro, assentada em entrevistas concedidas por indivíduos que fizeram parte da OP, destaca a continuidade da utilização do “*chibalo* (chicote) como instrumento utilizado para a realização dos trabalhos forçados”<sup>190</sup>.

Além disso, a política de aldeamento destituía do poder as lideranças tradicionais, delegando a membros do Partido o direito de coordenar a totalidade do processo. Dessa forma, as populações eram afastadas de suas lideranças tradicionais que, para a classe dirigente, representavam uma ameaça à unidade nacional. Cabe lembrar, como dito anteriormente, que o tribalismo e o regionalismo constituíam, junto ao colonialismo e ao racismo, os maiores inimigos do Povo moçambicano.

Uma das estratégias políticas utilizadas pelo Partido, e que foi importante para a legitimação do mesmo, consistia na adoção de um processo de autocrítica das próprias táticas

---

<sup>188</sup> GEFRAY, Christian. **A Causa das armas**: antropologia da Guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Afrontamento. 1991, p. 186 *apud* QUEMBO, Carlos Domingos. **Poder do Poder**: Operação Produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique Socialista, 1983-1988. Maputo: Alcance Editores. 2017, p. 37.

<sup>189</sup> QUEMBO, op. cit., p.18.

<sup>190</sup> PAREDES, op. cit., p. 152.

adotadas. A autocrítica realizada publicamente nos Congressos da Frelimo, apontavam equívocos de políticas anteriores, o que se tornou muito importante para a autoafirmação do governo e, principalmente, para a consolidação da figura de Samora Machel como líder da nação. E ainda, o processo de autocrítica era fundamental para a reavaliação dos projetos, como também serviu de instrumento de legitimação do poder do Partido, pois, dessa forma, como salienta Newitt, a existência de ideias “opostas” dentro de uma organização unipartidária, “ao permitir que algumas áreas da política fossem criticadas publicamente e contrariadas, a liderança da Frelimo conseguia desviar a atenção de outras áreas da política que não queria ver postas em causa”<sup>191</sup>. A própria Operação Produção estava inserida no conjunto de “campanhas presidenciais” colocadas em prática pela Frelimo, visando a revitalização das práticas políticas, e assim, a legitimação de poder. Podemos destacar, entre as campanhas eleitorais,

uma ofensiva de produção em 1976; a campanha de 1978 para criar a organização partidária; a ofensiva presidencial de 1980 contra a corrupção; em 1981, dois ministros, Jorge Rebelo e Marcelino dos Santos, foram incumbidos de resolver o problema do analfabetismo e da corrupção dentro do Congresso do Partido; 1983 foi o ano da produção.<sup>192</sup>

Como resultado dessas políticas implementadas, percebe-se que a intensificação das práticas autoritárias relacionadas ao deslocamento forçado das populações, gerou o descontentamento de grande parte da população. Sobretudo no que diz respeito às aldeias comunais, o projeto Frelimista que visava transformação abrupta e de forma acelerada da sociedade esbarrou na falta de infraestrutura necessária para atender as demandas econômicas e sociais. As mudanças empreendidas, apesar da tentativa de renovação estratégica sistemática, afetavam os interesses das comunidades e lideranças tradicionais, no que diz respeito a:

identidade étnica, a religião institucionalizada, a família, a liderança tradicional, da aldeia, a lei e o casamento tradicionais, e a capacidade de subsistência do camponês, de entrar para a economia de consumo através da comercialização de excedentes, tudo isto foi objeto de ataques.<sup>193</sup>

Em relação ao poder das lideranças tradicionais, as políticas implementadas pela Frelimo prejudicaram seus poderes locais. Os antigos régulos, responsáveis localmente pela administração das áreas interioranas durante o período colonial, eram considerados indesejáveis para a construção da nova sociedade moçambicana. Sua exclusão do modelo

---

<sup>191</sup> NEWITT, op. cit., p. 468.

<sup>192</sup> Ibid.

<sup>193</sup> Ibid., p. 472.

societal pretendido, pode ser verificada desde a inauguração de Moçambique independente. Após a independência, como forma de incentivar a participação política e adesão ao Partido, a Frelimo realizou assembleias populares para votação nos mais diversos níveis, porém, essas eleições afastavam as lideranças tradicionais do seio do poder, pois, ao se candidatar, muitos indivíduos considerados impopulares ou inadequados eram retirados da disputa, e assim

ficavam excluídas à partida da eleição, entre elas os chefes tradicionais e os régulos que tinham ocupado cargos no regime colonial; gerou-se enorme tensão em algumas zonas onde os líderes “naturais” da comunidade eram substituídos por pessoas nomeadas pelo partido, sem qualquer posição local.<sup>194</sup>

Nesse sentido, o descontentamento das lideranças tradicionais, impulsionado pelo seu isolamento político forçado, corroborou para o insucesso das políticas adotadas pela Frelimo, que, ao negligenciar as comunidades tradicionais, colocava em risco os rumos dos projetos políticos adotados. Sendo assim, como aponta Newitt, a política de aldeamentos promovida pela Frelimo contava com forte oposição das comunidades tradicionais, sendo que muitos dos camponeses, forçados a trabalhar nas *machambas* “regressaram simplesmente às suas antigas casas, deixando os novos aglomerados vazios, e quem os encorajou a fazê-lo foram os chefes de sua linhagem, os quais, por sua vez, tinham sido substituídos por funcionários do partido e adjuntos eleitos”<sup>195</sup>.

Por outro lado, em meio à Guerra Civil, a Renamo “pretendeu ‘limpar’ sua imagem internacional, ou seja, a de ‘bandidos armados’, como eram conhecidos, para isso assumiram uma linguagem politicamente ‘etnicista’ em suas reivindicações”<sup>196</sup>. Entretanto persistiram em suas estratégias o terror às populações rurais, evidenciado na prática constante de assassinatos, sequestros e massacres.

Do mesmo modo, o acirramento do conflito entre África do Sul e Moçambique levou ao assassinato de Ruth First, em agosto de 1982, através de uma carta-bomba enviada pelo regime sul-africano ao seu escritório no CEA. Na ocasião, Aquino de Bragança, que se feriu gravemente, redige uma homenagem no editorial da revista Estudos Moçambicanos nº4, lançada em 1983, à pesquisadora que muito contribuiu para a formação da área das Ciências Sociais e para a construção do socialismo em Moçambique independente:

Pela primeira vez, o nome de Ruth First não figura na nossa ficha editorial. O seu anonimato, através de uma bomba armadilhada, deve ser interpretado, também, como um atentado contra o CEA. Um vazio imenso foi criado dentro de nós que com ela diariamente convivíamos e trabalhávamos.

---

<sup>194</sup> Ibid. p. 468.

<sup>195</sup> Ibid. p. 472.

<sup>196</sup> MACAGNO, op. cit., p.20.

Em próximas edições, com a inclusão de diversos trabalhos acerca da obra de Ruth First, do seu pensamento e da sua personalidade, prestaremos sincera homenagem à sua figura de intelectual combatente e ao seu trabalho.<sup>197</sup>

Na conjuntura interna, enquanto a RENAMO visava adquirir a simpatia da população, através da cooptação dos chefes tradicionais que eram negligenciados pela nova organização política estatal, a cúpula da Frelimo planejava dar um passo a mais em direção à adesão da população moçambicana para sua estratégia político-ideológica. Como veremos no próximo tópico, como forma de reforçar a unidade nacional e o combate as denominadas “tendências divisionistas”, a Frelimo instaura, em 1983, a Lei do Sistema Nacional de Educação. Dessa forma, o campo da educação, mais uma vez, se tornou instrumento fundamental para o Partido buscar sua legitimação na população, e, aliada à reestruturação política e abertura econômica, a Frelimo poderia finalmente reafirmar a unidade nacional com base na criação de novos indivíduos.

### *3.2. A Lei do Sistema Nacional de Educação e a formação do Homem Novo*

Desde o início da década de 1970, o discurso de construção dos novos indivíduos, para o sucesso do projeto nacionalista, fica mais evidente. Nesse período, a influência das experiências nas zonas libertadas corroborou para a formalização do plano ideológico frelimista. Sendo assim, como política mister da Frelimo, a formação do Homem Novo fulgura como um dos principais anseios, ao mesmo tempo, se torna uma das bases para a organização da futura sociedade e um instrumento ideológico importante para a autoafirmação da nação. Para alcançar a modernidade, a Frelimo se empenhou em consolidar seu projeto mobilizada pelo seu objetivo primordial: a criação de novos cidadãos engajados no devir socialista.

Assim, para reafirmar a autodeterminação da nação e a cultura dos novos cidadãos, o projeto educacional tinha como base uma “educação revolucionária para a criação do homem novo”<sup>198</sup>. A estratégia voltada para a formação dos novos cidadãos em Moçambique teve sua gestação ainda no período de combate ao colonialismo, sendo essencial para a revolução em curso e para o combate aos antigos valores na sociedade. Como exemplo, no discurso proferido por Samora Moisés Machel, presidente da FRELIMO desde 1969, durante a II

---

<sup>197</sup> BRAGANÇA, Aquino de. Editorial: Relançamo-nos. **Estudos Moçambicanos**, nº4, CEA-UEM, Maputo, 1983, p.2-4. p.4.

<sup>198</sup>MACHEL, Samora Moisés. **Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova de desenvolver a pátria**. Coleção estudos e Orientações. Maputo: Edição do Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, 1978. p.11.

Conferência do DEC, em 1970, foram debatidos pontos cruciais que diziam respeito às concepções fundamentais para a formação do Homem Novo. Na ocasião, Samora Machel enfatizou a necessidade de:

Desenvolver uma moral sã e revolucionária que promova a libertação da mulher, a criação de gerações com um sentido colectivo de responsabilidade, exige a destruição de ideais e gostos corruptos herdados. Para implantar as bases de uma economia próspera e avançada é necessário que a ciência vença a superstição. Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação.<sup>199</sup> (grifo nosso)

Como é possível observar, o ímpeto modernizador da sociedade, estabelecido pelos dirigentes do Estado, atribui que para o triunfo da sociedade socialista, seria necessária a ruptura com o passado e a luta contra os costumes das comunidades tradicionais. Nesse sentido, a figura do Homem Novo seria decisiva para a superação dos velhos hábitos. Da mesma forma, o anseio pela unidade nacional, já verificada desde a guerra de libertação, colocava em xeque os poderes das lideranças tradicionais, agredidas pelo projeto nacionalista da Frelimo, que salientava como fator primordial o fim do regionalismo e do tribalismo como obstáculos que deveriam ser transpostos para o sucesso do projeto de enquadramento identitário. Por isso: “matar a tribo para fazer nascer a Nação também constituía, e constitui, um princípio diretor da revolução moçambicana”<sup>200</sup>. Conforme salienta Conceição, a problemática da unidade nacional, intrínseca ao projeto da Frelimo, negligencia fatores históricos no que diz respeito à formação diversa da população moçambicana, de modo que “o discurso da unidade, na escrita sobre a resistência e a conquista da autonomia, ausenta perspectivas de inclusão da problemática dos racismos e das diversidades historicamente marcantes, de Moçambique”<sup>201</sup>.

No que diz respeito ao estudo dos nacionalismos africanos, o caso moçambicano expressa sua particularidade e complexidade. Ao se basear no modelo político marxista-leninista de gestão estatal, no período imediato ao pós-independência, teve como objetivo primordial a transformação da sociedade socialista fundamentada na criação de cidadãos, expressando as diretrizes estabelecidas a partir do III Congresso da Frelimo. Esse projeto, procurando fomentar o desenvolvimento da nação, estabelecia que:

Na construção da sociedade socialista, o sistema de educação deve, no seu conteúdo, estrutura e método, conduzir à criação do Homem Novo. O Sistema Nacional de Educação fundamenta-se nas experiências da educação desde a luta armada até a presente fase da construção do Socialismo, nos princípios

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> VIEIRA, op. cit., p. 285. *Apud* PAREDES, 2014.

<sup>201</sup> CONCEIÇÃO, op. cit., p. 180.

universais do Marxismo-Leninismo e no patrimônio comum da Humanidade.<sup>202</sup>  
(grifo nosso)

Como citado na legislação, a tendência em aplicar o método de formação dos novos indivíduos possui sua vinculação com a história da luta armada. Como salienta Macagno, a construção do Homem Novo, seria fundamental para a modernização e transformação do Estado, tendo em vista que o Homem Novo, passou a ser um “dispositivo mobilizador, uma ideia força, um objetivo maior a ser alcançado”<sup>203</sup>.

Para isso, o campo educacional seguiu sendo o laboratório para a constituição dos novos indivíduos. À exemplo do que se seguiu nas zonas libertadas, onde a Frelimo abriu centros de ensino para alfabetização e formação política dos indivíduos, o projeto do governo moçambicano recebeu contornos legais a partir do III Congresso. De acordo com o documento, ao ampliar o projeto educacional das zonas libertadas, após a nacionalização da educação, “pôde-se começar a estruturação de um sistema único de Educação, ao serviço das largas massas e da formação do Homem Novo”<sup>204</sup>. Dessa maneira, a moçambicanidade almejada está intrinsecamente vinculada à formação de cidadãos alheios ao passado colonial e à educação tradicional, que possam ser promotores da nova sociedade. Sendo assim, as atribuições desejadas para os cidadãos fortaleceriam o combate ao passado “reacionário”, conforme estabelecido pelo Congresso:

O homem socialista é esse homem novo. Aquele que embora consciente das suas limitações trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências reaccionárias que herdou. O homem socialista não é aquele que repete a teoria revolucionária e que na sua vida quotidiana continua a guiar-se pelo modo de vida reaccionário. É aquele que não só no seu pensamento mas sobretudo no seu comportamento interioriza os princípios do Povo e da Revolução. É esse o homem que fará Nova Revolução e pela sua dedicação, disciplina e entusiasmo mobiliza as massas pelo seu exemplo. É o homem que constrói o Socialismo<sup>205</sup>.

Portanto, os ideais de pertencimento promovidos pelo Partido destacam a necessidade de romper com o modelo de sociedade passado, promovendo o distanciamento com a educação tradicional e com os vícios herdados da sociedade colonial, para que, assim, o Homem Novo pudesse ser “livre para sempre da ignorância, do obscurantismo, da superstição, dos preconceitos, consciente dos deveres de solidariedade e de cooperação”<sup>206</sup>.

<sup>202</sup> MOÇAMBIQUE, Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República I Série nº 12 - 3º Suplemento. Maputo, 1983. p.13-21. p.13

<sup>203</sup> MACAGNO, op. cit. p. 21.

<sup>204</sup> FRELIMO, 1977, op. cit., p. 69.

<sup>205</sup> Ibid., p. 94.

<sup>206</sup> Ibid., p. 74.

Dessa maneira, buscando consolidar novo ideal identitário, a Frelimo utilizou de meios legais, a partir da utilização do aparato estatal, para a institucionalização dos laços de pertencimento do novo cidadão moçambicano.

Apresentada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) no final de 1981, e aprovada pela Assembleia Popular em março de 1983, a Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE) é o diploma legal responsável por estabelecer e padronizar a educação moçambicana, de acordo com os paradigmas estabelecidos pela camada dirigente do Estado. Com o objetivo de afirmar os laços de pertencimento para a formação dos novos indivíduos em Moçambique, esse mecanismo parte da formalização de uma nova metodologia educacional, de acordo com o projeto centralizado de planificação, a criação do SNE articula os novos paradigmas curriculares que visam às estratégias de desenvolvimento da nação moçambicana.

Na conjuntura da década de 1980, este projeto se vinculou às exigências de formação técnica e ideológica do cidadão moçambicano. Assim, as demandas enfatizavam o desenvolvimento dos indivíduos, vinculando-os ao projeto moderno da nação, para isso estabeleceram-se três grandes objetivos:

- (i) a erradicação do analfabetismo;
- (ii) a introdução da escolaridade obrigatória,
- (iii) a formação de quadros para as necessidades do desenvolvimento econômico e social e da investigação científica, tecnológica e cultural<sup>207</sup>

Pretendendo modernizar a sociedade, combater ao subdesenvolvimento e lutar contra a fome e a miséria no país, o projeto da Frelimo reafirmava seu horizonte a partir da institucionalização desse dispositivo legal. No contexto conturbado em que se encontrava o país, a institucionalização da lei do SNE representa, também, uma estratégia central para a formação cidadã que almejava a construção da nova sociedade e o combate à sua segmentação. Dessa maneira:

Na análise econômica do IV Congresso da Frelimo (1983) sobre a prática da economia centralmente planificada e seus reflexos na vida social, ligados aos efeitos da guerra, justifica-se a necessidade de uma rectificação profunda da estratégia de desenvolvimento definida pelo III Congresso (1977) e a redefinição do papel do Estado, dos sectores privado e familiar na economia<sup>208</sup>.

No que diz respeito ao aparato ideológico, a lei do SNE demonstra como antítese do projeto desenvolvimentista, antigos adversários considerados responsáveis pela dominação do país. Sendo assim, o combate à educação tradicional e ao colonialismo, são a força motriz que

<sup>207</sup> MOÇAMBIQUE, Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República I Série nº 12 - 3º Suplemento. Maputo, 1983. p.13-21. p.13.

<sup>208</sup> GÓMEZ, op. cit., p.370.

impulsionam o projeto de formação dos novos cidadãos, e, conseqüentemente, são questões evidentes no texto na Lei.

No que se refere às sociedades tradicionais, a lei do SNE demonstra repúdio aos costumes e à visão de mundo com base nos fenômenos da natureza, assim, no combate ao tribalismo, a legislação fortalece a política de rechaço aos costumes das sociedades moçambicanas. Dessa maneira, a educação tradicional seria caracterizada “pela iniciação pelo rito, pelo dogma e superstição, pela religião e magia, pela tradição, o indivíduo era preparado para aceitar a exploração como uma lei natural e assim reproduzi-la no seu grupo etário, na sua família, na sua tribo, etnia e raça”<sup>209</sup>.

Como pressuposto ao projeto de formação dos novos indivíduos, a Frelimo estabelece o combate ao tribalismo, como fator essencial, pois vê como antítese ao modelo de moçambicanidade a ser alcançado. Da mesma forma, busca superar, o modelo colonialista de educação, que “visava a reprodução da exploração e da opressão e a continuidade das estruturas colonial-capitalistas de dominação”<sup>210</sup>. Para isso, a estruturação de um sistema de educação para o estabelecimento de novos paradigmas seria indispensável para a construção da modernidade e da moçambicanidade desejada.

Em contraponto ao legado colonial e a educação tradicional, a lei do SNE organiza, em seu Artigo 4º, os objetivos gerais para sua institucionalização:

Como objetivo geral a formação do Homem Novo, um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assuma os valores da sociedade socialista, nomeadamente:

- A unidade nacional, o amor à Pátria e o espírito do internacionalismo proletário;
- O gosto pelo estudo, pelo trabalho e pela vida colectiva;
- O espírito da iniciativa e o sentido da responsabilidade;
- A concepção científica e materialista de mundo;
- O engajamento e contribuição activa com todos os seus conhecimentos, capacidade e energia, na construção do socialismo.<sup>211</sup>

Como é possível observar, a apresentação dos novos valores para a formação da sociedade, buscava a sua modernização, visando a unidade nacional. Em uma perspectiva que articulava a formação do Homem Novo para a mudança profunda da sociedade, opunha-se ao passado indesejável, assim, o “SNE nasce, portanto, no processo contraditório entre o velho e o novo, na superação do passado, na análise prática anterior”<sup>212</sup>.

Nesse sentido, aliando a superação da identidade tradicional e colonial às exigências técnicas necessárias para o desenvolvimento do projeto nacionalista, o SNE prioriza uma

<sup>209</sup> MOÇAMBIQUE, 1983, op. cit., p.13.

<sup>210</sup> Ibid.

<sup>211</sup> Ibid., p.14.

<sup>212</sup> GÓMEZ, op. cit., p. 351.

abordagem educacional “tecnocrática”. Apesar de seu evidente peso ideológico, a lei do SNE foi elaborada visando a otimização do setor educacional, a partir das “exigências actuais e da estratégia do desenvolvimento nacional”<sup>213</sup>. Dessa forma, o conflito entre uma tendência educacional mais política, característica da primeira fase educacional moçambicana, acabou sucumbindo para dar espaço à uma dimensão educacional técnico-administrativa<sup>214</sup>, conforme expresso nos subitens (D, E, e F) sobre os objetivos gerais do SNE:

- (...) d) Assegurar a todos os moçambicanos o acesso à formação profissional;
- e) Formar o professor como educador e profissional consciente com profunda preparação política e ideológica, científica e pedagógica, capaz de educar os jovens e adultos nos valores da sociedade socialista;
- f) formar cientistas e especialistas altamente qualificados o desenvolvimento da investigação científica; (...) <sup>215</sup>

Fica evidente, porém, a aplicação dos ideais da Frelimo na elaboração deste dispositivo legal. A preocupação em contribuir para a formação da unidade nacional se baseia, assim, na “reinvenção da cultura”, a fim de criar o Homem Novo. Para isso, a Frelimo empenhou seus esforços em consolidar uma política de combate ao passado indesejado. Como salienta Cabaço, sobre o projeto frelimista:

a unidade implicava, pois, uma luta pertinaz e, se necessário, autoritária contra as “formas de divisionismo” e, em primeiro lugar, contra o “tribalismo”, o “regionalismo” e o “racismo”, vistos como males criados e fomentados pela sociedade colonial<sup>216</sup>.

No combate travado contra as “tendências divisionistas” e para a construção dos paradigmas identitários, a Frelimo realizou um recorte seletivo dos valores nacionais enraizados nas culturas regionais para a estruturação da cultura moçambicana. Sobre esse aspecto, o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, em um debate com Michel Cahen<sup>217</sup> sobre a legitimidade do projeto da Frelimo na promoção do Estado-Nação, defende que “mesmo no que diz respeito às manifestações culturais como a dança, o canto, etc., a política da Frelimo pautou-se por um encorajamento apenas limitado pelos meios”<sup>218</sup>. Em defesa do projeto nacionalista da Frelimo, o autor sugere que o Partido não possuiu responsabilidade no que diz respeito à negligência sobre as demandas locais das populações tradicionais e seus costumes, devido à impossibilidade estrutural em poder tratar do assunto de maneira adequada, pois,

<sup>213</sup> Ibid., p.351

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> MOÇAMBIQUE, 1983, op. cit. p.15.

<sup>216</sup> CABAÇO, op. cit., p.404.

<sup>217</sup> A resposta de Elísio Macamo ao texto publicado por Michel Cahen (Mozambique, *Historie géopolitiqued'un pays sans nation*. Lusotopie, Paris, L'Harmattan, 1-2, 1994, pp.212-166), diz respeito à abordagem do historiador francês sobre a legitimidade da promoção do nacionalismo em Moçambique por parte da Frelimo.

<sup>218</sup> MACAMO, 1996, op. cit., p.357

“onde iria ela inventar quadros para tratarem desse assunto, num país onde as prioridades eram ditadas pela necessidade de garantir o abastecimento da população?”<sup>219</sup>. Dessa maneira, Macamo indica que, julgar a política de “negação étnica”, como acusa Cahen, por parte da Frelimo, não passaria de uma teoria da conspiração, tendo em vista que o Partido buscou, para a construção do nacionalismo, valorizar a arte, a língua, e as culturas regionais promovendo, para isso, festivais nacionais de canto e dança.

Ainda é importante destacar que no seu Artigo 5º - Estudos das Línguas Moçambicanas – a Lei do SNE institui como um de seus objetivos a contribuição para “o estudo e valorização das línguas, cultura e história moçambicanas, com o objetivo de preservar e desenvolver o patrimônio cultural da Nação”<sup>220</sup>. Uma questão pertinente sobre a construção da moçambicanidade proposta pela Frelimo, diz respeito ao lugar da cultura das comunidades moçambicanas legada pelo Partido, visto que, oportunamente, o Estado buscou encontrar, nos traços culturais das diversas comunidades, laços que contribuiriam para a consolidação de uma cultura comum, o que na análise de Macamo indicaria que “as manifestações culturais tenham sido consideradas apenas em termos da sua contribuição para o enriquecimento do conceito nacionalista predominante”<sup>221</sup>.

No projeto de unificação nacional, a construção da nação se insere no plano ideológico para a formação dos cidadãos, denunciando os costumes tradicionais, denominados supersticiosos e associados ao obscurantismo. Assim, como salienta Macagno, “esse projeto unitarista reproduzirá, mesmo que com conteúdos inversos, a mesma gramática assimilacionista e intolerante em face aos particularismos culturais, veiculada pelo discurso colonial português”<sup>222</sup>. Nesse sentido, a política assimilacionista portuguesa, de inserção dos indígenas na sociedade, com base nos ideais civilizatórios, estava instituída com base no racismo – implícito ao colonialismo – e se justificava pelo argumento salvacionista, que se tornou um discurso “legitimador” para a segregação e exploração das populações de Moçambique no contexto de organização da sociedade colonial.

Do mesmo modo, a política da Frelimo do pós-independência ficou marcada pela negligência às culturas moçambicanas e suas particularidades. Fomentada pelo projeto de modernização da sociedade, seu objetivo era unificar a nação e desenvolver o pensamento científico para seu desenvolvimento. Sendo assim, guardadas as devidas proporções, podemos estabelecer um paralelo entre esses contextos tão distintos e traçar uma relação entre as

---

<sup>219</sup> Ibid., p.356

<sup>220</sup> MOÇAMBIQUE, 1983, op. cit., p.15.

<sup>221</sup> MACAMO, 1996, op. cit., 357.

<sup>222</sup> MACAGNO, 2009, op. cit., p. 22.

conjunturas que, mesmo antagônicas em seus planos ideológicos, apresentam aproximações.

Nesse caso:

Se no período colonial, os chamados indígenas deveriam abandonar – conforme as categorizações da administração colonial – os “usos e costumes” para passar à categoria de *assimilados*, no período independente, as “populações” deveriam abandonar o “obscurantismo” para se integrarem ao *Povo* moçambicano.<sup>223</sup>

Dessa maneira, na década de 1980, a Frelimo passou a rearticular por meio das políticas estatais seus projetos de nação. A fim de criar a cultura moçambicana, os traços culturais passaram por uma articulação moldada “de cima para baixo”, para que os membros dessa comunidade, como resultado final, identificassem elementos identitários comuns. Dessa maneira, “a ‘cultura’ moçambicana teve, pois, que se reinventar por meio de um processo de reagregação de retalhos regionais, hibridismos e misturas que não reconhecem, necessariamente, uma herança comum”<sup>224</sup>.

Sendo assim, a lei do SNE se vincula ao projeto maior de formação da almejada unidade nacional e consolidação da cultura moçambicana, padronizada a partir dos ideais da Frelimo. Cabe ressaltar, como salienta Cabaço, sobre a formação da cultura moçambicana, que para o estabelecimento e escolha dos traços identitários, a direção da Frelimo estabeleceu uma dinâmica de “triagem” dos valores tradicionais e paradigmas identitários aceitáveis para a formação da moçambicanidade. Nesse sentido, através de um minucioso processo de escolha buscou-se, ao selecionar características necessárias para o novo perfil identitário, distinguir entre os traços culturais reacionários e aqueles que poderiam ser valorizados para a formação da identidade nacional moçambicana. Nessa triagem foi apurada, no seio das práticas e valores culturais das comunidades, a divisão entre o que era indesejável e o que poderia ser estimulado, assim,

entre as primeiras se inscreviam principalmente certos ritos considerados inibitórios da libertação da ‘imaginação criadora do indivíduo’ e as instituições políticas e religiosas que perpetuavam o pensamento tradicional; das segundas constavam os sistemas de reprodução e troca e o valor social do parentesco (que representariam, na visão da FRELIMO, a família, a solidariedade e a história, transigindo, por isso, com a poligamia e a realização dos ritos de iniciação) assim como a produção artística e criativa (escultura, dança, música, representações cênicas etc.)<sup>225</sup>

Segundo Maria Paula Menezes, a formação social moçambicana, almejada pela Frelimo: “originou contradições no tecido social moçambicano, marca de continuidades com

---

<sup>223</sup> Ibid.

<sup>224</sup> Ibid., p. 22-23.

<sup>225</sup> CABAÇO, op. cit., p. 411.

mecanismos de dominação modernos que continuam a impor sua ação”<sup>226</sup>. Cabe ressaltar que no período, a fim de reforçar as qualidades desejadas para o cidadão moçambicano, a Frelimo buscou divulgar uma figura estereotipada que representaria o “inimigo interno” na sociedade moçambicana, que estaria alheio à cultura nacional e à moçambicanidade, ou seja, representaria o avesso ao Homem Novo desejado.

Assim, a Frelimo propagandeou a figura do *Xiconhoca*<sup>227</sup>, um indivíduo “preguiçoso, individualista, bêbado, corrupto e explorador, situando-se, portanto, nas antípodas do *homem novo*”<sup>228</sup>. Como dito anteriormente, *Xiconhoca* representa o “inimigo interno”, indivíduo presente no meio moçambicano que poderia acabar com a unidade nacional. Completa antítese do Homem Novo, *Xiconhoca* era a favor do tribalismo, regionalismo, racismo, imperialismo, além disso, era alheio à cultura moçambicana. A construção do personagem, divulgado em caricaturas pelo Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo, fez parte da campanha moralizante do Partido, construído também para a educação da população moçambicana. Nesse sentido “a figura do Xiconhoca revela que a relação entre o povo – o coletivo dos ‘novos’ cidadãos – e a Frelimo, que o liderava, assentou no delinear de uma configuração de pertença e exclusão assertiva, procurando ultrapassar os problemas herdados do tempo colonial”<sup>229</sup>.

A partir da intenção de apagar o passado colonial e os costumes relacionados às diversas culturas em Moçambique, a nova abordagem pedagógica incentivada pelas diretrizes do SNE, buscou – de acordo com a seleção dos conteúdos e a abordagem relacionada à aplicação dos manuais didáticos para a formação da identidade – constituir a moçambicanidade.

Sobre isso, Narciso Hofisso exalta a importância da nova abordagem educacional inaugurada com a lei do SNE e sua utilização nos manuais didáticos. Para o autor, nesses materiais estão inseridos novos pressupostos que permitem ao aluno a construção de sua identidade, marcando o rompimento com a educação do período colonial e obedecendo a uma nova postura metodológica que permite que o estudante compreenda uma nova maneira de constituição do seu passado. Segundo o referido autor, portanto, os manuais ultrapassam o

<sup>226</sup> MENESES, Maria Paula. *Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n106, maio de 2015, p. 9-52, p. 11.

<sup>227</sup> Etimologicamente a denominação *Xiconhoca* deriva da junção de duas palavras: a primeira, *Xico*, deriva de *Xico-Feio* apelido de origem portuguesa de um indivíduo do PIDE, torturador reconhecido pelos presos políticos da prisão de Machava; e *Nhoca*, palavra de origem Bantu que significa cobra. In. BARATA, Jorge Manuel Rodrigues Mendes. *Xiconhoca, o inimigo: A denúncia de todos os males sociais à revolução moçambicana por meio do cartum*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). PPG-CECA/Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2015. p.54

<sup>228</sup> MACAGNO, op. cit., p.26.

<sup>229</sup> MENEZES, op. cit., p.32.

sentido de meros instrumentos de informação e passam a ter uma postura metodológica que “permita ao aluno, a partir do contacto com a realidade, do confronto com as fontes orais, arqueológicas e documentos escritos, reconstruir o passado”<sup>230</sup>.

Dessa maneira, com o estabelecimento da nova abordagem inserida como guia para a construção da literatura didática, os manuais passam a ser um instrumento fundamental para a construção da moçambicanidade, visto que sistematiza em seus conteúdos os “elementos fundamentais do passado do país”<sup>231</sup>. Assim, os conteúdos inseridos nos manuais, assim como a nova prática de ensino inaugurada pelo SNE, buscam “recuperar os traços do passado do seu país, do continente e do mundo a partir do seu ambiente atual”, estabelecendo uma visão de Moçambique para a concepção da história, contribuindo para a compreensão das dinâmicas internas das comunidades, e seu lugar para a construção da nação, do continente e do mundo. Dessa maneira, Hofisso assegura que o entendimento dessas dinâmicas “contribuem para a compreensão da história das comunidades”, pois, de acordo com o entendimento a respeito das relações específicas da “história, local, nacional, e regional”, os moçambicanos são capazes de desenvolver “sua identidade com a história do país, da região e do mundo a partir da aquisição da consciência do passado”<sup>232</sup>.

Pode-se considerar que a construção da história nacional moçambicana segue uma demanda histórica, como se observa desde as publicações dos manuais didáticos citadas anteriormente e o impulso dos profissionais da educação em “reconstruir” o passado moçambicano. Desta vez, visando escrever a “verdadeira história” de Moçambique, a utilização de outras fontes— como orais e arqueológicas— serão ainda mais necessárias. Rompendo com os laços históricos impostos pela dominação colonialista, a construção da identidade nacional moçambicana deveria estar assentada nos acontecimentos advindos do próprio continente, obedecendo aos movimentos intrínsecos da realidade do país, sendo “necessário uma avaliação em profundidade para a reformulação dos manuais ajustada às condições reais de ensino/aprendizagem”<sup>233</sup>

Entretanto, esse movimento de “reconstrução do passado” e inserção de novos paradigmas encontraram desafios relacionados às contradições internas oriundas da crise da estrutura educacional moçambicana. Assim, da mesma forma como a Guerra Civil foi um dos

---

<sup>230</sup> HOFISSO, Narciso. A Problemática da Utilidade dos Manuais de História no Ensino Primário de Moçambique. *Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”*. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 555-564, p. 555.

<sup>231</sup> Ibid., p. 558.

<sup>232</sup> Ibid.

<sup>233</sup> Ibid., p.555.

fatores que incentivou a estratégia da institucionalização da Lei do SNE, a instabilidade causada pelo acirramento do conflito armado contribuiu para que a realização dos objetivos inscritos na Lei do SNE fosse dificultada. Analisaremos, a seguir, como os ideais para a construção da identidade nacional do país, estabelecidos pelo dispositivo legal, estão inseridos na literatura didática da década de 1980. Para isso, investigaremos o modo como estão dispostos os ideais de pertencimento coletivo, imprescindíveis para a almejada unidade nacional e consequente formação dos cidadãos moçambicanos.

### 3.3 “A HISTÓRIA DA MINHA PÁTRIA” (1986): *unidade e modernização de Moçambique*

O manual didático intitulado “A História da Minha Pátria”, destinado aos alunos da 5ª série do ensino primário, foi publicado pela primeira vez em 1986, pela República Popular de Moçambique, através do Instituto Nacional de Desenvolvimento Escolar (INDE). Nas décadas que se seguiram, continuou a ser reeditado para utilização dos professores no meio escolar, com reimpressões em 1995 e 1997, sendo a mais recente datada de 2004. Nas edições posteriores à primeira, novos conteúdos foram incluídos, com referência aos acontecimentos seguintes ao seu lançamento. Como exemplo desses conteúdos, podemos citar o Acordo Geral de Paz de Roma, assinado em 4 de outubro de 1992, estabelecendo o cessar-fogo entre as forças da Frelimo e da RENAMO, como também a inclusão da preparação para as primeiras eleições multipartidárias no país, realizadas entre os dias 27 e 29 de outubro de 1994. O manual também ressalta a morte de Samora Moisés Machel, presidente da Frelimo e primeiro presidente da República Popular de Moçambique, que perdeu a vida em um trágico acidente de avião enquanto sobrevoava o espaço aéreo sul-africano, em 19 de outubro de 1986. As circunstâncias desse acidente ainda hoje não estão devidamente apuradas, porém, acredita-se que elementos internos da África do Sul o tenham provocado. A figura de Samora Machel, construída pelo manual didático, será um dos temas de análise que abordaremos a seguir.

Podemos ressaltar, portanto, a utilização do manual didático em contextos diversos, revelando o caráter utilitário dos livros didáticos, que, de acordo com a ordem vigente estabelecida, pode veicular conteúdos, alterá-los e selecionar o conjunto de elementos que pode ou não ser mantido, de acordo com a escolha valorativa presente em sua narrativa. No que diz respeito ao manual “A História da Minha Pátria”, esse fator é relevante: mesmo tendo sido elaborado na conjuntura de dominação política monopartidária da Frelimo, o manual permaneceu em uso, com poucas alterações, durante quase 20 anos da sua primeira publicação. Ou seja, mesmo após a abertura econômica (de uma economia planeada socialista

para uma economia de mercado) e o estabelecimento da democracia representativa, através do multipartidarismo, não foi considerado cessar o uso do material didático em questão. Instituído sob a égide da Lei do Sistema Nacional de Educação, ele constitui um exemplar importante para analisarmos o modo como, na literatura didática, está inserida a idealização da Frelimo sobre os valores necessários para a construção da moçambicanidade, em uma década em que o projeto de Estado de construção do modelo socialista demonstra sinais de desgaste.

Como critérios escolhidos para a narrativa da História de Moçambique, evidenciados no manual a relevância dada à resistência do povo moçambicano ao colonialismo português; à denúncia de exploração exercida pela empresa colonial e a Luta Armada de Libertação Nacional, vinculada à unidade do povo moçambicano, culminou na independência do país. No contexto de instabilidade pelo qual o país passava, é plausível que a retomada do discurso nacionalista, com ênfase na unidade e na heroicidade do povo estivesse no horizonte do Partido como forma de reafirmar os ideais instituídos desde a independência.

Em comparação ao manual didático analisado anteriormente, “História: manual da 11ª classe”, pode-se verificar a alteração na estrutura. Embora o manual “A História da Minha Pátria” esteja ancorado nos referenciais marxistas, estes não estão presentes explicitamente em seus conteúdos, como foi evidenciado no manual analisado no capítulo anterior. Do mesmo modo, a divisão cronológica com base nos ciclos econômicos (o período do ouro, o período do marfim, o período dos escravos), não mais baseia a noção de temporalidade para a compreensão da história de Moçambique. O manual privilegia, retornando ao ponto de vista revolucionário, a narrativa do heroísmo e da resistência da população frente ao colonizador português.

Sobre sua finalidade curricular, o manual foi construído para a utilização na última série do 1º grau do Ensino Primário – 5ª classe, e sintetiza os principais acontecimentos da história do país, de acordo com a perspectiva dos seus autores. Como veremos a seguir, o ímpeto de modernização da sociedade proposto pela Frelimo apresenta a ideologização do Partido na literatura didática. Dessa maneira, como característica intrínseca desse objeto de estudo, a imagem da sociedade que é vinculada na literatura didática é construída obedecendo “motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático e gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é”<sup>234</sup>. Ao construir a história de Moçambique, os agentes promotores do manual abordam o passado do país de acordo com

---

<sup>234</sup> CHOPPIN, 2004, op. cit., p. 557.

as necessidades do presente, pensando na formação dos cidadãos, ancorados pela Lei do SNE de 1983. Para a construção da moçambicanidade, o manual é concebido a fim de se tornar referência para a unidade do povo moçambicano, tão diverso etnicamente, ao instituir uma narrativa libertadora para a construção do Homem Novo.

Dessa forma, é indispensável para a reflexão sobre a produção dos materiais didáticos, o estatuto de agência de seus autores, pois: “os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente”<sup>235</sup>. Como salienta Choppin, as intenções desses agentes estão implícitas nas escolhas dos conteúdos, em abordagens, e nos silenciamentos observados no tratamento desses materiais. Em virtude disso,

o livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados.<sup>236</sup>

Assim, os agentes responsáveis pela elaboração dos manuais didáticos buscaram aperfeiçoar as metodologias educacionais com o objetivo de construir o socialismo no país e erigir a moçambicanidade de acordo com os moldes estabelecidos pela camada dirigente do Estado. Para isso, evocam a resistência e a heroicidade do povo moçambicano e a relacionam com exemplos de heróis nacionais, que lutaram desde o princípio contra o inimigo colonialista.

Destaca-se, dessa maneira, a construção da história de Moçambique embasada na evocação de símbolos e um conjunto de valores amalgamados cronologicamente para a instauração de uma história heroica. Para isso, os pesquisadores moçambicanos inculcaram na literatura didática analisada figuras criadas para servir de exemplo para o cidadão moçambicano, construindo, assim, a heroificação de indivíduos, sobre isso, Ribeiro destaque que:

é inseparável da produção de uma memória coletiva de dimensão nacional por parte do Estado e seus agentes. A memória coletiva é, como argumenta Pujadas (1994: 618)<sup>237</sup>, simultaneamente a depositária do conjunto de atributos e símbolos de uma sociedade e um dos instrumentos de legitimação da ordem social dominante.<sup>238</sup>

---

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> Ibid.

<sup>237</sup> PUJADAS, Juan J. “Memória Colectiva e discontinuidade: la contrucción social de las identidades culturales”, Ricardo SANMARTIN (org.), **Antropologia Sin Fronteras: Ensayos em Honor a Carmelo Lisón**, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994, p. 617-633.

<sup>238</sup> RIBEIRO, Fernando Bessa. A Invenção dos Heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique. **Etnográfica**, vol.IX, n.2, 2005. p.257-275. p. 258-259.

Como características necessárias para a formação da moçambicanidade instaurados pela Frelimo, expressas na literatura didática, houve atenção especial aos indivíduos elencados pela camada dirigente do Estado de Moçambique independente tidos como heróis para a consolidação da República. O manual relaciona, como procuraremos demonstrar, as diversas formas de resistência das populações da região ao colonialismo, e busca construir uma narrativa de unidade na luta contra o inimigo comum. E ainda, a estratégia de aliança de algumas lideranças locais com os portugueses, é denominada como um ato de traição contra o “povo moçambicano”. Isso é observado no manual, onde consta que “desde o início os colonialistas portugueses encontraram uma forte resistência dos moçambicanos. No entanto, alguns Mwenemutapas traíram a resistência heroica do nosso Povo”<sup>239</sup>.

Segundo o manual, um dos fatores que explicam a penetração portuguesa no território é, novamente, a falta de unidade entre a população. Dessa maneira, a traição de Gatsi-Rusere<sup>240</sup>, líder Mwenemutapa, corrobora para a construção de uma narrativa que atribui à fragmentação do povo o motivo principal para a dominação colonial, pois, segundo a análise, a fragmentação gerou uma sucessão de acontecimentos que levaram as incursões portuguesas ao interior do território. Ao pedir poio aos militares portugueses para vencer as revoltas contra outras lideranças, Gatsi-Rusere permite que os portugueses explorem as melhores fontes cobre, ouro e estanho da região. Nesse sentido, como exemplo de coragem e resistência, após a morte de Gatsi-Rusere, o manual descreve a guerra de sucessão que levou à liderança como Mwenemutapa Caprazine, que derrotou seu irmão (que possuía o apoio dos portugueses) e conquistou o poder:

Caprazine expulsa então todos os portugueses do império e recupera todas as terras e minas que estavam em poder deles. As terras foram distribuídas pelos camponeses. Caprazine foi um chefe da resistência que morreu lutando contra a presença dos portugueses e dos chefes traidores na nossa terra.<sup>241</sup>

Percebe-se, portanto, que a narrativa heroica do povo moçambicano retorna à narrativa da literatura didática, pois, assim como esteve presente no manual didático utilizado nas zonas libertadas durante a luta armada contra os colonialistas portugueses, também pode ser observada no manual didático analisado nesse momento. Como forma de autoafirmação, o retorno a esse tipo de narrativa demonstra a estratégia de reafirmar a independência do país

<sup>239</sup> NEGRÃO, J. et. alii. **A História da minha pátria** - 5ª classe. Maputo: República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e cultura. INDE, 1986, p. 23

<sup>240</sup> **Gatsi Rusere – Mambo (rei) do Monomotapa**. Conflitos internos marcaram seu governo, após a política de aliança com os mercadores portugueses na região de Tete e Sena. Durante seu reinado, porém, ordenou o pagamento de tributos dos portugueses que comercializavam na região, o que gerou conflitos e a desestabilização do seu poder, até sua morte em 1624.

<sup>241</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 24.

com base na resistência ao invasor, assim como na luta contra as “tendências divisionistas” em Moçambique.

O papel do inimigo, o colonizador português, torna-se fundamental para a reafirmação da identidade de resistência e bravura do povo moçambicano. A relação entre o povo e os colonialistas, desde os primeiros contatos, é descrita com base na exploração realizada pelos europeus, conforme exposto no fragmento abaixo:

A penetração portuguesa no Império do Mutapa trouxe grande sofrimento aos camponeses. Os portugueses recrutavam homens, mulheres e crianças para trabalharem nas minas. Estes morriam frequentemente em desastres nas minas. O trabalho nas minas ocupava muito tempo aos camponeses, obrigando-os a abandonar suas machambas e aumentando assim a fome.<sup>242</sup>

Importante salientar que para afirmar o caráter unitário de pertencimento de Moçambique, a construção dos heróis nacionais – determinante para a estruturação dos projetos nacionalistas – é explorada de forma contundente pelo manual didático. Dessa maneira, além da construção de uma narrativa de unidade, o manual constrói também a heroicidade do povo moçambicano, personagem coletivo ao qual é delegado protagonismo durante os anos de resistência à exploração contra o colonialismo português. Esse sujeito, portanto, “refere-se ao ator social coletivo pelo qual os indivíduos alcançam o seu sentido na vida comum e dentro da qual engendram a ideologia e a política emancipatória”<sup>243</sup>. Convenientemente, a narrativa institui a composição da população a partir dos povos das mais diversas etnias existentes no território, sendo assim, o legado para a constituição da nação não está associado ao caráter étnico ou linguístico, conforme já tratamos, mas sim de acordo com a herança de resistência dos povos constituintes do território.

Um dos exemplos de resistência, diz respeito à formação do Império de Gaza<sup>244</sup>, localizado ao sul de Moçambique. Sua rápida expansão territorial entre os anos de 1821 e 1830, sob o comando de Soshangane, fulgura no manual como exemplo de unidade regional, o que incentiva, na narrativa do manual a ideia embrionária de nacionalismo, baseada na unificação territorial. Nesse sentido, o exemplo de resistência utilizado pela literatura didática exalta a participação de lideranças que se opuseram ao controle colonial. Os portugueses, vilões por excelência e representam a antítese necessária para a narrativa. Dessa maneira, as

---

<sup>242</sup> Ibid.

<sup>243</sup> BASÍLIO, op. cit., p. 178.

<sup>244</sup> **O Império de Gaza (1824-1895)**: Abrangia as regiões da África Austral, atual sul de Moçambique, sudeste do Zimbábue e parte da África do Sul. Sob a chefia de Sochangane (Chongana ou Manicusse), dominou o povo Ronga, assimilando outros mais, expandindo os domínios do Império. Após a morte de Sochangane, em 1858, a disputa pelo poder entre seus filhos Maeua e Muzila, foi vencida pelo último. Herdeiro de Muzila, Ngungunhane governou até 1895, quando derrotado pelas tropas portuguesas.

lideranças corajosas, que se opuseram aos portugueses, são exaltadas como um bom exemplo de identidade para o país, conforme descrito no manual didático:

Os colonialistas portugueses vieram para Moçambique. Eles queriam as nossas riquezas tais como o ouro, o marfim e o próprio homem para escravo. Eles desencadearam guerras contra o Povo de Moçambique para roubarem essas riquezas. Mas o Povo de Moçambique resistiu aos colonialistas portugueses. Muitas vezes eles foram derrotados por chefes e guerreiros corajosos.<sup>245</sup>

Um desses guerreiros, utilizado como grande exemplo de resistência, foi Ngungunhane<sup>246</sup>, Imperador de Gaza até seu aprisionamento pelos portugueses em 1895. Após a independência do país, foi elevado à figura de herói nacional do povo moçambicano, dessa maneira, a figura de “Ngungunhane preenchia (...) as condições suficientes para o projeto de construção da nação”<sup>247</sup>. De modo a edificar a unidade nacional, a construção do herói Ngugunhane foi entonada pela cúpula da Frelimo e, de acordo com Fernandes, a evocação dos seus feitos foi muito bem aproveitada pelo Partido, que o tornou o herói mais antigo da nação moçambicana; e, aproveitando a evocação da memória coletiva dos povos de Gaza, transformaram a derrota militar numa “alavanca para a construção da identidade nacional”<sup>248</sup>.

Da mesma maneira, Conceição, ao investigar a produção didática colonialista de Portugal, exemplifica como a personalidade de Ngugunhane foi explorada pelos portugueses. A autora salienta as atribuições negativas legadas ao último Imperador de Gaza, conforme consta em um livro de exercícios “Lições de História de Portugal”, da década de 1950. O exercício em questão ditava: “Em Moçambique, os Vátuas, chefiados pelo terrível \_\_\_\_\_ (a resposta sugerida seria Ngungunyane), são submetidos e castigados pelos portugueses”<sup>249</sup>. Essa narrativa é alterada pela literatura didática moçambicana, que busca, conforme Ribeiro, atribuir ao primeiro herói nacional moçambicano apenas suas características positivas, “como a ‘coragem’, a ‘inteligência’, e a ‘liderança’”<sup>250</sup>. Essas características estão evidenciadas na literatura didática da década de 1980:

<sup>245</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 39.

<sup>246</sup> **Ngungunhane, Gungunhana (ngungunyane, c. 1850-1906)**. Imperador de Gaza, região pertencente atualmente ao território de Moçambique. Herdeiro de Mazila, sucedeu o trono e foi governante de Gaza entre os anos de 1884 e 1895. Durante seu governo, estabeleceu a capital em Mandlakase. Mantinha relação com o governo português e com a *British South African Company*, o que marcou o contexto conturbado resultante dos interesses lusos e britânicos pelo controle da região. Após diversas batalhas contra as forças portuguesas, foi derrotado pelas tropas lideradas pelo Major Mousinho de Albuquerque. Após seu aprisionamento, foi desterrado primeiro para Lisboa e, posteriormente, para os Açores, onde faleceu em dezembro de 1906.

<sup>247</sup> RIBEIRO, 2005. Op. cit. p. 266.

<sup>248</sup> Ibid. p. 265.

<sup>249</sup> Lições de História de Portugal. Província de Moçambique, década de 1950 *apud* CONCEIÇÃO, 2015. Op. cit. p.173.

<sup>250</sup> RIBEIRO. 2005, op. cit., p. 266.

Ngungunyane enfrentou com êxito os portugueses em batalhas sucessivas. Mas a superioridade das armas daqueles, a falta de unidade entre os moçambicanos e a traição de alguns chefes, contribuíram para a prisão de Nygunguyane...<sup>251</sup>

Cabe ressaltar que os recursos didáticos do manual mostram fragilidade no que diz respeito à função instrumental como método de aprendizagem. Os exercícios sugeridos estão limitados, na maioria das vezes, a cópias de conteúdos no caderno, sem apresentar uma leitura que incentive o espírito crítico do aluno. Salientamos, assim, um dos exercícios sobre Ngugunhane, voltado à fixação dos conteúdos: “a) Cópia para o teu caderno o mapa da resistência no Sul. Localiza as principais batalhas, colocando no mapa as datas em que ocorreram. b) Escreve no teu caderno as principais razões da derrota dos nossos guerreiros”<sup>252</sup>. Como resposta à segunda questão, a narrativa da literatura didática induz a resposta, sugerindo à falta de unidade e a supremacia bélica portuguesa como fatores para a derrota dos guerreiros moçambicanos.

Importante notar que apesar das atitudes heroicas de Nygunguyane, o último Imperador de Gaza foi incapaz de derrotar as tropas portuguesas. Porém, sua derrota e prisão são atribuídas à “falta de unidade” dos moçambicanos, e, à fragmentação causada pela “traição de alguns chefes”. Importante destacar que mesmo se tratando de uma derrota militar, os feitos de Ngugunhane em Gaza foram utilizados como exemplo para a formação da identidade nacional moçambicana. Assim,

tendo permanecido na memória colectiva dos povos de Gaza, esta derrota acabaria por ser assumida pelo Estado moçambicano como um símbolo maior da luta contra o colonialismo e Ngugunhane progressivamente transformado no mais antigo herói nacional<sup>253</sup>.

Como característica comum para a construção da identidade nacional, o trabalho de heroificação realizado pelos historiadores nacionalistas acaba por ocultar características negativas das personagens para assim erigir o exemplo para a nação. Por exemplo, no caso de Ngugunhane, as qualidades de liderança, coragem e resistência ao colonialismo foram exaltadas, eliminando aspectos negativos de sua personalidade. Como aponta Ribeiro, sobre o processo de heroificação de Ngugunhane analisado por Liesegang<sup>254</sup>, algumas de suas características negativas, assim como a violência imposta por sua liderança em Gaza, foram eliminadas para a construção do herói nacional. Assim, a personalidade de Ngugunhane apresentava contrastes que deveriam ser contornados:

<sup>251</sup> NEGRÃO, 1986, op. cit., p. 44.

<sup>252</sup> Ibid., p. 49.

<sup>253</sup> RIBEIRO, 2005, op. cit., p. 265.

<sup>254</sup> LIESEGANG, Gerhard J. **Ngugunyane**: A figura de Ngugunyane Nqmayo, Rei de Gaza (1884-1895) e o Desaparecimento do seu Estado, Maputo, Arpac – Arquivo Histórico Cultural. 1986.

a vontade de ferro disfarçada de doçura do olhar em contraponto com a crueldade; a inteligência e a argúcia face ao comportamento tirânico desprovido de sentimento moral e de ética, acompanhado pelo consumo desmedido de álcool<sup>255</sup>.

Dessa maneira, o manual didático reafirma, novamente, uma narrativa sobre a necessidade de unidade entre os povos de Moçambique para a libertação nacional, buscando, assim, fomentar a adesão das novas gerações para a legitimação do projeto unitarista. Destarte, ao tratar do processo que culminou na ocupação efetiva de Moçambique pelo colonizador português, a literatura didática reitera a fragmentação do povo como motivo pelo qual a intervenção colonialista europeia se tornou possível. Essa característica permeia a construção de toda a narrativa do manual sobre o período anterior ao início da guerra de independência do país, descrevendo, dessa maneira que,

as lutas internas entre os moçambicanos, a traição de alguns chefes que se aliaram aos portugueses e a influência religiosa, permitiram que os colonialistas iniciassem muito cedo a exploração do nosso País. Até o século 19, foi sempre difícil a penetração portuguesa para o interior e a ocupação efectiva da nossa terra, devido à heroica resistência do Povo Moçambicano<sup>256</sup>.

Novamente podemos observar que a fragmentação, organizada em um conluio entre os portugueses e algumas lideranças, aparece como fator fundamental para a dominação da região no final do século XIX e início do século XX. Após a captura de Ngungunyane, outras formas de resistência são salientadas em algumas regiões de Moçambique no processo de conquista efetiva do território pelos portugueses. Como exemplo, a resistência dos chefes ao norte do país, são exaltadas pelos autores no manual didático:

Em 1895, os chefes Namarraís (nome dado ao povo da região entre o Monapo e a Ilha de Moçambique) uniram todos os seus guerreiros para lutar contra os colonialistas portugueses. Os principais chefes desta região eram Mocutu-Munu e Ibrahim.

Violentas e sucessivas batalhas foram travadas com êxito pelos grandes heróis Namarraís, Entre as várias destaca-se a heroica batalha de Mugenga.<sup>257</sup>

A narrativa de unidade estabelece que a união do povo, através da resistência ao colonizador, levaria a efetivação da empresa colonial portuguesa. Dessa forma, a unidade entre os “povos moçambicanos”, que, cabe salientar, não se reconheciam entre si como povo, é um exemplo de construção dos laços de pertencimento constituídos para a formação da identidade nacional moçambicana. É possível aproximar essa ideia de unidade à investida unificadora promovida por Samora Machel no período imediato à independência, quando,

---

<sup>255</sup> Ibid., p. 266.

<sup>256</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 42.

<sup>257</sup> Ibid., p. 46.

para simbolizar a unidade nacional, encabeçou a famosa marcha realizada em 24 de maio de 1975, a partir da província de Cabo Delgado, em Mueda, promovida pelo estribilho “Do Rovuma ao Maputo”, bordão que faz referência aos rios limítrofes localizados nos dois extremos do país.

Como visto até então, a literatura didática faz forte uso político da resistência para a autoafirmação do moçambicano como agente de sua própria história. Do mesmo modo, o uso da simbologia da resistência, a partir da utilização das lideranças que se digladiaram com os portugueses, fomenta uma concepção de continuidade de luta contra o colonialismo e o imperialismo. Não raro, para o projeto de constituição da nacionalidade moçambicana encabeçada pela Frelimo, será utilizado no manual didático todo o aparato simbólico dos anos de resistência ao colonizador, representado pelos povos que tinham sua influência na região antes da chegada dos europeus. Porém, devido ao apelo constante à unidade nacional para a constituição da nação e o “perigo” representado pelo tribalismo, os elementos étnicos são colocados em segundo plano para a construção da identidade nacional, sendo a resistência, a luta, e a heroicidade do povo os fatores mais explorados na narrativa.

Essa narrativa teleológica estabelecida pelo manual didático se baseia na configuração do povo moçambicano que, aliada à resistência e à heroicidade, culminaria inevitavelmente na unidade nacional e na formação da pátria socialista. A transmutação das características do povo, que durante o período de colonização resistiram, surgem engendradas aos aspectos específicos da exploração imperialista no continente. Dessa maneira, a exploração que anteriormente possuía características mercantilistas, baseadas nas trocas, negociações ou conflitos com os chefes das populações, passa a se configurar de acordo com a lógica colonialista, inerente à fase imperialista do capitalismo. Dessa maneira, a exploração do povo moçambicano é intensificada pela narrativa do manual didático, que realça as formas de exploração através da implantação das companhias de comércio em Moçambique, como, por exemplo, a Companhia do Niassa, do Zambeze e a de Moçambique. Denunciando o trabalho forçado, a partir da utilização do já citado *chibalo*, o manual didático ressalta às algúrias vivenciadas pela população:

Os trabalhadores-xibalo eram obrigados a trabalhar seis meses, findos os quais regressavam para junto de suas famílias. Para comprovar que tinham cumprido o xibalo, eram averbados nas cadernetas indígenas, o local e tempo de trabalho. Contudo, esse controlo e registro não impedia que um dia ou um mês depois, o recém-regressado fosse, de novo, preso e levado para o xibalo.<sup>258</sup>

---

<sup>258</sup> NEGRÃO, 1986, Op. cit. p. 54.

A partir disso, podemos destacar, como já abordamos anteriormente, as similaridades entre a exploração do *chibalo* durante o período colonial e a utilização da truculência da Frelimo nos campos de reeducação das *machambas* comunais. Gostaríamos de ressaltar a relação narrativa de transformação do povo moçambicano, de autóctone para camponês e/ou operário explorado, aparece no manual de acordo com as estratégias colonialistas. Essa narrativa possui sua ligação com as análises produzidas em Moçambique, principalmente com os grupos de estudos presentes no CEA, da UEM. Como já visto, a abordagem marxista atribui novo caráter à população, buscando corroborar para a representação dos moçambicanos como camponeses e operários com devir revolucionário. Da mesma maneira, o manual aborda o trabalho migratório como outra forma de exploração colonial sobre os trabalhadores:

O governo colonial português, para controlar e garantir a exploração dos trabalhadores, fez um acordo com o governo da África do Sul sobre os moçambicanos que iam para as minas. Esse acordo dizia que uma parte dos mineiros moçambicanos devia ser pago em barras de ouro ao governo português. O governo português descontava o imposto de palhota e pagava ao mineiro ou à sua família a parte que sobrava. Assim, o governo português enriquecia com o ouro que os mineiros moçambicanos mandavam da África do Sul.<sup>259</sup>

Como podemos perceber, exploração e resistência andam lado a lado na narrativa de formulação da identidade moçambicana. Para a consolidação do Estado moçambicano moderno, a abordagem de transformar os cidadãos em pessoas aptas tecnicamente para o desenvolvimento da nação, aparece como destaque. No manual didático foi instituído, assim, uma narrativa de reconfiguração da exploração e das estratégias de luta, que tinha como propósito formar a consciência das populações moçambicanas. Como salienta Gómez, a imposição de uma conscientização “de cima para baixo” – característica da concepção leninista de ensino – para adesão ao projeto nacionalista, pode ser considerado uma das falhas na política educacional da Frelimo, pois, segundo o autor, esse projeto desconsidera o papel da práxis social e da luta de classes para a formação da consciência de classe<sup>260</sup>. Outrossim, essa narrativa corrobora para a formação de uma ideia de povo assalariado e moderno, como se o mesmo tivesse constantemente reivindicado sua liberdade frente às amarras da exploração capitalista. Como exemplo da narrativa que evoca uma consciência de classe da população moçambicana, o manual expõe a forma de repúdio à exploração na qual “os

---

<sup>259</sup> Ibid. p. 54-55.

<sup>260</sup> GÓMEZ, op. cit., p.350-351.

trabalhadores dos portos e caminhos de ferro faziam greves para exigir aos patrões melhores salários e melhores condições de trabalho”<sup>261</sup>.

A Luta Armada de Libertação Nacional fulgura como um dos grandes momentos para a consolidação da unidade nacional instituída na narrativa do manual didático. Esse manual, em especial, contém em sua capa uma imagem carregada de significados: Eduardo Mondlane, representado em primeiro plano, guiando outros guerrilheiros, em combate à estrutura colonial e caminhando na direção da libertação da nação. A figura de Eduardo Mondlane, como se sabe, foi bastante explorada pela Frelimo, que a enalteceu de forma a transformá-lo em um dos grandes heróis da história de Moçambique. Dessa maneira, Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO e principal liderança da década de 1960 até seu assassinato em 1969, é descrito como grande herói nacional, principal responsável pela unificação de Moçambique para a independência, conforme destacamos: “Eduardo Mondlane foi uma figura incansável na luta pela unidade do Povo Moçambicano e pela libertação de sua Pátria. Foi o construtor da Unidade Nacional”<sup>262</sup>. Como exemplo de herói, pela consolidação da unidade e da libertação, a construção da figura mítica de Mondlane ultrapassa o sentido libertador. Como salienta Ribeiro, Mondlane, em conjunto com Ngugunhane e Samora Machel, tríade de heróis moçambicanos, teve sua imagem fabricada como articuladores históricos para a formação de Moçambique. Além de líder revolucionário, ao seu caráter são atribuídos valores que fundamentam o conjunto moral da identidade nacional. Dessa maneira, Eduardo Mondlane:

herói nacional, é também um herói da Frelimo, talvez o mais consensual dos ligados à luta armada, cujos dirigentes se tem encarregado, juntamente com os historiadores e outros configuradores da memória coletiva, de ampliar a sua heroicidade estreitamente vinculada à valores populares (...) Nos discursos e nos textos sobre Mondlane encontramos de forma regular os elementos que a moldam, como a sobrevalorização das origens humildes e a ligação com o povo, a sublimação do papel da mãe, considerada responsável pela inculcação da cultura da revolta contra o colonialismo, e a exaltação da sua personalidade como homem honesto, afável, e trabalhador”<sup>263</sup>

Percebemos que o processo de heroificação para a construção da nação moçambicana perpassou tempos históricos, contendo lógicas distintas para a formação da moçambicanidade, e ainda erigiu símbolos para a instituição de uma memória de resistência e luta do povo moçambicano. Ao encerrar a tríade de heróis nacionais, a figura de Samora Machel é abordada pelo manual como mártir da independência do país. Responsável pelo sucesso do processo de independência e consolidação da nação, a construção da simbologia elaborada em

---

<sup>261</sup> NEGRÃO, op. cit., p.56.

<sup>262</sup> Ibid., p.66.

<sup>263</sup> RIBEIRO, 2005, op. cit., p.18.

torno de Machel permanece viva no imaginário moçambicano. Lorenzo Macagno analisa a utilização política de sua figura na atualidade, expondo que,

sua imagem continua a ser reinventada pelos porta-vozes do país, dos grandes rituais nacionais, das celebrações de cultos aos mártires da pátria e, sobretudo, dos murmúrios que ecoam na cidade baixa (o centro de Maputo): ‘na época de Samora não havia corruptos como hoje’; se Samora vivesse não haveria delinquência em Moçambique (...)<sup>264</sup>

A utilização de sua imagem na história nacionalista, em comemorações do partido, e celebrações pela independência do país, instituíram no imaginário coletivo de Moçambique, uma relação intrínseca entre Samora e o “Povo”. Sua morte prematura, decorrente do desastre já mencionado, em 1986, foi utilizada para a construção do mártir da independência do país, além de exemplo de cidadão para toda a nação moçambicana. Dessa maneira, o manual didático descreve o que representa a sua morte para a nação:

O Presidente Samora Moisés Machel, pai da Nação e fundador da República Popular de Moçambique, é símbolo da unidade do Povo Moçambicano, de heroísmo e grandeza, era o melhor filho do nosso Povo.<sup>265</sup>

Ao exaltar as características positivas de Eduardo Mondlane e Samora Machel, como, por exemplo, a “luta pela unidade”, o “amor à Pátria” e o “heroísmo”, o manual didático institui as qualidades almeçadas para a formação dos novos cidadãos moçambicanos que, via de regra, podemos vincular aos princípios delegados à construção do Homem Novo. Ao buscarmos exemplos para a construção da moçambicanidade, percebemos atributos que contrastam também com a questão do inimigo da identidade moçambicana. Como visto anteriormente, a figura construída e propagandeada do *Xiconhoca*, era o mau exemplo, o “inimigo interno” a ser combatido. Esse inimigo, por ser favorável ao tribalismo, ao regionalismo, ao racismo e ao imperialismo, era alheio à cultura moçambicana; além disso, era contra a libertação da mulher, bêbado, corrupto, explorador, preguiçoso e individualista, ou seja, o inverso do almejado Homem Novo.

O universo moçambicano descrito pelo manual didático se insere, portanto, na lógica de consolidação da identidade nacional, partindo dos exemplos de heroísmo das figuras ilustres que construíram a nação. Como ponto de partida, a lógica instaurada para essa visão, insere-se na problemática de apagamento dos traços culturais das populações moçambicanas negligenciadas pelo projeto da Frelimo. Desse modo, a instauração de uma narrativa vencedora e emancipadora, baseada nas vitórias durante a guerra de libertação, tornou-se um

<sup>264</sup> MACAGNO, op. cit., p.30.

<sup>265</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 109

molde que, de acordo com a cúpula do Partido, “era preciso transmitir ao país, uma espécie de versão determinante da história da guerra da independência”<sup>266</sup>. Essa versão, coordenada pelos protagonistas do conflito armado que, como vimos, participaram também da elaboração de outros materiais didáticos moçambicanos, instaurou uma visão teleológica e determinante para a história do país. Com forte conotação política, podemos supor que a instauração da história da guerrilha como história oficial, traz apagamentos de outras histórias, outras resistências de grupos que também participaram da luta armada ou resistiram de outras maneiras ao colonialismo português. Sobre o problema em lidar com a pesquisa sobre o período, Coelho ressalta o lugar da luta armada para a historiografia moçambicana

(...) do ponto de vista institucional, era também muito frágil a situação da investigação da história da guerra. O processo de transmissão (diferenciado do da investigação), ocorria melhor nos centros políticos e publicava-se melhor nos fascículos partidários. No Curso de História da Universidade, uma disciplina, a da “História das Lutas de Libertação das Colónias Portuguesas”, constituía praticamente o único lugar de ensino desta matéria ao nível superior. A medida da sua “irreverência” em relação ao que chamávamos de versão determinante, a medida em que fugia à função política precisa que lhe estava subjacente, era assumida por Aquino de Bragança, sempre criativo e pouco enquadrável mas, no entanto, ele próprio claramente assumindo a posição de cronista da saga da Luta Armada de Libertação Nacional<sup>267</sup>

O estatuto de história oficial delegado pela historiografia nacionalista, coordenada pelos ex-combatentes dificulta, assim, a própria análise sobre o período efetuada por historiadores moçambicanos que, engajados na construção do socialismo em Moçambique, ocultam, de forma consciente ou não, dissidências e posicionamentos divergentes. Mesmo o boletim informativo “Não Vamos Esquecer!”, construído com o objetivo de dar voz à população moçambicana, a partir da coleta de fontes orais<sup>268</sup>, sobre as histórias durante o período da luta armada,

nunca conseguiu libertar-se da perspectiva populista de uma história feita pelos operários e camponeses e onde os historiadores aparentemente não tinham outro papel que o de relatores fiéis. Uma história, portanto, baseada na recolha e publicação de testemunhos orais.<sup>269</sup>

<sup>266</sup> COELHO, João Paulo Borges. Guerra Colonial/Luta de Libertação: as duas faces de uma mesma investigação. **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 93-107. p. 95.

<sup>267</sup> Ibid., p. 96.

<sup>268</sup> Até o ano de 1994, segundo Costa, o AHM possuía 1.129 horas de gravação de relatos pelo setor de Recolha de Fontes Oraís para a História, e um grande número das mesmas “já transcritas e traduzidas para português, das línguas Tsonga, Ronga, Xstwa, Cope, Bitonga, Macua, Lomwé, Yao, Nyanja, Maconde e Swahili” (COSTA, 1995, p. 496).

<sup>269</sup> COELHO, op.cit., p. 97-98.

No que se refere à utilização do manual didático para fins de formação cívica, esta insere preceitos voltados à formação de uma comunidade de herdeiros da resistência histórica do povo moçambicano. Como finalidade formativa da juventude moçambicana, a literatura escolar “uma vez que são destinadas a espíritos jovens, ainda maleáveis e pouco críticos, (...) constituíram-se e continuam a se constituir como poderosos instrumentos de unificação, até mesmo de uniformização nacional, linguística, cultural e ideológica”<sup>270</sup>.

Entretanto, o projeto promovido pela Frelimo é alvo de críticas que julgam a sua legitimidade como promotora da modernidade em Moçambique. De acordo com Elísio Macamo, no debate já mencionado sobre a “inexistência de Moçambique”, confrontando o posicionamento sobre a construção do nacionalismo em Moçambique do autor Michel Cahen, o sociólogo moçambicano busca, entre outras questões, responder a crítica elaborada sobre a imposição da visão de país para a construção do projeto nacionalista. Conforme o argumento de Cahen, a camada dirigente, que impõe essa visão, mostra-se, assim, produto direto da colonização, diferenciando-se do restante da população, “crioulos, portanto, alienados e descontentes, decididos a impor sua visão da condição do país, ela também ditada pelas circunstâncias”<sup>271</sup>.

Segundo Macamo, Cahen busca deslegitimar o projeto da Frelimo pela falta de inclusão étnica na construção da nação, tendo assim esse projeto sido constituído por uma minoria (os assimilados do sul do país), ou seja, uma camada intelectual que não levou em consideração a diversidade étnica da maioria da população. Sobre isso, Macamo salienta que

reprovar o projecto nacionalista da Frelimo com base no facto de este ser estranho ao povo —aos indígenas —afigura-se supérfluo, pois em nenhum ponto do mundo os camponeses, ou as populações rurais, ou mesmo a população iniciou um movimento nacionalista. Foram sempre as elites, não importa sob que capa, que inventaram as nações e, no processo, respondendo a preocupações pontuais das massas, envolveram o resto das populações<sup>272</sup>.

Como podemos observar, o estabelecimento dos ideais de nação, constituídos e impostos pelas elites, sistematizaram sob sua ótica os padrões, referenciais simbólicos e conjunto de valores para a formação da identidade nacional em Moçambique. Segundo Newitt, na tentativa de instaurar seu projeto político, a direção da Frelimo se distanciou da realidade da população moçambicana. Além disso, a Frelimo “era considerado como um

---

<sup>270</sup> CHOPPIN, 2004, op. cit., p.560.

<sup>271</sup> MACAMO, 1996, op. cit., p.357.

<sup>272</sup> Ibid., p. 361.

partido ‘sulista’, problema que se agravou com a localização física da capital no extremo sul do país”<sup>273</sup>. Dessa maneira, como prossegue o autor:

A influência dos intelectuais do partido parece ter fomentado a adopção de políticas mais arraigadas na teoria do que no conhecimento sólido do país e do povo, tendência que se agravou em virtude da maneira como o partido se distanciava cada vez mais das pessoas do povo e deixava, pura e simplesmente, de escutar o que elas e os líderes diziam<sup>274</sup>.

Do mesmo modo, como salienta Michel Cahen, a relação entre os régulos e a Frelimo se agravou com as políticas repressivas do Partido, adotadas a fim de coibir os poderes locais. Algumas das lideranças, principalmente as *macuas* do norte de Moçambique, majoritárias nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, possuíam laços históricos conflitantes com os *macondes* do Sul, grupo étnico que, conforme frisa o autor “seguiram em massa, a Frelimo na revolta contra os Portugueses, a partir de 1964”<sup>275</sup>. Da mesma maneira, os *macondes* denunciavam a participação *macua* no combate ao lado das forças portuguesas durante a guerra de independência.

Ao associar a diversidade étnica ao projeto político do colonialismo português, ou melhor, as “tendências divisionistas”, a Frelimo distanciou-se cada vez mais da população do interior do país, que, assolada pela Guerra Civil e à mercê das políticas de estado autoritárias, acompanhou o desmantelamento comunitário nas zonas rurais. Em consequência disso “sectores específicos das sociedades rurais, tais como os chefes locais tradicionais e os jovens, e mais tarde, comunidades inteiras conduzidas pelos chefes, aderiram à RENAMO, transferindo-se em massa para os territórios já controlados pelos “rebeldes”<sup>276</sup>.

Seguindo premissas alheias à realidade moçambicana como padrão para a sua transformação, o ímpeto unificador da Frelimo provocou, em menor ou maior grau, o desmantelamento das sociedades tradicionais, sendo que a discussão sobre a unidade e a diversidade se coloca como uma necessidade para a análise da formação da identidade nacional moçambicana.

O filósofo moçambicano Severino Ngoenha destaca que em Moçambique, seja sobre o período marcado pela guerra de libertação (1962-1974) ou sobre o período da I República, a lógica imposta sobre as sociedades seguiu tendências ideológicas marcadas pela complexa

<sup>273</sup> NEWITT, op. cit., p. 468.

<sup>274</sup> Ibid., p. 467-468.

<sup>275</sup> CAHEN, op. cit., p.54

<sup>276</sup> CASSAL, Adolfo Yanez. A violência em África – Da Guerra Primitiva à Guerra Civil em Moçambique: A violência como um facto social total. **Actas do Colóquio “Construção e ensino da História de África”**. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. P. 273-293. P. 289.

relação entre a “situação existencial dos povos de Moçambique e a evolução do contexto político mundial”<sup>277</sup>. Desse modo, percebe que os grupos (tanto os ligados à Frelimo quanto os movimentos separatistas no pós-independência) agiram, de forma consciente ou não, “pensados em função da estratégia mundial”<sup>278</sup>. E ainda, seguindo a lógica de unificação salientada através do manual didático, pretendia-se salientar a unidade nacional através da padronização da cultura, a fim de consolidar a noção de pertencimento comunitário:

O Povo moçambicano, dia após dia, tanto na escola como no trabalho, na música, na dança e na arte, desenvolve e consolida a Unidade Nacional. Em 1983 iniciou-se o SNE que combate o analfabetismo e torna a escola primária obrigatória e gratuita<sup>279</sup>

A campanha que visava a modernização de Moçambique, de acordo com os contornos ideológicos da Frelimo para a formação dos novos cidadãos, corroborou para salientar os contrastes de projetos e anseios da população moçambicana. De acordo com Ngoenha, ao tratar da unidade em Moçambique e da imposição de valores alheios aos povos, evidencia-se que “nunca existiu uma verdadeira unidade entre os diferentes grupos étnicos, culturais ou sócio econômicos quanto ao objetivo no novo Estado. Esta diversidade de opinião esteve sempre presente”<sup>280</sup>. Como exemplo, o autor cita o poema do escritor militante Jorge Rebelo, redigido durante a luta contra o colonialismo português, intitulado “No povo buscamos a força”, que representa os conflitos no seio da FRELIMO, enquanto movimento de libertação. Acreditamos ser importante salientar o trecho do poema na íntegra, assim como coloca Ngoenha em sua análise, pois, dessa forma, evidenciamos, diretamente, os anseios dos militantes:

Dos que vieram  
e conosco se aliaram  
muitos traziam sombras no olhar  
motivos ocultos  
intenções estranhas.

Para alguns deles a razão da luta  
era só ódio: um ódio antigo  
centrado e surdo  
como uma lança.

Para outros era uma bolsa:  
bolsa vazia (queriam enche-la)  
queriam enche-la com coisas sujas  
inconfessáveis.

Outros viemos.

---

<sup>277</sup> NGOENHA, 1992, op. cit. p. 67.

<sup>278</sup> Ibid.

<sup>279</sup> NEGRÃO, op. cit., p.101.

<sup>280</sup> NGOENHA, 1992, op. cit., p.67.

Lutar p'ra nós é ver aquilo  
que o povo quer  
realizado.

E ter a terra onde nascemos  
e ter p'ra nós o que criamos.  
Lutar p'ra nós é o destino  
é uma um ponte entre a descrença  
e a certeza do mundo novo.  
Na mesma barca nos encontramos.  
Todos concordam – vamos lutar.  
Lutar p'ra quê?

P'ra dar vazão ao ódio antigo?  
P'ra encher a bolsa com o suor do povo?  
Ou p'ra ganharmos liberdade  
e ter p'ra nós o que criamos?

Na mesma barca nos encontramos.  
Quem vai ser o timoneiro?

Ah as tramas que eles teceram!  
Ah as lutas que ali travamos!  
Mantivemo-nos firmes: no povo  
buscamos a força e a razão...<sup>281</sup>

Como descrito, o ímpeto unificador foi edificado durante a guerra de libertação, e intensificado a partir do reconhecimento do colonialismo português como inimigo comum. Porém, o sentimento de unidade forjado pela luta armada, corresponde à visão do grupo minoritário que logrou a independência do país. Sendo assim, o plano político da Frelimo, posterior à independência, projetou a padronização da diversidade cultural existente no território para a construção do modelo identitário, como também suas lógicas internas e valores subjacentes.

Como analisa Ngoenha, os paradigmas de pertencimento escolhidos após a libertação do jugo colonial, podem ser contestados a partir do seguinte questionamento: “se os modelos adotados após a independência, tanto o estado socialista como, após o fim da Guerra Fria, o estado democrático, são menos exógenos, menos alienantes e colonizadores que o projeto colonial português”<sup>282</sup>. Sua crítica se insere no conjunto de questões sobre como pensar Moçambique e o povo moçambicano livres do baluarte de paradigmas estabelecidos e impostos por agentes externos, expressada na imposição do modelo moderno de civilização. Nesse sentido, para o autor, a noção de pertencimento moçambicano sofreu a partir de sua relação conflituosa com o imperativo da modernidade em Moçambique, ou seja, isso pode ser

<sup>281</sup> Ibid., p.67-69.

<sup>282</sup> NGOENHA, Severino. “**Identidade moçambicana: já e ainda não**”. In SERRA, Carlos (ORG). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p.17-34 p.25-26 *apud* LIMA, 2016, op. cit., p. 77.

observado desde a imposição do sistema valorativo europeu imposto pelos portugueses aos povos tradicionais do país, perpassando pelos projetos do pós-independência. Para o autor, a adoção dos pressupostos marxistas-leninistas pelos atores políticos moçambicanos foi imposta por “um processo histórico-político”, e, do mesmo modo que o modelo democrático liberal, segue os passos de acontecimentos externos de Moçambique, ou seja, interfere na trajetória e na autonomia dos moçambicanos que participam da história de forma periférica<sup>283</sup>.

Ngoenha busca, dessa forma, encontrar a gênese da moçambicanidade e uma saída para a história de Moçambique. Nesse sentido, discute a formação identitária moçambicana, dando atenção aos laços identitários, formados a partir de modelos importados. Para o autor, “a nível nacional, podemos interrogar-nos se existem princípios culturais que podemos chamar propriamente moçambicanos; e se existem, como esses elementos tipicamente moçambicanos se manifestam?”<sup>284</sup>

Sua preocupação reside em pensar a identidade do indivíduo moçambicano, assim como a sua constituição histórica e cultural, afirmando que, para a constituição da identidade da população moçambicana, “a continuidade histórica e cultural, e depois a língua, fazem com que as nossas coletividades de pertença mais autênticas não seja Moçambique, mas as comunidades, primeiro, étnicas e, depois, outras mais alargadas”<sup>285</sup>. A imposição do projeto moderno produziu, em choque com as estruturas tradicionais da região, um novo elemento para a constituição da ideia de pertencimento para os moçambicanos e, de acordo com Ngoenha, “à medida que a presença colonial se intensificava, fomos assimilando um segundo esquema de identidade ao qual pertencíamos, sem que essa identidade nos pertencesse: o território colonial”<sup>286</sup>.

A cultura moçambicana, composta por uma diversidade étnica e cultural, é enquadrada, assim, a partir de modelos externos à realidade das populações. O manual didático, elaborado a partir das premissas modernas, determina a relação estabelecida entre os indivíduos das comunidades tradicionais e seus respectivos costumes – como exemplo, características caras ao universo africano como a ancestralidade ou a oralidade – vinculando-os à uma perspectiva ultrapassada e primitiva de visão de mundo. Como exemplo, o manual narra a relação entre “o Povo de Moçambique há muito, muito tempo” com a natureza e os seus fenômenos, assim: “explicavam-se os fenômenos naturais como por exemplo as secas, as

<sup>283</sup> NGOENHA, Severino; CASTIANO, José. **Pensamento engajado - Ensaio sobre a filosofia africana Educação e cultura Política**. Editora Educar, Centro de Estudos Moçambicanos e Etnociências (CEMEC) Universidade Pedagógica. Maputo, 2011. p.20 *apud* LIMA, 2016, op. cit., p.78

<sup>284</sup> NGOENHA, 1992, op. cit., p.28.

<sup>285</sup> Ibid., p. 29.

<sup>286</sup> Ibid., p. 30.

cheias e até as causas das doenças como sendo castigos dados pelos antepassados”<sup>287</sup>. Do mesmo modo, a ancestralidade é relacionada à superstição das populações moçambicanas e contrárias à ciência e à modernidade, assim como é observado a seguir:

Os agricultores pensavam que os antepassados, apesar de terem desaparecido, continuavam vivos num local estranho e desconhecido. Por isso, pediam ao curandeiro para contactar com eles. (...) Temos que lembrar que nessa altura não havia enfermeiro, médicos ou hospitais e que a população era muito influenciada pela superstição<sup>288</sup>.

Corroborando com a perspectiva europeia de evolução histórica, a narrativa do manual didático insere as características citadas acima para o início da história de Moçambique, localizando temporalmente aspectos intrínsecos às populações moçambicanas ao passado, nesse caso, como costumes “primitivos”. A visão linear e evolucionista de história, culmina, assim, no progresso, na emancipação e na transformação social, ou seja, na modernidade moçambicana. Salientamos, dessa maneira, a permanência de discursos de poder intrínsecos aos paradigmas da modernidade europeia e suas permanências na literatura didática de Moçambique contemporâneo. Como aponta Lima,

como a ciência moderna desqualifica qualquer tipo de conhecimento que não esteja pautado nas próprias bases de explicação do mundo, o processo de colonização determinou o tipo de conhecimento válido para se interpretar o mundo e definiu como superstição, magia e tradição todo um arcabouço de conhecimentos que não se adequavam a este conhecimento que se pretendia universal<sup>289</sup>.

Como forma de dominação, os pressupostos científicos para a modernização da sociedade permanecem como objetivos do Estado independente, visando a sociedade de destino moçambicana. A superação do tradicional seria, assim, o ponto de partida para a modernização da sociedade, a partir da transformação dos indivíduos “primitivos” em sujeitos padronizados de acordo com as referências externas à África, estabelecendo, dessa maneira, um novo estatuto identitário – um status de humanidade. Seguindo a visão eurocêntrica da marcha evolutiva das sociedades, a concepção teleológica de história, ao visar a modernidade, em África, se insere no problema da invisibilização dos costumes, práticas, e conjunto de saberes africanos. A partir do processo de inferiorização dos saberes das sociedades tradicionais, como salienta Lima, as ex-colônias, após a conquista da independência, assimilaram os mesmos critérios desenvolvimentistas que outrora foram impostos pelas antigas metrópoles. Dessa maneira, seguindo os paradigmas da modernidade, os novos

---

<sup>287</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 8.

<sup>288</sup> Ibid., p. 12.

<sup>289</sup> LIMA, 2016, op. cit., p.3.

estados impuseram, com base no discurso científico moderno, a continuidade da mesma lógica de dominação, assim:

A querela que se coloca é que tendo a ciência moderna se estruturado a partir de conteúdos e modelos próprios da realidade europeia, ela acaba por produzir e reproduzir a mesma lógica colonial, porque o ocidente passa a representar uma realidade ideal e o “resto” do mundo passa a caracterizar-se pela ausência, pelo que ainda não está pronto e por isso, é susceptível de intervenção.<sup>290</sup>

Valentim Mudimbe já havia contribuído para a discussão acerca da concepção sobre África a partir do discurso científico construído pelo ocidente. Como salienta o autor, a imposição dos paradigmas da modernidade, desde o colonialismo europeu no continente, demonstra a criação de um “etnocentrismo epistemológico”, o que revela a alteridade construída pela modernidade que, ao impor seu modelo científico de sociedade ao restante do mundo, constitui um discurso “legítimo” sobre África e sobre os africanos. Assim, nas palavras do autor,

Em nome do poder e do conhecimento científico, revelam de uma forma maravilhosa (...) um etnocentrismo epistemológico; nomeadamente, a crença de que cientificamente não há nada a aprender com “eles”, excepto se já for “nosso” ou surgir de “nós”<sup>291</sup>.

A criação de uma biblioteca colonial, parafraseando a noção construída por Mudimbe, permitiu o constructo de poder do ocidente, que a partir do estabelecimento de imagens e discursos sobre África, sem, na maioria das vezes, obter relação com o real ou com os saberes africanos, estigmatizaram as populações, construindo figuras denominadas “primitivas”, “selvagens”, “atrasadas”, portanto mitificadas, a partir da imposição de atributos alheios às populações. Dessa maneira, a visão deturpada sobre o continente, disseminada pelo discurso ocidental, mascarou a realidade dos universos africanos que, durante o colonialismo, e como podemos observar, após o processo de independência, permaneceu como discurso de poder com premissas civilizatórias.

No que se refere à política da Frelimo, o anseio de modernização da sociedade, se constitui a partir da continuidade do discurso sobre o “outro”. O paradigma da alteridade, assim, permanece nos discursos da Frelimo que estabelecem a criação do Homem Novo, visando a superação da sociedade “primitiva”. O discurso Iluminista de libertação da humanidade, presente no projeto da Frelimo e expresso nos manuais didáticos, configura-se a partir de um discurso de pretensão científica, e por isso de poder, sobre o “outro” – a população moçambicana que deve ser guiada à modernidade por ser “tribal”, “supersticiosa” e

---

<sup>290</sup> Ibid., p. 14.

<sup>291</sup> MUDIMBE, op. cit., p.32.

“obscurantista”. Afinal, não só como característica do poder instituído pela Frelimo, mas como resultado do processo histórico colonialista, “muitos líderes africanos, para legitimarem um processo político e estabelecerem o direito e diferenciarem-se dos colonizadores, aceitaram tais conceitos antropológicos coloniais como tribo, particularismo colonial, etc.”<sup>292</sup>.

Nesse sentido, acreditamos que a reflexão de Ngoenha se torna pertinente no que diz respeito à constituição histórica dos laços de pertencimento moçambicano, os quais sofreram, segundo o autor, com o processo de padronização para a formação da “cultura moçambicana”. Assim, Ngoenha faz menção à complexificação da sociedade, referindo-se ao choque civilizacional em Moçambique, local que foi palco do encontro de diferentes historicidades. Para a formação dos moçambicanos, como destaca o autor

horizontalmente, somos misturas de duas historicidades: uma colonial e outra étnica. Enquanto a historicidade europeia, fonte das nossas instituições estatais, guia a ação da nossa política institucional, a historicidade étnica ou herança cultural autóctone, atrofiada pelo choque de civilizações do qual foi vítima, incarna a consciência coletiva das populações moçambicanas.<sup>293</sup>

Com sua análise, Ngoenha sugere a reflexão sobre a imposição dos modelos externos que tentaram reger a sociedade moçambicana, e que influenciaram, também, na constituição de uma identidade moçambicana, sendo que a “identidade moçambicana não é, nem simplesmente étnica, nem simplesmente europeia”. Desse modo, existe sim, um “amalgama étnico”, constituído pelo desenrolar do processo histórico, fazendo de Moçambique um “lugar de encontro e de diálogo entre tipos diferentes de historicidade”<sup>294</sup>.

Como vimos, a estrutura do manual didático “A História da Minha Pátria”, contribui para o estabelecimento de uma perspectiva modernizante de sociedade, condizente com o projeto da Frelimo, que privilegia, em sua narrativa, o protagonismo do heroico povo moçambicano contra o colonizador, e evoca, dessa forma, os heróis nacionais para a afirmação da identidade nacional. Do mesmo modo, impõe símbolos e representações alheios às comunidades moçambicanas, estigmatizando ou silenciando as diferentes identidades constituintes das populações do país.

As contradições em que estava inserida a nação durante a década de 1980 não permitiram a conquista dos objetivos propostos pela Frelimo. A partir da segunda metade dessa década, o sonho de construção da pátria socialista começa a dar lugar à abertura econômica ao capitalismo e a adesão aos órgãos financeiros internacionais, preconizando a vindoura abertura política de 1994. Porém, a paz entre Moçambique e África do Sul,

<sup>292</sup> Ibid., p. 228.

<sup>293</sup> Ibid., p. 30.

<sup>294</sup> Ibid., p. 30-31.

formalizada com o Acordo de Nkomati, em março de 1984, não foi suficiente para a reestruturação do Estado socialista. A segunda metade da década de 1980 foi desastrosa para a história de Moçambique e soterrou de vez as aspirações do projeto nacionalista moçambicano característico do pós-independência. A partir de 1984, a adesão ao BM e ao FMI, demonstraram a intensificação de um pragmatismo econômico que buscava salvar a economia do país, o que alterava a perspectiva econômica com base na ideologia marxista, anteriormente frisada pelo III Congresso da Frelimo. Porém, o colapso da autoridade governamental e a desagregação econômica ficaram mais visíveis após o desastre aéreo que causou a morte do presidente Samora Machel e sua comitiva, em março de 1986. Entre eles, Aquino de Bragança, diretor do CEA, estava entre as vítimas o que intensifica o processo de desvitalização do Centro de Estudos Africanos, em crise desde o assassinato de Ruth First, em 1982.

Coube assim a Joaquim Chissano, empossado presidente após o assassinato de Samora Machel, encaminhar Moçambique à reabertura econômica e política do país. A partir de 1986, o abandono de antigas políticas começou a ser verificado. Já em 1988, o presidente põe fim à Operação Produção, mesmo sendo defensor do projeto. O V Congresso da Frelimo, ocorrido em julho de 1989, marca o fim da ideologia marxista-leninista como mote do Estado moçambicano, e, assim, é marcado o fim do projeto de construção do Homem Novo. A partir de 1992, período marcado pela assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma entre a Frelimo e a RENAMO, a reformulação do SNE indica os novos princípios políticos e filosóficos para a formação dos cidadãos. A partir da década de 1990, a finalidade do SNE, conforme documento publicado pelo Ministério da Educação, corresponde a “contribuir para a formação do Homem moçambicano, com consciência patriótica, cientificamente qualificado, profissional, tecnicamente capacitado e culturalmente liberto”<sup>295</sup>. No que diz respeito à unidade nacional, o MEC pronunciou que

a unidade nacional é uma condição indispensável para a sociedade democrática que estamos a edificar. Ela deve basear-se no respeito pela diversidade, seja de ideias, das tradições culturais, de convicções religiosas, de origem étnica ou de gênero”<sup>296</sup>

A formação do Homem Novo, portanto, não mais iria basear os ideais comunitários para a formação dos cidadãos moçambicanos. A padronização da sociedade, preconizada pela Frelimo, foi perdendo com o tempo o entusiasmo revolucionário, devido aos problemas

<sup>295</sup> MINED – Ministério da Educação. Balanço da introdução do sistema nacional de educação. Direção de Planificação. Maputo, 1991, p.3. *apud* Macagno, 2009. Op. cit. p. 26.

<sup>296</sup> MEC. Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação. Maputo, MEC, 1995. p. 3. *apud* BASÍLIO, op. cit., p. 132.

estruturais e as estratégias malogradas da Partido, e com isso, segundo Macagno, o Homem Novo foi se transformando em um termo um tanto quanto antiquado, “não tanto pelas visões de messianismo salvacionista ou pelos *ex-abruptos* moralistas que evoca, mas sim porque a sociedade moçambicana foi se complexificando à medida que aquela fraseologia se transformava, progressivamente, em uma cópia desgastada de si mesma”<sup>297</sup>.

Para o caso moçambicano, portanto, os objetivos estabelecidos para a formação do Homem Novo corresponderam à imposição de lógicas externas aos valores da população a partir da adoção da perspectiva marxista-leninista. Esses pressupostos, amalgamados aos modelos de inteligibilidade e formação de consciência histórica oriundos do choque entre as distintas modernidades em Moçambique, tornaram o país um local de questionamento sobre a lógica da modernidade.

Dessa forma, na literatura didática do período estudado encontramos o estabelecimento de anacronismos, silenciamentos, recortes culturais e o encontro de distintas temporalidades como influência para a construção do projeto de formação da identidade nacional moçambicana. Vimos que como foram instrumentos utilizados para a formação cívica dos cidadãos, podemos considerar os manuais didáticos fontes profícuas para estudo, no que diz respeito à pesquisa sobre as estratégias adotadas por seus agentes promotores, como, por exemplo, a veiculação de conteúdo, as formas de abordagem e os valores imbuídos para a formação dos indivíduos.

---

<sup>297</sup> MACAGNO, op. cit., p. 26

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar a construção da identidade nacional moçambicana projetada pela Frente de Libertação de Moçambique. O trabalho levou em consideração o período anterior à independência do país, durante a guerra de libertação do jogo colonial português, até a I República, período no qual a Frelimo desempenhou papel fundamental ao propor os laços de pertencimento comunitário, considerados indispensáveis para a consolidação da unidade nacional e para a autoafirmação do Estado no contexto da Guerra Fria. Ao assumir o poder uma das medidas adotadas pela Frelimo foi desenvolver a escrita da história do país e relacioná-la aos projetos de nação em andamento, com isso, visava a modernidade, a partir da construção de novos cidadãos. Para isso, a análise sobre a literatura didática disponível permitiu identificar as mudanças estruturais para consolidação do Estado socialista e sua reorganização. Ao longo da pesquisa podemos perceber que o material didático tinha como um de seus objetivos atender as demandas do Partido, e, assim, relacioná-las ao contexto político-econômico que lhes fosse respectivo.

Para estabelecer os laços de pertencimento comunitário de acordo com o projeto de edificação da sociedade moçambicana, a FRELIMO, enquanto Frente de libertação e, posteriormente, como Estado monopartidário, vinculou os ideais revolucionários socialistas ao projeto de nação, após o processo que levou ao alinhamento ideológico do movimento guerrilheiro. Para isso, a necessidade de criar novos indivíduos que pudessem aderir aos ideais forjados durante a luta armada, tornou-se uma tarefa fundamental.

Nesse sentido, a utilização dos manuais didáticos nas zonas libertadas exerceu uma dupla funcionalidade: a primeira, possuía a função prática relacionada à educar a população através da criação da história de Moçambique sob a perspectiva revolucionária de aversão ao colonialismo e ao imperialismo. Essa perspectiva foi importante para fomentar a emancipação do país e instaurou as bases para a educação moçambicana que foi característica durante a I República. A segunda função diz respeito ao caráter ideológico para a formação da cultura moçambicana. Como exemplo, a criação do modelo de narrativa histórica instituída pelos primeiros manuais didáticos e textos de apoio, utilizados na guerrilha, buscou corroborar para a criação da pátria moçambicana homogênea e padronizada, ao considerar a unidade do povo como vetor essencial para a vitória contra as forças portuguesas, do mesmo modo, desconsiderou a diversidade etnocultural presente. Mesmo que a territorialidade tenha sido definida em finais do século XIX, com a partilha de África pelas potências imperialistas

européias, a construção da história almejada em Moçambique visava incutir no imaginário nacional a noção de continuidade fomentada pela luta anticolonial.

Como característica dos nacionalismos africanos do período, o caso moçambicano amalgamou em sua criação os ideais revolucionários para a transformação social. Nesse sentido, para a escrita da história de Moçambique, a Frelimo traçou como objetivo a ruptura com o colonialismo para a institucionalização de uma história genuinamente moçambicana, corroborando, assim, com a visão afrocêntrica que exaltava a autonomia, a resistência e a liberdade da nação.

Porém, a herança do colonialismo deixou marcas para a construção dos ideais identitários do nacionalismo moçambicano. A dominação efetivada pela intervenção colonialista europeia impôs o modelo ocidental de organização do espaço físico, formação das instituições e de inserção de modelos econômicos e de um conjunto de valores vinculados à modernidade. Alheios aos ideais de pertencimento das comunidades africanas, a inserção dos paradigmas europeus interferiu no cotidiano das populações, no seu modo de pensar, e, como parte da estrutura de dominação europeia, corroborou para a construção dos discursos estereotipados sobre África e sobre as populações africanas.

Para a educação colonialista instituída por Portugal, a negação do estatuto de humanidade aos povos da região, ou seja, a institucionalização de uma “quase humanidade”, foi estabelecida pelas leis coloniais e incorporada na formação de uma literatura didática que, através da narrativa civilizatória dos portugueses em África, formou uma visão etapista de sociedade. Visando a “evolução dos povos nativos”, o modelo de racionalidade europeu perpetrou em África através de uma perspectiva etnocêntrica, imanente no processo de expansão colonialista, construindo, como já disse Mbembe, a disseminação de mentiras e alucinações sobre os africanos e África no imaginário europeu.

Os manuais didáticos produzidos pela Frelimo procuraram superar o discurso histórico do colonizador, nesse sentido, a escrita da história da nação, embora a população do território não se reconhecesse como pertencente à mesma, foi um instrumento importante para a emancipação colonial. Como mecanismo utilizado para educação durante o processo de independência, o estabelecimento de uma história genuinamente moçambicana se mostrou ideologicamente importante para a emancipação.

Para a escrita dessa história, sob a perspectiva de resistência ao colonizador e vinculada aos ideais dos movimentos de libertação de outras colônias africanas, os autores dos manuais, vinculados ao movimento armado, pregaram a unidade para a conquista da libertação nacional. Dessa forma, procuraram inspirar os guerrilheiros em formação e as

novas gerações a partir de uma “perspectiva revolucionária”. De caráter metodológico marxista, a função ideológica da literatura didática era, portanto, transmitir às novas gerações os conhecimentos necessários para a formação da “cultura moçambicana”, e constituiu um vetor indispensável para a construção da identidade do país.

Como linha mestra na narrativa didática, a resistência e a unidade nacional, almejadas pelos agentes promotores dos manuais, eram temas frequentes e essenciais. Através deles, vinculavam-se distintas lógicas das sociedades moçambicanas, em ligação com as diversas historicidades presentes no território. No primeiro momento, de caráter radicalmente anticolonial, a evocação da cultura nacional remonta à perspectiva histórica necessária para alcançar o progresso da nação e, assim, a formação das suas “modernidades imaginadas”.

Do mesmo modo, a construção da moçambicanidade perpassou pela escrita da história e sua institucionalização através dos manuais didáticos. Esse fator é percebido a partir da clivagem de uma história de resistência nacional que avança contra as incursões portuguesas e, diante disso, são estabelecidos, nos manuais, os recortes culturais desejáveis para a formação dos valores coletivos em escala nacional. De caráter protonacionalista, as abordagens pretenderam formar o imaginário nacional a partir de uma narrativa de unificação e resistência desde a chegada dos primeiros colonizadores lusos.

Para isso, combater as “tendências divisionistas”, passou a ser a estratégia primordial para a consolidação da unidade. A fragmentação da população, as formas de organização denominadas “tribalismo” e “regionalismo”, eram considerados fatores responsáveis pela dominação colonialista e, assim, um empecilho para a consolidação da nação. Como vimos, esse projeto unitarista assumido pela direção do movimento guerrilheiro foi foco de inúmeros conflitos, e contou com oposição dentro e fora da organização do movimento armado, pois, entre outros fatores, o projeto estimulou um programa que não tomou como partida a diversidade étnico-cultural presente no território e negligenciou as demandas identitárias de parcela considerável da população.

Após a independência, a Frelimo utilizou o aparato burocrático estatal para a consolidação dos seus projetos econômicos, sociais e políticos. Nesse sentido, a educação foi considerada fundamental para a construção da identidade nacional moçambicana. Alinhados ideologicamente às demandas políticas da Frelimo, os profissionais vinculados às instituições de ensino e pesquisa de Moçambique independente relacionaram a produção de conhecimento à formação da nação socialista. Como alicerce para a consolidação desse projeto, a educação fulgurou como peça-chave na engrenagem moçambicana para o estabelecimento dos novos ideais de desenvolvimento nacional, fato que foi possível observar através da análise dos

manuais didáticos. Os conteúdos dos livros que fizeram parte dessa pesquisa demonstraram, entre outros fatores, a preocupação com a formação de cidadãos engajados na edificação da nação moderna, e, dessa forma, alheios aos vícios herdados do colonialismo e das comunidades tradicionais.

Os intelectuais vinculados às instituições estatais inauguraram um período profícuo de produção de conhecimento desde Moçambique, evidenciando a originalidade dos materiais produzidos no contexto da África Austral. A formação do Centro de Estudos Africanos, salienta a preocupação das autoridades moçambicanas em analisar o contexto do período e, do mesmo modo, demonstra a intencionalidade de se escrever a história do país seguindo os pressupostos do materialismo histórico – assumido pelo Estado a partir do III Congresso da Frelimo de 1977. Sob esse prisma, o Partido aliou a educação à formação dos quadros necessários para o desenvolvimento da nação nos setores deficitários e corroborou, assim, para o estabelecimento de uma escrita da história fortemente embasada no arcabouço teórico marxista.

No primeiro momento a área da educação fomentou a formação de quadros para a guerrilha, a partir de uma narrativa escolar voltada à emancipação e formação da unidade; por outro lado, nos primeiros anos do pós-independência os materiais didáticos demonstraram a preocupação em afirmar a construção da nação, sob orientação das premissas científicas e modernas para a consolidação da pátria socialista. Ressalta-se, porém, que a utilização da perspectiva marxista para a análise dos fenômenos moçambicanos partiu da adoção de pressupostos modernos e alheios aos acontecimentos do país. Além disso, a visão estruturalista e etapista, característica inerente à escrita da história de alguns países do período, demonstra deslocamentos conceituais e anacronismos, ao criar a narrativa histórica pretendida pelos organismos de poder. Importante salientar que os imperativos políticos influenciaram a configuração da história de Moçambique, que buscavam legitimar as análises de acordo com os discursos científicos que emanavam das instituições de ensino e pesquisa do país.

Nesse sentido, a escrita da história de Moçambique no pós-independência, potencializou o discurso de modernização da sociedade durante o período de maior euforia revolucionária. Na narrativa didática estão presentes elementos para a compreensão, de forma científica, da realidade moçambicana e da conjuntura em que estava inserida.

Essenciais para a disseminação da ideologia, cultura, língua e dos valores da classe dirigente, os manuais didáticos moçambicanos expressavam a idealização da nação de acordo com os pressupostos políticos estabelecidos. Assim, os manuais possuíam a funcionalidade de

levar à cabo os projetos estabelecidos, dessa forma a Frelimo buscou afirmar a história da nação e do “povo moçambicano”, padronizando os costumes e valores, assim como as noções de pertencimento que deveriam ser transmitidas às novas gerações. Sob o molde da modernidade, a construção da identidade expressa nos manuais didáticos assumiu uma importância política e ideológica diante da emanção dos discursos de poder sobre Moçambique. A escrita da história da nação, de acordo com a perspectiva unitarista do Partido, velou características culturais e históricas das populações moçambicanas, e pretendia, assim, apagar a diversidade étnica das comunidades. As ideias que ancoraram a produção didática do período corresponderam à um projeto moderno que objetivou a formação de novos indivíduos para a perpetuação de uma nova identidade. Essas ideias, compartilhadas pelos principais dirigentes do Estado, possuía como base a construção do Homem Novo.

A perspectiva histórica de Moçambique articulada pela Frelimo tinha como ponto de partida o “novo”, em contraponto ao “antigo”, e foi reafirmada após a formulação da Lei do Sistema Nacional de Educação, em 1983, que corroborou para a ratificação dos antigos paradigmas assumidos pelo Partido. Em um contexto de agravamento dos problemas estruturais, principalmente decorrentes da Guerra Civil e da incapacidade de cumprir com os planos de desenvolvimento estabelecidos para a década de 1980, a formação cívica dos indivíduos ganhou impulso a partir da institucionalização desse dispositivo legal. Porém, as contradições inerentes ao contexto moçambicano, impediram o cumprimento das demandas estatais, problema que não atingiu somente a área da educação. Evidentemente, não é possível reduzir a responsabilidade da crise estrutural moçambicana da década de 1980 somente ao Partido. Bem sabemos que a intervenção sul-africana e o contexto econômico internacional no final da Guerra Fria não foram favoráveis às nações africanas recém libertadas.

Devemos destacar, ainda, que os fatores políticos internos e a institucionalização de políticas malsucedidas para a transformação social e econômica, fomentaram os conflitos que, somando-se à intervenção estrangeira no país, levaram gradativamente ao fim o projeto socialista de Estado em Moçambique. Dentre a implementação de medidas que visavam a transformação social, foi possível observar a negligência do Partido quanto às demandas de grande parte da população. Esse fator foi evidenciado, por exemplo: na exclusão das antigas lideranças que outrora participavam da política colonial, no autoritarismo presente na Operação Produção, e nos conflitos particulares com alguns grupos étnicos. Essas medidas, como vimos, impulsionaram a desestruturação, já existente, do projeto socialista no país.

No combate às manifestações dissonantes ao projeto político, os manuais didáticos apresentam, em seus meandros discursivos, reminiscências dos modelos civilizatórios

herdados desde o processo de expansão colonialista. Nesse sentido, conseguimos perceber paralelos entre os modelos normativos civilizatórios da escola colonial e da escola moçambicana, ao passo que partiram do mesmo princípio iluminista de elevação do moçambicano ao estatuto de “civilizado”. Como resultado, as formas distintas de pensar Moçambique seguiram preceitos externos à população e à história do continente africano. Se, em um primeiro momento o colonialismo português previu a formação dos “assimilados”, indivíduos intermediários entre o “indígena” e o “civilizado” cidadão português, o projeto da Frelimo do pós-independência não deixou de acompanhar a perspectiva eurocêntrica para a padronização da população, isso é percebido na pretensão de superar os valores tradicionais indesejáveis para a formação dos cidadãos. As premissas da modernidade, nesse sentido, apesar das contradições ideológicas características dos dois projetos, seguem paradigmas exteriores à realidade moçambicana.

Utilizados para a categorização de padrões de comportamento e valores das comunidades tradicionais, os dirigentes da Frelimo utilizaram os paradigmas da modernidade para classificação dos referenciais adjacentes às populações moçambicanas. A percepção de consciência histórica pelos assimilados que lograram a liderança após a independência, salientou a necessidade imposta pela conjuntura de romper com a história do colonizador. Ao arcabouço teórico constituído pelas instituições do colonialismo, encontramos referências para a dominação das populações, como normas de convivência e formas de modelagem da identidade dos indivíduos coloniais. Após a independência, a organização “primitiva” da sociedade, possui no “tribalismo” seu correspondente, assim como no denominado “regionalismo”, ambos considerados inimigos a serem combatidos para a conquista da unidade nacional. A visão iluminista e etnocêntrica, assim, perpetuou-se nas conotações utilizadas para denominar os traços culturais das sociedades moçambicanas. Da mesma maneira, os valores denominados “obscurantismo” e “superstição”, por exemplo, demonstram o recrudescimento das concepções eurocêntricas que banalizam os universos africanos, dessa vez, praticados pelos dirigentes do projeto de formação da identidade nacional.

Dado o exposto, o desafio que se insere para a escrita da história em África, e em Moçambique, diz respeito à formação de um aparato analítico que auxilie a compreensão dos acontecimentos inerentes aos universos africanos e que respeite, assim, as formas originais de organização social existentes, no caso moçambicano, das populações que vivem do “Rovuma ao Maputo”. A escrita da história foi muito relevante para a autoafirmação dos moçambicanos como agentes de sua própria história e para a consolidação de Moçambique independente. Porém, vimos que, como expresso nos materiais didáticos, os valores invisibilizados pelo

colonialismo e pelos projetos identitários silenciaram por muito tempo as práticas e o conjunto de saberes africanos. Nesse caso, a necessidade em inscrever na literatura didática as histórias subalternas, que sofreram com o silenciamento e apagamento através da visão normalizada pelo Estado, apresenta urgência, para que dessa forma seja possível superar a visão etapista e estereotipada construída sobre as populações africanas.

## FONTES

a. MOÇAMBIQUE. Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. *História de Moçambique*. Coleção Libertação dos Povos das Colônias - Volume 2. Porto: Edições Afrontamento, 1971.

b. MOÇAMBIQUE. *História*: manual da 11<sup>a</sup> classe. Maputo: República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e Cultura, 1981.

c. NEGRÃO, J. et. alii. *A História da minha pátria* - 5<sup>a</sup> classe. Maputo: República Popular de Moçambique. Ministério da Educação e cultura. INDE, 1986

### Demais fontes:

FRELIMO. Relatório do Comité Central do partido FRELIMO, III Congresso, Maputo, 1977.

MOÇAMBIQUE. Constituição (1975). Constituição da República Popular de Moçambique. Maputo, 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>. Acesso em fevereiro de 2020.

MOÇAMBIQUE, Lei n° 4/83, de 23 de março de 1983. Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação. Boletim da República I Série n° 12 - 3° Suplemento. Maputo, 1983. p.13-21. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/documentos\\_educacao.html](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/documentos_educacao.html). Acesso em julho de 2017.

MACHEL, S. M. Discurso na 6<sup>a</sup> Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não-Alinhados. In: FILHO, José M. (Org.). *Fidel: A Nova Escalada dos Não-Alinhados*. Porto Alegre: L & PM Editores Ltda, 1980

\_\_\_\_\_. Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova de desenvolver a pátria. Coleção estudos e Orientações. Maputo: Edição do Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, 1978.

\_\_\_\_\_. A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da Sua Continuidade, Condição do seu Triunfo. (1973). In: *A Libertação da Mulher*. São Paulo: Global Editora, 3<sup>a</sup> edição: Fevereiro, 1982.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Os melhores anos de nossas vidas**: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPG – Antropologia social, Campinas, 2011.

BARATA, Jorge Manuel Rodrigues Mendes. **Xiconhoca, o inimigo**: A denúncia de todos os males sociais à revolução moçambicana por meio do cartum. Dissertação (Mestrado em Comunicação). PPG-CECA/Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2015.

BASÍLIO, Guilherme. **O Estado e a Escola na construção da identidade política moçambicana**. 2010. 249 f. Tese (Doutorado em Educação: currículo). PPG- Educação, São Paulo, 2010.

BOWEN, Merle, “Beyond Reform: Adjustment and Political Power in contemporary Mozambique”. **The Journal of Modern Africa Studies**, n.30, 1992. p.255-279.

BRAGANÇA, Aquino de. Editorial: Relançamo-nos. **Estudos Moçambicanos**, nº4, CEA-UEM, Maputo, 1983, p.2-4.

BRAGANÇA, Aquino de; FIRST, Ruth. Editorial: Socialização do Campo e Planificação. **Estudos Moçambicanos**, nº2, CEA-UEM, Maputo, 1981, p.2-8.

\_\_\_\_\_. Editorial: Do Chibalo à Libertação da África Austral. **Estudos Moçambicanos**, nº2, CEA-UEM, Maputo, 1981, p.2-8.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique**: identidades, colonialismo e libertação. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://macua.blogs.com/files/mo%C3%A7ambique-jlcaba%C3%A7o-2007-brasil.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anticolonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colônias portuguesas e de Moçambique em particular. **Africana Studia** (Porto, Faculdade de Letras, Centro de Estudo Africanos), VIII, 2005, 339p.

CHABAL, Patrick. Imagined Modernities: Community, Nation and State in Postcolonial Africa. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. **Comunidades Imaginadas**. Nação e nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008. p. 41-48.

CHOPPIN, A. O Historiador e o livro escolar. **História da educação**. Pelotas. n.11, abr. 2002, p.5-24.

\_\_\_\_\_, História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. **Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: entre Brasil e Moçambique - 1950-1995**. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em História Social) PUC-SP, 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12866/1/Maria%20Telvira%20da%20Conceicao.pdf> Acesso em: 30 set. 2017.

COELHO, João Paulo Borges. Guerra Colonial/Luta de Libertação: as duas faces de uma mesma investigação. **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 93-107.

COSTA, Inês Nogueira da. Importância dos arquivos na Construção e Ensino da História de África: O Arquivo Histórico de Moçambique. **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 491-499.

DARCH, Colin. Escritos e investigação em Moçambique (1975-1980). **Estudos Moçambicanos**, nº. 1, CEA-UEM, Maputo, 1980, p. 11-120.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1979.

FERNANDES, Carlos Manuel Dias. **Dinâmicas de Pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique pós – independente: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990**. Tese (Doutorado em História) PPG-Estudos Étnicos e Africanos/UFBA, Salvador, 2011.

FERNANDES, Carlos Manuel Dias. Intelectuais orgânicos e legitimação do Estado no Moçambique pós-independência: o caso do centro de Estudos Africanos - 1975-1985. **Afro-Ásia**, n. 48 (2013), p.11-44.

FIRST, Ruth. Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório. **Estudos Moçambicanos**, nº.1, CEA-UEM, Maputo, 1980, p. 2-8

FRELIMO. **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO: O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular**. Colin e Agnes Darch, Maputo, 1977.

GÓMEZ, Miguel Buendía. **Educação Moçambicana – História de um processo: 1962-1984**. Maputo, Livraria Universitária, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. - 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. IN: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, p.271-282.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOFISSO, Narciso. A Problemática da Utilidade dos Manuais de História no Ensino Primário de Moçambique. **Actas do Colóquio “Construção e Ensino da História da África”**. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa: Linopazas Ltda, 1995. p. 555-564.

KRUKS, Sônia. From the nationalism to marxismo: the ideological history of frelimo: 1962-1977”, in: Irving Leonard Markovitz (ed), **Studys of power and class in Africa**. NovaYork, Oxford university Press, 1987.

LIMA, Paula Sophia Branco de. **Moçambique como lugar de interrogação**: a modernidade em Elísio Macamo e Severino Ngoenha. Cape Town, África do Sul: African Minds, 2016.

LIMA, Cláudia Silva. O Centro de Estudos Africanos (CEA) em Moçambique e sua Produção Historiográfica. **XVII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis-ANPUH/2015, p 1-17, p. 14.

LIESEGANG, Gerhard J. **Ngugunyane: A figura de Ngugunyane Nqmayo, Rei de Gaza (1884-1895) e o Desaparecimento do seu Estado**. Maputo, Arpac – Arquivo Histórico Cultural. 1986.

MACAMO, Elísio S. A Nação Moçambicana como Comunidade de Destino. **Lusotopie**, p.355-364, 1996. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/macamo96.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016

\_\_\_\_\_. “Black gold, social change and reflexivity: sociology avant la letter in Mozambique. 2002. Disponível em: [www.afsa2007.org/Conference\\_Papers/96](http://www.afsa2007.org/Conference_Papers/96) - 6k

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - VOL. 24 Nº 70, p.17-35, junho/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a02v2470.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016

MACHEL, S. M. Discurso na 6ª Conferência de Chefes de Estado ou de Governo de Países Não-Alinhados. In: FILHO, José M. (Org.). **Fidel: A Nova Escalada dos Não-Alinhados**. Porto Alegre: L & PM Editores Ltda, 1980

\_\_\_\_\_. Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova de desenvolver a pátria (Mensagem de Samora Machel, DEC - 1973) Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/educacao/artigos\\_cientificos\\_imprensa/fd\\_4725.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/educacao/artigos_cientificos_imprensa/fd_4725.pdf). Acesso em: ago. 2017.

\_\_\_\_\_. A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da Sua Continuidade, Condição do seu Triunfo. (1973). In: **A Libertação da Mulher**. São Paulo: Global Editora, 3ª edição: Fevereiro, 1982.

MBEMBE, Achille, **Crítica da Razão Negra**. Editora Antígona. Lisboa, 2013.

- MEC, Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação. Maputo, MEC, 1995.
- MEC, Sistema de Educação em Moçambique. Maputo: Gabinete do Sistema de Educação, 1980.
- MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.106, maio de 2015, p. 9-52.
- MINED – Ministério da Educação. Balanço da introdução do sistema nacional de educação. Direção de Planificação. Maputo, 1991.
- MONDLANE, Eduardo. Resistência – A procura por um movimento nacional. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.) **Malhas que os impérios tecem**. Lisboa. Edições 70, 2011, p.333.
- MONDLANE, Janet. Janet Rae Mondlane (**depoimento, 2009**). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 20 pp.
- MUDIMBE, Valentin Yves. **A Invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedago; Edições Mulemba, 2013.
- NGOENHA, Severino. **Por uma dimensão moçambicana de consciência histórica**. Porto: Edições Salesianas, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O retorno do bom selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico**. Porto: Edições Salesianas, 1994.
- \_\_\_\_\_. “Identidade moçambicana: já e ainda não”. In SERRA, Carlos (ORG). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p.17-34
- NGOENHA, Severino; CASTIANO, José. **Pensamento engajado - Ensaio sobre a filosofia africana Educação e cultura Política**. Editora Educar, Centro de Estudos Moçambicanos e Etnociências (CEMEC) Universidade Pedagógica. Maputo, 2011.
- NEWITT, M. **História de Moçambique**. Lisboa: Edições Europa-América, 1995
- PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 433 f. Tese (Doutorado em História) PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- PAIVA, Felipe. A Polifonia Conceitual: crítica ao conceito de Resistência da História Geral da África. África(s) - **Revista do Programa de pós-graduação em Estudos Africanos e Representações da África**. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). v.1, n.2, 2014. Disponível em: <http://revistas.uneb.br/index.php/africanas/article/view/2378/1642>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- PAREDES, Marçal de Menezes. A Construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p.131-161, dez. 2014

PEIXOTO, C. B. T. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola:** o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). 184 f. Dissertação (mestrado). UFF, Niterói. 2009.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. Educação e Ensino de História em contextos coloniais e pós-coloniais. **Caico**, v.16, nº36, p. 27-53, jan./jul. 2015.

RIBEIRO, Fernando Bessa. A Invenção dos Heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique. **Etnográfica**, vol.IX, n.2, 2005. p.257-275. Disponível em [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_09/N2/Vol\\_ix\\_N2\\_FBessaRibeiro.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_09/N2/Vol_ix_N2_FBessaRibeiro.pdf). Acesso em: 20 out. 2018.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **Capítulos sobre a história do século XX**. 281 f. Tese (Doutorado em História) PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Mariana Lagarto dos. A Escola e a Ideologia Colonial: Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. **Comunidades Imaginadas. Nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008. p. 49-57.

SENGULANE, Hipólito Francisco Moisés Salomão. **Ensino de História no nível Primário do 2º grau em Moçambique:** Um enfoque crítico pedagógico sobre os Programas e Sistema de Avaliação e Aprendizagem. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC, São Paulo, 2004.

SOUSA, João Tiago. Eduardo Mondlane e a Luta de Independência de Moçambique. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. **Comunidades Imaginadas. Nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008, p. 149-159.

THOMAZ, O. R. “Escravos sem dono”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v.51, n.1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27305/29077>. Acesso em: 19 out. 2018.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Tradução: Waltensir Dutra. Capitão Swing e Ludistas Sensuais, 2009.

TORGAL, L. R. As Comunidades Imaginadas: reflexões metodológicas sobre o estudo dos nacionalismos africanos. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.T; SOUSA, J.S. **Comunidades Imaginadas. Nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008, p. 227-235.

VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Ndira, 2011.

VISENTINI, Paulo F. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012

## ANEXOS:

## ANEXO A – Índice e conteúdo do manual didático “História de Moçambique”, de 1971:

|   |  |
|---|--|
| Capítulo I: AS MIGRAÇÕES AFRICANAS                              | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Motivos das migrações</li> <li>2. Os povos Bantu</li> <li>3. Quem somos nós</li> <li>4. Os Bantu Meridionais</li> </ol>  |
| CAPÍTULO II: O IMPÉRIO DO MONOMOTAPA                            | <p>A civilização do Monomotapa</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. As ruínas do Zimbabwe</li> <li>2. Organização política e social do Império</li> <li>3. A economia e o comércio</li> </ol>   |
| CAPÍTULO III: O MONOMOTAPA – PRIMEIRO PERÍODO CHONA (1325-1600) | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A tribo Makaranga</li> <li>2. O primeiro reino Makaranga</li> <li>4. Dinastia Rozwi: Mutota e Matope</li> <li>5. O estado teocêntrico dos Rozwi</li> <li>6. A sociedade no tempo do Mutota</li> <li>7. O comércio com os árabes</li> <li>8. A técnica dos metais</li> <li>9. Matope</li> <li>10. Divisão administrativa do Império</li> <li>11. Dinastia Changamire (1490 – 1494)</li> </ol>                         |
| CAPÍTULO IV: PERÍODO DE DECLÍNIO DO IMPÉRIO (1500-1600)         | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formação de dois reinos rivais</li> <li>2. Disputas entre as dinastias</li> <li>3. A situação social, política e econômica</li> <li>4. Os portugueses em Moçambique</li> <li>5. Guerra entre portugueses e árabes</li> <li>6. Os portugueses em Tete, Massapa e Quelimane</li> <li>7. A situação no fim de 1325-1600</li> </ol>  |
| CAPÍTULO V: O MONOMOTAPA – SEGUNDO PERÍODO CHONA (1600-1700)    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O reino de Changamire</li> <li>2. Os reinos Barué, Quiteve, Manica e Sedanda</li> <li>3. Os outros reinos: Simba, Chicoa e Macua</li> <li>4. A administração colonial portuguesa</li> <li>5. O Monomotapa</li> <li>6. Revoltas contra o Monomotapa</li> <li>7. Os portugueses no Sena</li> <li>8. O reino de Mavura</li> <li>9. Início do sistema de prazos</li> <li>10. Changamire – A invasão dos Rozwi</li> </ol> |
| CAPÍTULO VI: PERÍODO DOS PRAZOS (1700-1880)                     | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O início do sistema dos prazos</li> <li>2. Os primeiros prazeiros</li> <li>3. O comércio de escravos</li> <li>4. Os missionários</li> </ol>  |
| CAPÍTULO VII: O IMPÉRIO ZULU                                    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. As invasões dos Ngoni</li> </ol>   |

|  |   |
|--|---|
|  | 2. Tchaka, fundador do reino Zulu<br>3. A organização do exército de Tchaka<br>4. A batalha de Gokoli<br>5. O Império Zulu<br>6. A morte de Tchaka<br>7. Os dissidentes de Tchaka<br>8. Soshangane e a criação do Império de Gaza |
| CAPÍTULO VIII: AS GUERRAS DE RESISTÊNCIA | 1. O Império de Gaza<br>2. A resistência na região de Lourenço Marques<br>3. A batalha de Magule<br>4. A batalha de Coolela<br>5. As lutas de Maputo<br>6. Guerras de resistência de Maguiguane                                   |
| CAPÍTULO IX: COMPANHIAS MONOPOLISTAS     | A “société du Madaí”, de capitais franceses   |

**ANEXO B – Índice e conteúdo do manual didático “HISTÓRIA – manual da 11ª classe”, de 1981:**

|   |  |
|---|--|
| 1. Introdução   |  |
| 1.1 Agro-pecuária e metalurgia do ferro: expansão e fixação Bantu                             |  |
| 1.2 As sociedades em Moçambique após a fixação Bantu  |  |
| 1.3 Os mercadores asiáticos e o comércio no litoral   |  |
| 1.4 Primeiros Estados em Moçambique:  | Estado de Zimbabwe<br>Estado dos Muenemutapas<br>Estados Marave  |
| 1.5 Penetração mercantil portuguesa e seu impacto:  | O período do ouro<br>O período do marfim<br>O período dos escravos<br>Considerações sobre os três períodos   |
| 1.6 Novas unidades políticas em Moçambique  | Estado de Gaza<br>Estados militares do vale do Zambeze<br>Estados Ajaua<br>Os reinos Afro-islâmicos da costa |
| 1.7 Para uma teoria do impacto do capital mercantil em Moçambique no período pré-imperialista |  |
| 1.8 Glossário   |  |
| 1.9 Bibliografia básica   |  |

**ANEXO C - Índice e conteúdo do manual didático “A História da Minha Pátria”, de 1986:**

|   |  |
|---|--|
| 1) O Povo de Moçambique há muito, muito tempo;                  |  |
| 2) Reinos e impérios antigos;                                   | <p>Manyikeni e o comércio com do interior com a costa.<br/>         O Império do Mutapa.<br/>         O Império Marave e os reinos Yao<br/>         Os Praços do vale do Zambeze<br/>         Império de Gaza<br/>         A resistência aos colonialistas portugueses em Moçambique</p> |
| 3) A colonização portuguesa e a resistência do Povo Moçambicano | <p>A ocupação efetiva de Moçambique (1895-1920)<br/>         Os colonialistas organizaram a exploração do Povo<br/>         A administração colonial portuguesa</p>  |
| 4) A Luta Armada de Libertação Nacional                         | <p>O Povo moçambicano sempre resistiu ao colonialismo português<br/>         Unidade dos moçambicanos<br/>         As primeiras zonas libertadas do colonialismo<br/>         O povo derrotou o colonialismo</p>   |
| 5) Moçambique independente.                                     |  |

**ANEXO D – Capas dos manuais didáticos objetos de estudo:**



